



SANTA CATARINA EM HISTÓRIA

V. 9, n. 1, 2015

ISSN 1984-3968



SUMÁRIO

EDITORIAL

Fernanda Arno, Tamy Amorim da Silva

i-iii

ARTIGOS

Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar

Clarissa Grahl dos Santos

2-18

A prostituição e o fazer cotidiano da EJA/FPOLIS: um estudo de caso

Mariane da Silva

19-34

ESTUDOS

A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina

Diego Schibelinski

36-49

Posto Indígena Dr. Selistre de Campos: A ação dos Chefes de Posto nas décadas de 1950 e

1960

Mauricio Pietrobelli da Silveira

50-61

Indígenas na província de santa catarina: um caso de polícia

Zâmbia Osório

62-72



“O Sul pede apenas atenção” – Olhares sobre as construções político – discursivas em Santa Catarina a partir das enchentes de 1983

Carla Teixeira

73-84

A (re)construção da italianidade: A Festa Italiana da cidade de Ipumirim

Alan de Hollanda Vieira Guerner, Talita Von Gilsa

85-98

RESENHAS

Apropriações do mundo natural: algumas discussões ambientais no sul do Brasil

Elisandra Forneck

100-107



Editorial

Fernanda Arno

Tamy Amorim da Silva

A revista **Santa Catarina em História** procura dar continuidade a proposta de inserção de estudos de acadêmicas/os da disciplina de História de Santa Catarina da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ministrada pela Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff, bem como a publicação de artigos inéditos e resenhas com temas relevantes a história de Santa Catarina. Nesta edição contamos com dois artigos, cinco estudos e uma resenha.

Na sessão **Artigos**, o primeiro trabalho é de Clarissa Grahl dos Santos, “Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar”, onde a autora procura abordar as primeiras medidas repressivas levadas a cabo pela ditadura militar, bem como a situação de Santa Catarina no imediato pós-golpe. Atenta-se, sobretudo, aos funcionários públicos estaduais investigados por determinação do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, por meio da Comissão Estadual de Investigação, órgão criado no âmbito da Secretaria do Interior e Justiça e responsável por propor, frente ao Executivo estadual, a aplicação das sanções do referido ato a servidores públicos enquadrados como 'subversivos'.

O artigo “A prostituição e o fazer cotidiano da EJA/FPOLIS: um estudo de caso”, de Mariane da Silva, tem como intenção falar sobre a experiência de trabalhar o tema prostituição com os estudantes de um núcleo de Educação de Jovens e Adultos em Florianópolis, como resultado da experiência de estágio supervisionado em História ocorrido entre os anos de 2013 e 2014, historicizando a educação de adultos no Brasil ao mesmo tempo em que busca discutir a posição de marginalização dos núcleos de EJA perante a sociedade escolar e a que a cerca.

Já na sessão **Estudos**, Diego Schibelinski em “A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina”, busca analisar a primeira visita do Imperador D. Pedro II à cidade de Desterro, como tal visita foi anunciada na imprensa da capital catarinense e as mudanças decorridas em prol deste evento, através de documentos da



época que tratam diretamente do tema, jornais do período da visita, bem como bibliografia existente sobre o tema.

Em “Posto Indígena Dr. Selistre de Campos: A ação dos Chefes de Posto nas décadas de 1950 e 1960”, Mauricio Pietrobelli da Silveira pretende demonstrar quais foram as principais políticas promovidas pelos encarregados de Posto que ajudaram no extermínio da área de ocupação Kaingang. Utilizando do Relatório Figueiredo e de bibliografia atual e próximas a época procura problematizar quais são os acontecimentos que propiciaram esse roubo do patrimônio indígena.

O trabalho de Zâmbia Osório, “Indígenas na província de santa catarina: um caso de polícia”, propõem também uma discussão sobre a questão indígena, refletindo qual era a representação de índio construída durante o Brasil monárquico, a partir dos confrontos relacionados à terra, para perceber as mudanças e permanências nas representações atuais e a política indigenista empregada na província de Santa Catarina, através da análise dos ofícios de delegados de polícia.

O estudo “‘O Sul pede apenas atenção’: Olhares sobre as construções político discursivas em Santa Catarina a partir das enchentes de 1983”, de Carla Teixeira, através dos pronunciamentos de políticos catarinenses no ano de 1983, propõe identificar algumas construções e significações políticas, imagéticas e discursivas a respeito do catarinense e de sua terra, pensando no cenário político-econômico brasileiro e a distribuição de verbas aos blocos regionais atingidos por catástrofes naturais.

Já o estudo “A (re)construção da italianidade: A Festa Italiana da cidade de Ipumirim”, de Alan de Hollanda Vieira Guerner e Talita Von Gilsa, tem como objetivo traçar um panorama da migração italiana para o Oeste catarinense, buscando verificar costumes e tradições que foram trazidas para a região e como essas questões são datadas culturalmente em relação à criação de uma identidade entre os descendentes de italianos e a população em geral.

Na sessão **Resenhas**, Elisandra Forneck em “Apropriações do mundo natural: algumas discussões ambientais no sul do Brasil”, escreve sobre o livro “História Ambiental no Sul do Brasil: apropriações do mundo natural” (2012). O livro reúne alguns pesquisadores da nova geração da História Ambiental no Sul do Brasil, como definem os próprios organizadores da



obra, assim como alguns dos primeiros historiadores ambientais brasileiros, tendo como proposta central analisar as diferentes apropriações do mundo natural pelo homem.

A diversidade de temas e abordagens é um convite a novos olhares para a pesquisa histórica sobre Santa Catarina. A todas/os uma boa leitura.

As editoras



ARTIGOS

Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar

Clarissa Grahl dos Santos

clarissagrahl@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo aborda as primeiras medidas repressivas levadas a cabo pela ditadura militar, bem como a situação de Santa Catarina no imediato pós-golpe. Atenta-se, sobretudo, aos funcionários públicos estaduais investigados por determinação do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, por meio da Comissão Estadual de Investigação, órgão criado no âmbito da Secretaria do Interior e Justiça e responsável por propor, frente ao Executivo estadual, a aplicação das sanções do referido ato a servidores públicos enquadrados como 'subversivos'.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Ato Institucional nº 1; Comissão Estadual de Investigação; funcionários públicos estaduais.

Abstract: This article discusses the first repressive measures out by the military dictatorship and the state of Santa Catarina in the immediate post-coup. Attentive, above all, civil servants investigated by determining the *Ato Institucional nº 1*, of April 9, 1964, by the *Comissão Estadual de Investigação*, a institution established under the *Secretaria do Interior e Justiça* and responsible for proposing, in front of the government, the sanctions of the referred act in the civil servants framed as 'subversives'.

Key-words: military dictatorship; *Ato Institucional nº 1*; *Comissão Estadual de Investigação*; civil servants.

Introdução

O golpe civil-militar de 1964 inaugurou o mais longo período ditatorial da história republicana brasileira: foram 21 anos de governo militar e 25 de eleições presidenciais indiretas. Diante da importância que o fenômeno teve para a memória e experiência política da sociedade brasileira, não parece incomum que a historiografia sobre o mesmo esteja em constante expansão, renovando temáticas, objetos, análises e revisitando antigas questões. A liberação de arquivos e as novas políticas de acesso à informação, embora ainda muito restritivas, tem motivado novos estudos, como aqueles acerca da repressão política, possibilitando que diferenças substanciais entre as diversas instituições criadas pela ditadura



sejam postas à luz.

A historiografia catarinense sobre a ditadura também tem sido ampliada de maneira significativa, contribuindo com o debate nacional por meio de diversas pesquisas originais e minuciosas quanto ao tratamento dispensado às fontes. Contudo, no que diz respeito ao campo de estudos sobre a repressão política, ainda encontramos certas lacunas no período do imediato pós golpe, tendo em vista que muitas das pesquisas que abordam o tema em Santa Catarina se avolumam sobretudo em dois eventos já da década de 1970: a Operação Barriga Verde (1975) e a Novembrada (1979).

O objetivo desse artigo, além de situar Santa Catarina no contexto do imediato pós golpe, é lançar um olhar às primeiras medidas repressivas advindas com a ditadura e fazer uma breve análise de como essas afetaram determinados setores da sociedade catarinense, atendendo-se aos servidores públicos investigados por determinação do Ato Institucional decretado no dia 9 de abril de 1964.

O corpo documental utilizado para a elaboração deste artigo é composto pelos processos de apuração de responsabilidades da Comissão Estadual de Investigação (CEI), órgão especialmente criado no âmbito da Secretaria de Justiça em 13 de abril de 1964 para investigar funcionários públicos que pudessem estar sujeitos aos dispositivos do Ato Institucional; por algumas matérias do jornal *O Estado*, utilizadas sobretudo como forma de medir a 'temperatura política' de Santa Catarina no alvorecer do novo regime; por decretos e legislações.

Santa Catarina no calor dos acontecimentos de abril

Diante do quadro institucional instaurado após a queda de João Goulart, parece ter havido um esforço por parte de alguns órgãos da imprensa catarinense para transparecer calma e tranquilidade perante a população, bem como aconselhá-la quanto a suposta existência de boatos exagerados sobre a situação política nacional. Tal feito pode ser visto no informe publicado no jornal *O Estado* no dia 2 de abril, assinado por Osvaldo Melo, redator responsável pela coluna intitulada Nossa Capital:



O que deve haver é calma e confiança e não se dar curso a boatos alarmantes. Em Florianópolis felizmente tudo corre em perfeita paz. Todos os estabelecimentos escolares estão funcionando normalmente. Comércio e indústria trabalhando sem impedimentos. O povo aguardando com calma, o desenrolar dos acontecimentos¹.

Com o fim do sistema parlamentarista em 1963, manobra política utilizada para impedir que João Goulart assumisse a presidência com plenos poderes, faz-se estrear um período no qual a polarização ideológica tornou-se mais explícita e as posições políticas mais acirradas. O anticomunismo desempenhou papel fundamental nesse contexto, sendo, para Rodrigo Patto Sá Motta, “‘cimento’ da mobilização antiGoulart”², posto que uniu setores heterogêneos. Não por acaso, após a deflagração do golpe deu-se início a uma série de medidas para extirpar a dita 'influência vermelha' da sociedade. Prisões, averiguações sumárias e inquéritos fizeram parte desse empenho 'saneador', recaindo até mesmo sobre pessoas cuja vinculação política com organizações de esquerda fosse apenas suposição. Santa Catarina não esteve alheia a esse contexto e as medidas tomadas nas semanas que se seguiram ao golpe certamente contrariaram o 'esforço tranquilizador' da imprensa catarinense.

Logo após a deflagração do movimento militar golpista, o V Distrito Naval (Florianópolis), o 14º Batalhão de Caçadores (Florianópolis), o 23º Regimento de Infantaria (Blumenau), a Bateria de Artilharia de Costa (São Francisco do Sul) e o 2º Batalhão Rodoviário (Lages) informaram a sua adesão³. Cabe destacar que algumas dessas unidades militares se mostraram ativas na primeira onda repressiva por meio de prisões, invasões de estabelecimentos considerados comunistas e condução de Inquérito Policial Militar (IPM).

Segundo Patrícia Zumblick Santos May, em sua dissertação de mestrado, o V Distrito Naval foi a unidade que mais se destacou em Florianópolis, sendo que o seu comandante, o contra-almirante Murilo Vasco do Vale e Silva, foi a “vedete do movimento de 1964, recebendo aclamações, homenagens, agradecimentos de todos os lados”⁴. De fato, o V Distrito Naval mostrou-se bastante proativo, conforme vemos nas diversas notas veiculadas na

1 MELO, Osvaldo. Nossa Capital. *O Estado*, Florianópolis, p. 2, 2 abr. 1964.

2 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 276.

3 MAIS adesões. *O Estado*, Florianópolis, p. 8, 2 abr. 1964.

4 MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. p. 133.



Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar – Clarissa Grahl dos Santos
imprensa, no qual o seu comandante advertia constantemente à população que ninguém seria preso, portanto que não praticasse “atos atentatórios à ordem pública”⁵.

Já no interior do estado, mais precisamente na cidade de Blumenau, parece ter sido notável a presença de uma 'militância civil' disposta a agir por conta própria em prol da instituição da 'ordem'. Pouco após o golpe, foi formada nessa cidade uma força civil autônoma Liga da Defesa Democrática, a qual reuniu autoridades locais empenhadas na prisão de comunistas. Esse grupo desempenhou um importante papel repressivo, sobretudo tendo em vista a ausência de grande parte do contingente militar do 23º Regimento de Infantaria, que havia se deslocado de Blumenau para combater focos 'subversivos' em outras regiões do estado⁶.

Nos primeiros dias de abril de 1964, também foram desencadeadas campanhas de busca e detenção em diversos lugares do território nacional. Essas operações de “varredura com pente-fino”, conforme designa Maria Helena Moreira Alves, tinham como objetivo “‘varrer' todos os que estivessem ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e a movimentos sociais do período anterior à 1964”⁷.

Devido ao grande contingente de pessoas que foram presas, diversos locais de detenção tiveram que ser improvisados por todo o Brasil. Em Florianópolis, o Quartel da Polícia Militar e a Penitenciária do Estado, segundo as fontes utilizadas para essa pesquisa, parecem ter sido os lugares que receberam o maior número de detidos durante os primeiros meses que se seguiram ao golpe⁸.

Salim Miguel, escritor de origem libanesa radicado no Brasil, traz em seu livro uma lista com 56 nomes de presos no Quartel da Polícia Militar, de acordo com as anotações de seu caderno⁹, sendo que ele próprio esteve retido nessa instituição. Ao narrar sua experiência

5 COMANDO do V. Distrito Naval. *O Estado*, Florianópolis, p.1, 9 abr. 1964.

6 FABRICIO, Edison Lucas. *A produção do espectro comunista: imprensa, política e catolicismo*. (Blumenau 1960 – 1964). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. p. 96-97.

7 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 72.

8 Das 61 pessoas que figuraram em processos da CEI, totalizando apenas aquelas em que se teve acesso à informações a esse respeito, 17 estiveram presas, sendo nove no Quartel da Polícia Militar e cinco na Penitenciária do Estado. Quanto às outras três pessoas, não há especificação do local da detenção. Cf.: Comissão Estadual de Investigação. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Fundo: Processos da Secretaria de Justiça (1950-1970/1978).

9 MIGUEL, Salim. *Primeiro de Abril: narrativas da cadeia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994. p. 113 -114.



de 48 dias de prisão, Salim Miguel, que foi preso logo no dia 2 de abril, traz as seguintes impressões:

O alojamento é amplo, bem ventilado, em determinado momento, dentro de mais duas ou três semanas, vão nele se amontoar cerca de sessenta pessoas, vindas das mais diferentes regiões do estado, velhos e moços, letrados ou analfabetos, agitadores ou agiotas, com intensa participação política ou nenhuma, presos pelos mais estranhos motivos. Logo, num processo comum em tais circunstâncias, ali estão todos juntos, graças à denúncia de um desafeto ou de um anônimo, de um inimigo declarado ou de um parente, às vezes pelo que passou a ser considerado subversão da ordem instituída.¹⁰

A descrição apresentada por Salim Miguel elucida não só a abrangência em termos numéricos das primeiras medidas repressivas, mas também a extensão dessas a diversas pessoas. Dentre essas, muitas, talvez, não tivessem mesmo vinculação com atividades de cunho político ou então sequer imaginassem que poderiam vir a sofrer represálias por ações que, a partir desse momento, passaram a ser consideradas 'subversão da ordem instituída'. Pelos mais diversos motivos, todas essas pessoas eram agora 'inimigas internas', com todas as implicações políticas e sociais que essa denominação poderia acarretar em suas vidas.

O conceito de 'inimigo interno', que tão bem serviu para levar a cabo uma série de medidas repressivas e de desrespeito aos direitos humanos durante o período ditatorial, foi delineado no âmbito das Forças Armadas sobretudo por meio da Doutrina de Segurança Nacional. Segundo Joseph Comblin, a origem de tal corpo de ideias encontra-se no antagonismo leste-oeste da Guerra Fria e tem como característica o fato de desfazer a distinção entre política interna e política externa, tendo em vista que o mesmo 'inimigo', o comunismo, está tanto dentro quanto fora do país. Ao apagar também a distinção entre violência preventiva e violência repressiva, são legitimadas intervenções tanto “em casos de suspeita de um possível perigo, quanto em casos de delitos caracterizados”¹¹. Assim, ainda de acordo com essa doutrina, as fronteiras deixam de ser somente territoriais, passando a ser destacada um outro tipo de divisão, que requer ainda mais atenção: as fronteiras ideológicas.

Foi também nesse ambiente de posições acirradas, marcado pelo contexto da Guerra

10 Ibid., p. 18-19.

11 COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 15, 56, 57.



Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar – Clarissa Grahl dos Santos

Fria, que as Forças Armadas passaram a se imbuir do papel de combate às esquerdas, em detrimento à Polícia Militar dos estados e à Polícia Federal, que seriam então consideradas despreparadas e pouco ágeis para tal função¹². Até mesmo os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), órgãos até então proeminentes da repressão política, tiveram os seus papéis paulatinamente reduzido ao longo do regime, embora continuassem com atuações destacadas em vários estados.

A 'militarização da repressão' também atingiu os órgãos da burocracia policial que até então tinham preponderância de civis. Em Santa Catarina, tal processo foi notável sobretudo na Secretaria de Segurança Pública, conforme pode-se ver na tabela que segue, pela qual se apresenta os Secretários de Segurança Pública entre 1964 e 1986 e suas respectivas formações:

Tabela 01 – Secretários de Segurança Pública (1964-1986)¹³

PERÍODO	SECRETÁRIO	FORMAÇÃO
[?] - 1964	Jade Saturnino Magalhães	Advogado
1964 - 1966	Danilo Klaes	Coronel do Exército
1966 - 1971	Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa	General do Exército
1971 - 1973	Delson Lanter Peret Antunes	Tenente Coronel do Exército
1973 - 1975	Paulo Mello Mendes de Carvalho	Coronel do Exército
1975 - 1983	Ary Pereira Oliveira	Tenente Coronel do Exército
1983 - 1986	Heitor Luiz Sché	Delegado de Polícia

Fonte: GENOVEZ, Felipe. História da Segurança Pública no Estado de Santa Catarina: Chefes de Polícia – Secretários de Segurança Pública. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/historia-da-seguranca-publica-no-estado-de-santa-catarina-chefes-de-policia-secretarios-de-seguranca-publica/67550/#ixzz24H6Dhb29>> Acesso em 28 de agosto de 2012.

12 D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 24-25.

13 Entre os anos de 1970 a 1983 a Secretaria de Segurança Pública passou a denominar-se Secretaria de Segurança e Informações.



O amplo processo de militarização da sociedade brasileira pós 1964 não deve ser entendido somente como a ocupação de militares em cargos estratégicos dentro da administração da segurança pública. Muito mais do que mera presença física, tratava-se também da possibilidade de realização das doutrinas defendidas por esses, bem como da transferência de valores castrenses à administração pública¹⁴.

Nesse sentido, torna-se ilustrativa a declaração do governador Celso Ramos, quando da substituição do civil Jade Magalhães pelo coronel Danilo Klaes na Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, em maio de 1964, a qual evidencia a importância especial atribuída a um militar nesse cargo:

Já agora no período de reconstituição dos quadros políticos e administrativos do País, conforta-me contar com a colaboração de V. Exa., senhor Coronel, que traz consigo a experiência da caserna e a vivacidade própria dos homens que moldaram o caráter no exemplo de Caxias [...] Espero de V. Exa., senhor Coronel, o que todos os catarinenses esperam: que a sua experiência e firmeza de militar, o seu senso de justiça e o seu amor à democracia e à liberdade colaborem para que a nossa Pátria, já agora caminhando para os verdadeiros rumos da sua destinação histórica, não mais seja ameaçada por atitudes estranhas à nossa formação cristã e democrática.¹⁵

Assim, corroborava-se com a ideia de que os militares eram essenciais para o momento de 'reconstituição' pelo qual se passava o país. A designação desses para cargos estratégicos dentro do governo, como a própria segurança pública, era assim ressaltada como a única forma de impedir que a 'Pátria' fosse ameaçada por atitudes que iriam contra a 'formação cristã e democrática' dos brasileiros, ou seja, impedir o avanço do comunismo.

É importante ter em mente que muitos dos militares que ocuparam posição de chefia eram bem relacionados com a elite política e econômica local, contribuindo, dessa forma, para que pudessem “traçar suas estratégias com maior eficiência”¹⁶. A notícia acerca do jantar oferecido em homenagem ao contra-almirante Murilo Vasco do Valle e Silva é elucidativa

14 MATHIAS, Suzeley Kalil, 2004 apud BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3o andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 71.

15 NOVO titular na pasta de Segurança Pública. *O Estado*, Florianópolis, p.8, 19 mai. 1964.

16 MAY, Patrícia Zumblick Santos. Op. Cit., p. 132.



desta questão, na qual se transparece o vínculo entre governo, militares e a elite local:

A SOCIEDADE catarinense, na noite de sexta-feira, no Lira T.C, prestou uma significativa homenagem ao Comandante do 5.o Distrito Naval e Senhora Almirante Murillo Vasco do Vale Silva. O grande jantar foi com mais de seissentos [sic.] talheres e contou com as mais altas autoridades civis, militares, eclesiásticas de Santa Catarina. O orador oficial foi o General Paulo Vieira da Rosa, saudando o homenageado. Agradeceu ao Almirante Murillo, encerrando o Governador Celso Ramos, usando da Palavra. [...] A Senhora Edith Gama Ramos, entregou um bonito bouquê de rosas a Senhora Almirante Murillo Vasco do Valle e Silva, uma homenagem da mulher catarinense¹⁷.

No tocante às 'autoridades civis e militares' presentes, cabe aqui fazer algumas menções. Hilda do Valle e Silva, esposa do comandante Murilo do Valle e Silva, era uma das participantes da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)¹⁸ de Florianópolis, assim como Edith Gama Ramos, esposa do governador do estado¹⁹, a qual entregou um buquê de rosas à primeira, em uma 'homenagem da mulher catarinense'. O general Paulo Viera da Rosa, por sua vez, já mostrava sua predisposição golpista desde 1961 quando, juntamente com o coronel Sílvio Pinto da Luz, aderiu ao movimento militar que tentou impedir a posse de Goulart, insubordinando-se contra o III Exército²⁰.

Ao longo de 1964, diversas comissões investigativas já estavam atuando em Santa Catarina, evidenciado que o estado estava afinado com as medidas repressivas que se seguiram ao golpe. Entre as comissões, destacam-se: a Comissão Especial da Assembleia Legislativa²¹; a Comissão de Averiguação Sumária, sob orientação do V Distrito Naval; as comissões responsáveis pelos IPMs, funcionando em vários pontos do estado (capital, região sul, região norte, região serrana e oeste), a cargo do Exército; a Comissão de Inquérito da Universidade de Santa Catarina, para fins de expurgos no corpo docente e discente; e, por fim,

17 BARTOLOMEU, Lázaro. Radar na sociedade. *O Estado*, Florianópolis, p.4, 17 mai. 1964.

18 Movimento feminino católico conservador criado na cidade de Rio de Janeiro em 1962, que rapidamente se espalhou para outros estados. Em diversos lugares, a CAMDE foi a organizadora da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

19 MAY, Patrícia Zumblick Santos. Op. Cit., p. 130-132.

20 Ibid., p. 109.

21 SANTA CATARINA. *Resolução n° 67.64*, de 11 de maio de 1964. Diário Oficial: Estado de Santa Catarina. (Acervo: BPSC).



Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar – Clarissa Grahl dos Santos
a Comissão Estadual de Investigação, responsável pela averiguação de servidores públicos²². É essa última instituição, seu funcionamento e os alvos de seus processos, que abordaremos agora.

Ato Institucional e 'operação limpeza': os processos da Comissão Estadual de Investigação

O Ato Institucional publicado no dia 9 de abril de 1964, que passou a ser conhecido após o decreto de outros como AI-1, buscou estabelecer as margens do poder executivo, bem como operacionalizar as primeiras medidas punitivas que se seguiram ao golpe. No conjunto de seus artigos, o ato limitou os poderes do Congresso Nacional e fortaleceu o poder executivo. Além disso, o mesmo decretou outras medidas que atingiram diretamente os direitos individuais, como a suspensão por seis meses das garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade²³, o que facilitou os expurgos na burocracia do Estado.

Ao permitir cassações e demissões, o AI deixou o caminho aberto para a 'operação limpeza'. Segundo Alves, o conjunto de medidas que se convencionou chamar de 'operação limpeza' visava dar ao Estado o controle sobre áreas políticas, militares e psicossociais²⁴, buscando assim eliminar os focos de oposição ao regime em diversos setores. Por meio dessas medidas, além da intervenção em sindicatos e universidades, mandatos parlamentares e executivos foram cassados, funcionários públicos foram demitidos ou aposentados e militares foram postos na reserva. Era esse o início de uma longa lista de pessoas atingidas por medidas

22 GOVERNADOR Catarinense e Comandante do 5º DN falam ao “Correio do Povo”. *O Estado*. Florianópolis, p. 8, 22 mai. 1964.

23 O Ato Institucional, em seu 7º artigo, suspendia por seis meses as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade, permitindo que dentro desse prazo os titulares dessas garantias pudessem ser demitidos, aposentados, dispensados, postos em disponibilidade, transferidos para reserva ou reformados mediante investigação sumária. Cf.: BRASIL. *Ato Institucional nº 1*, de 9 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufri.br/legislacao_res.php?ncat=2> Acesso em: 18 mar. 2012.

24 A autora insere a 'operação limpeza' dentro dos pressupostos da Grande Estratégia da Doutrina de Segurança Nacional, formulada ainda na década de 1950 pelo General Golbery do Couto Silva e reiterada cerca de vinte anos depois pelo Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Dessa forma, a 'estratégia política' dizia respeito à vigilância e controle dos partidos políticos, do Legislativo, do Judiciário e do Executivo; a 'estratégia militar' era voltada sobretudo aos oficiais com poder de influência ou comando sobre as tropas; e, por último, a 'estratégia psicossocial' concentrava-se nos movimentos sociais que haviam se fortalecido nos anos anteriores ao golpe, visando sobretudo as universidades, sindicatos e Ligas Camponesas. ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 68, 74, 77.



Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar – Clarissa Grahl dos Santos repressivas do Estado²⁵.

Santa Catarina não ficou incólume às determinações do AI, sendo que já no dia 13 de abril de 1964 foi constituída no estado uma Comissão Estadual de Investigação. Institucionalmente a CEI foi vinculada à Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Justiça, com sede em Florianópolis, e composta por cinco membros, os quais: Deputado Mário Tavares da Cunha Mello (Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Justiça), designado como presidente do órgão; Dr. Rubens Mortitz da Costa (Procurador Geral do Estado); professor Milton Leite da Costa (Ministro do Tribunal de Contas); professor Paulo Henrique Blasi (Consultor Jurídico do Estado); Dr. Mário Mafra (Assessor Jurídico). Com funções instrutivas e opinativas, já que a decisão final caberia ao governador do estado, a CEI deveria proceder, em âmbito estadual, as investigações visando à aplicação do Artigo 7 do AI, sendo então de sua alçada os servidores públicos estaduais que por ventura fossem “responsáveis por atos atentatórios à segurança do país, ao regime democrático e probidade administrativa pública”²⁶. Quanto aos servidores públicos municipais, a Comissão deveria emitir parecer às investigações procedidas pelas autoridades locais²⁷.

Para levar a cabo e facilitar as suas investigações, foi de grande importância o relacionamento da CEI com uma cadeia de instituições com atribuições congêneres ou munidas de informações sobre as atividades políticas de diversas pessoas, tais como o DOPS e os IPMs realizados em diversos comandos das Forças Armadas.

Muito mais, no entanto, do que a oportunidade de trocar informações e facilitar as diligências, a vinculação da CEI com esses órgãos expressou a formação de uma rede local convergente em relação aos propósitos de 'limpeza' e 'saneamento' da sociedade brasileira, buscando 'varrer' em diversas instituições qualquer oposição ao novo regime. Os expurgos na burocracia civil se constituíam, assim, como elemento fundamental da 'operação limpeza', pois ao eliminar os focos de oposição no Governo, tornava-se possível abrir espaço para

25 Segundo dados do livro *Que Brasil é este? Manual de indicadores políticos e sociais*, entre de 1964 a 1973, houve 4.871 punições políticas no país (cassações, demissões, aposentadorias, etc), sendo que dessas, 2.990 ocorreram no primeiro ano da ditadura. Cf.: SANTOS, Wanderley Guilherme dos, 1990 apud D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Op. Cit., p. 28.

26 BRASIL. *Ato Institucional nº 1*, de 9 de abril de 1964. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/legislacao_res.php?ncat=2> Acesso em: 18 mar. 2012.

27 SANTA CATARINA. *Decreto nº 1.412*, de 13 de abril de 1964. Diário Oficial: Estado de Santa Catarina (Acervo: BPSC) e *Regimento interno da Comissão instituída pelo Decreto N. S. J. - 13-04-64/1.412*, 27 de abril de 1964. Diário Oficial: Estado de Santa Catarina (Acervo: BPSC).



Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar – Clarissa Grahl dos Santos

peças mais estreitamente identificadas com o novo regime. Outro ponto importante dessa medida foi o medo e a insegurança que as investigações proporcionavam, fazendo com que o 'efeito demonstrativo' neutralizasse ainda mais a oposição²⁸.

Durante a pesquisa, foram localizados 48 processos, envolvendo 61 pessoas, todas investigadas pela CEI entre abril a outubro de 1964, quando se encerrava o prazo para a aplicação das punições a servidores públicos de acordo com o Ato Institucional.

Quanto às principais motivações que desencadearam as diligências, destacam-se as contidas na tabela abaixo. Deve-se ponderar, contudo, que tal divisão teve o intento de expor o conteúdo de forma mais clara, sendo que, evidentemente, em muitos casos as motivações se entrecruzaram, fazendo com que a soma dessas fosse maior que o número de investigados:

Tabela 02 – Motivações dos processos da Comissão Estadual de Investigação

MOTIVAÇÃO	NÚMERO DE PESSOAS
Vinculação com o PCB	36
Vinculação com o PTB e/ou Grupo dos Onze	07
Propaganda 'subversiva'	12
Movimento estudantil e sindical	04
Denúncias pessoais	05
Improbidade administrativa	04

Fonte: Comissão Estadual de Investigação. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Fundo: Processos da Secretaria de Justiça (1950-1970/1978)

Cabe destacar que, dentro dessa divisão, está uma série de pessoas que foram investigadas por motivos que, por si só, não necessariamente denunciavam participação em atividades de caráter político, como a assinatura de abaixo-assinado pela legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Outras pessoas, por exemplo, foram investigadas por participação no PCB enquanto o mesmo tinha seu registro legal, entre 1945 e 1947. Nesse sentido, cabe destacar que “dentro um quadro vislumbrado como uma guerra interna – na qual o inimigo vive 'infiltrado' no seio da população – a margem da suspeita tendia a ser ampliada,

28 ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 76.



Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar – Clarissa Grahl dos Santos acompanhando o incremento da noção de perigo”²⁹. Assim, as investigações poderiam recair sobre qualquer pessoa que, de alguma forma, pudesse ser considerada um 'subversivo em potencial'. Ou seja, na dúvida era preferível abrir um inquérito, nem que fosse para concluir que o ocorrido que motivou as diligências “não significa, por si só, ato atentatório à segurança do país e às instituições democráticas”³⁰, como também foi constante em vários processos.

No que diz respeito ao perfil dos indiciados, o primeiro ponto que chama a atenção é o fato de não haver uma única mulher entre as vítimas dos processos da CEI que foram localizados. Nesse sentido, cabe atentar para as considerações feitas por Marcelo Ridenti acerca da participação relativamente pouco expressiva que as mulheres normalmente representavam na política e sociedade até a década de 1960, sendo que a presença pública dessas somente era aceita quando reafirmava papéis tradicionais de mãe, esposa e dona-de-casa, tal qual foi visto no exemplo das Marchas da Família com Deus pela Liberdade³¹. Dessa forma, podemos levantar a hipótese de que, assim como havia de fato uma participação menor de mulheres em matéria de política, sobretudo no tocante aos partidos políticos tradicionais, as mesmas também poderiam despertar menos suspeitas de órgãos de averiguação, como a CEI, na medida em que essa provavelmente reiterava esses mesmos papéis.

Quanto à distribuição dos processos pelo estado, pode-se ter acesso à residência de 49 dos 61 indiciados, dispostos conforme a tabela:

Tabela 03 – distribuição dos processos pelo estado

REGIÃO (MUNICÍPIOS ONDE HOUE INDICIADOS)	NÚMERO DE PESSOAS
Grande Florianópolis (Florianópolis)	28
Serra (Curitibanos, Lages, Otacílio Costa, Ponte Alta do Sul)	06
Vale do Itajaí (Barra Velha, Blumenau, Indaial, Itajaí, Rodeio)	06
Sul (Araranguá, Criciúma, Laguna)	04
Norte (Joinville, Mafra)	03

29 JOFFILY, Mariana. A margem de suspeita. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. p. 1-12, São Paulo, 2011. p.4.

30 *Parecer nº 48 (CEI)*. Comissão Estadual de Investigação. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Fundo: Processos da Secretaria de Justiça (1950-1970/1978). Processo 44, 1964, Pasta 428.

31 RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. In: *Tempo Social*, v1, p. 113-128, São Paulo, 1990. p. 113.



Oeste (Chapecó, São Lourenço do Oeste)

02

Fonte: Comissão Estadual de Investigação. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Fundo: Processos da Secretaria de Justiça (1950-1970/1978).

Pode-se perceber então, que apesar de existirem investigações referentes a todas as regiões de Santa Catarina, a maior concentração se deu na Grande Florianópolis. Não obstante Florianópolis ser a capital do estado, ela não era, e ainda não é, a maior cidade de Santa Catarina. Localizada em uma ilha, a cidade só tinha, à época, ligação com o continente através da ponte Hercílio Luz. Ademais, nunca se constituiu como um polo industrial, sendo que sua economia era baseada sobretudo no setor terciário. No entanto, justamente por ter o estatuto de capital, Florianópolis possui grande concentração de funcionários públicos ocupando cargos na administração estadual. Esse fator, assim como a sede da CEI ser localizada nessa mesma cidade³², possivelmente justificam a grande quantidade de pessoas investigadas. Quanto ao restante do estado, não houve concentração de indiciados em nenhuma região. Pode-se, contudo, destacar a ocorrência de um certo predomínio de motivações específicas para as investigações em algumas partes de Santa Catarina. Assim, tanto na região serrana quanto no Oeste, a maioria das pessoas indiciadas o foi por acusações de vinculação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ou com comandos nacionalistas. Já na região Sul e no Vale do Itajaí, a maior porcentagem coube ao PCB. Embora seja uma informação pouco conclusiva, é importante levar em conta determinados traços políticos dessas regiões, os quais talvez possam ter influenciado em tal concentração. Dessa forma, cabe ressaltar que tanto a serra catarinense quanto o Oeste são regiões próximas territorialmente e culturalmente do Rio Grande do Sul e, por isso mesmo, tiveram maior contato com as ideias nacionalistas de Brizola. Já o Sul do estado, por sua vez, principalmente devido à forte tradição sindical, foi uma região na qual o PCB teve maior facilidade em penetrar e, embora a mesma assertiva não se aplique ao caso do Vale do Itajaí, região com forte influência alemã e que contou com a presença ativa do integralismo, cabe destacar que a década de 1960 marcou o período de organização dos comunistas em Blumenau, o que gerou fortes reações anticomunista na

³² As reuniões da CEI eram realizadas no 2º andar do Edifício das Secretarias, na rua Tenente Silveira (centro da capital), juntamente ao gabinete do Secretário do Interior e Justiça.



Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar – Clarissa Grahl dos Santos cidade³³.

No tocante à faixa etária, destaca-se que mesmo que as investigações da CEI tenham recaído sobre pessoas com idades variadas, abrangendo desde os 19 até os 68 anos, a maioria dos casos envolveu indivíduos com 40 anos ou mais. Dessa forma, tratavam-se, em grande parte, de pessoas que tinham entre 20 e 35 anos no período da redemocratização de 1945 e acompanharam, portanto, a criação de novos partidos e a reestruturação e ascenso do PCB em âmbito nacional. Essa consideração se faz importante sobretudo devido ao fato de diversas investigações da CEI terem recaído sobre aqueles cuja participação política se desenvolveu no final da década de 1940 e início de 1950. Também se deve levar em conta que tratavam-se, em grande parte dos casos, de pessoas de meia idade que, possivelmente, teriam dificuldades para conseguir outro emprego caso fossem demitidos.

A carência de alguns dados pessoais nos processos da CEI dificultou traçar um perfil social dos indiciados, já que os mesmos não contém informações sobre o grau de escolaridade e tampouco a profissão dos pais é citada. No entanto, no que diz respeito às profissões dos envolvidos em processos, cabe destacar que elas são bem variadas, abrangendo tanto funcionários públicos ocupantes de cargos administrativos, quanto aqueles dedicados ao ensino e também a prestação de serviços. Destaca-se, ainda, que não parece ter havido uma porcentagem muito maior das profissões que teoricamente necessitam de uma especialização formal (professor, datiloscopista, vacinador, topógrafo, serventuário de justiça, entre outras), em relação àquelas em que provavelmente esse tipo de formação não era necessária (mecânico, auxiliar de escritório, pedreiro, leiturista-cobrador, etc).

Considerações finais

Em meados de outubro de 1964 encerrou-se as atividades da CEI e findou-se assim os processos relativos a servidores públicos. No entanto, esse havia sido apenas o início da repressão política desencadeada pela ditadura.

Dos 56 casos em que tivemos acesso ao parecer final, oito foram inclusos nas sanções do AI, aplicando-se medidas diversas, como rescisão de contrato, disponibilidade, aposentaria e passagem para a reserva. Somam-se, assim, um pouco menos que 15% os que foram

³³ FABRICIO, Edison Lucas. Op.Cit. p. 45-52.



Repressão e 'operação limpeza' em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar – Clarissa Grahl dos Santos

considerados culpados, se contabilizarmos somente os processos que estão completos. Embora seja uma porcentagem relativamente baixa, não se pode deixar de dar a devida importância a esses processos, pois eles contém marcas de um período de arbitrariedade, no qual medo e insegurança eram sentimentos cotidianos para muitos. Assim, seria errôneo ignorar que diversas pessoas, mesmo aquelas que foram inocentadas, tiveram suas vidas investigadas e seus empregos questionados, tendo que se submeter a interrogatórios e a processos que poderiam levar meses para serem concluídos.

Na lista de pessoas que foram investigadas pela CEI, raras são as que, por um motivo ou outro, acabaram por se tornar conhecidas em Santa Catarina. Tratam-se, a maioria, de 'pessoas comuns' que compartilharam a experiência de terem suas vidas investigadas e seus empregos questionados através dos dispositivos do AI, quando não presas e vítimas de IPMs. É bem provável que para muitos desses trabalhadores assalariados a repressão política tenha sido algo novo, embora um bom número já tivesse suas atividades devidamente fichadas pelo DOPS há uma ou mais décadas. Essas pessoas, contudo, figuraram, juntamente a tantas mais, como os primeiros alvos das políticas coercitivas do novo regime. Assim, estender as análises sobre a ditadura a locais, grupos sociais e períodos pouco trabalhados é de suma importância para que se possa construir uma dimensão maior do caráter violento da mesma.

Fontes

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. *Comissão Estadual de Investigação*. Fundo: Processos da Secretaria de Justiça (1950-1970/1978). Processos: 01; 03; 5A; 06; 07; 11; 12; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 26; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 42; 44; 45; 46; 47; 48; 49; 50; 51; 52; 53; 55; SN; SN; SN.

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*. (dias: 13/04/1964, 27/04/1964 e 11/05/1964).

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. *Jornal O Estado*, Florianópolis/SC. (dias: 02/04/1964, 09/04/1964, 17/05/1964, 19/05/1964 e 22/05/1964).

Grupo de Estudos sobre a Ditadura – GEDM/UFRJ. *Atos Institucionais*. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/legislacao_res.php?ncat=2> Acesso: 08 de maio de 2012. (Atos Institucionais nº 1).



Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: EDUSC, 2005.

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3o andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FABRICIO, Edison Lucas. *A produção do espectro comunista: imprensa, política e catolicismo. (Blumenau 1960 – 1964)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

GENOVEZ, Felipe. *História da Segurança Pública no Estado de Santa Catarina: Chefes de Polícia-Secretários de Segurança Pública*. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/historia-da-seguranca-publica-no-estado-de-santa-catarina-chefes-de-policia-secretarios-de-seguranca-publica/67550/#ixzz24H6Dhb29>> Acesso em 28 de agosto de 2012.

JOFFILY, Mariana. A margem de suspeita. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, p. 1-12, São Paulo, 2011.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

MIGUEL, Salim. *Primeiro de Abril: Narrativas da Cadeia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. In: *Tempo Social*, v1, p. 113-128, São Paulo, 1990.



Recebido em 26 de junho de 2013

Aceito para publicação em 31 de março de 2015



A prostituição e o fazer cotidiano da EJA/FPOLIS: um estudo de caso¹

Mariane da Silva

marysilvaa@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo é resultante da experiência de estágio supervisionado em História ocorrido entre os anos de 2013 e 2014, em um núcleo de Educação de Jovens e Adultos em Florianópolis. A intenção deste trabalho é falar sobre a experiência de trabalhar o tema prostituição com os estudantes desse núcleo, visando desconstruir estereótipos, por meio do ensino de História. Para entender este cenário, busco historicizar a educação de adultos no Brasil, ao mesmo tempo em que busco discutir a posição de marginalização dos núcleos de EJA perante a sociedade escolar e a que a cerca.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Ensino de História; Educação; Prostituição.

Abstract: This article is the result of an supervised internship experience in History occurred between the years of 2013 and 2014 in a core of Education for Youngsters and Adults in Florianópolis. The intention of this assignment is to talk about the experience of working with the students of the core, the prostitution subject, aiming to deconstruct stereotypes, through the teaching of history. To understand this scenario, I seek to historicizing adult education in Brazil, while I intend to discuss the marginalized position of EJA cores towards the school and the society that surrounds it.

Keywords: Youth and Adult Education; History Education; Education; Prostitution.

A definição de temas de pesquisa considerados tabus, não é novidade no núcleo da Educação de Jovens e Adultos – EJA/Centro II². O núcleo, à época, estava alocado na Escola Municipal Donícia Maria da Costa, situada no bairro Saco Grande do município de Florianópolis. Conjuntamente com o estudante Mário Luiz de Jesus e contando com a orientação e supervisão da Professora Dra. Joana Vieira Borges, a inserção no núcleo em questão nos possibilitou associar os saberes obtidos através das leituras e discussões realizadas nas disciplinas de licenciatura do curso de graduação em História da UFSC.

Ao longo da experiência³ de estágio, foi possível perceber a procura e a necessidade de serem abordadas tais temáticas. A Educação de Jovens e Adultos – assim como seu

1 Artigo elaborado como resultante da experiência de estágio vivenciada durante o ano de 2013; requisito parcial para aprovação na disciplina Estágio Supervisionado em História III.

2 Núcleo coordenado pelo professor José Maria Rosa Trindade no ano de 2013.

3 Estágio Supervisionado em História I e II, realizadas no primeiro e segundo semestre do ano de 2013.



público-alvo – encontra-se, em muitos casos, em posição de marginalização perante a sociedade escolar e a que a cerca; e que, apesar de ser um direito garantido em Constituição⁴, ainda encontra muitas dificuldades em seu andamento. São jovens e adultos em que o sistema e ensino regular não “funcionaram” por diversos motivos. O trabalho é apontado como uma das principais motivações da evasão escolar; são pessoas que, desde muito cedo, tiveram de assumir a obrigação do seu sustento e das suas famílias, ou que tiveram que cuidar dos irmãos menores para os pais trabalharem, ou que tiveram filhos muito cedo etc.. E, em geral, o motivo pelo qual voltaram a estudar é, justamente, o mercado de trabalho: para que consigam ter a chance de uma melhor colocação profissional a partir do nível de instrução - expresso num certificado.

Para a fundamentação desse direito é preciso recuar no tempo para entender, dentro da perspectiva da longa duração⁵, o processo de escolarização e letramento da sociedade brasileira. Assim como na educação infantil, a educação de jovens e adultos, ao longo do tempo, passou por diversas modificações. Ao historicizar a educação de jovens e adultos, pode-se constatar que nos diferentes momentos em que “surge” a necessidade de serem discutidas e pensadas as estratégias para alfabetizar essa parcela da população. São iniciativas que, em sua maioria, estão permeadas por um constante jogo de interesses, como no Brasil Colônia em que a escolarização de adultos era importante para a disseminação da fé cristã⁶ e/ou com a política do voto do cabresto⁷ na República Velha.

4 “Constituição Federal de 1988 Art. 208: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).” *Constituição Federal de 1988. Art. 208*. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988>> Acesso em 07 de abril de 2014.

5 Ver em: BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a história*. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

6 Ver em: PORCARO, Rosa Cristina. A história da educação de jovens e adultos no Brasil. *Alfabetizar Virtual*. Disponível em <<http://alfabetizarvirtualtextos.wordpress.com/eja/>> Acesso em 07 de abril de 2014.

7 A utilização da educação como meio de barganha política é evidenciada na “República Café com Leite”, quando somente homens maiores de 21 anos e alfabetizados poderiam votar, excluindo todo o resto da população como mulheres, mendigos, analfabetos e militares de baixa patente. Dessa forma, a parcela votante da população estava a mercê dos Coronéis que detinham a identificação e controle dos votantes, sendo então, imposto aos eleitores em quem deveria ser votado.



Diversas iniciativas na área da educação surgiram com a finalidade de diminuir o analfabetismo no Brasil⁸, principalmente, em 1945, após as denúncias feitas pela UNESCO⁹ (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura) em relação aos altos níveis de adultos analfabetos.

Surgiram, também, diversos movimentos, campanhas e programas no campo da educação até 1964 (ano do golpe civil militar) em todos os Estados da Federação. Entre elas, destacam-se: Movimento de Educação de Base da Conferência Nacional dos Bispos (1961), Centros Populares de Cultura (órgãos culturais da UNE) e Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura (1964), que contou com a participação do professor Paulo Freire¹⁰.

A partir do Golpe civil militar, em 1964, houve uma ruptura política com os movimentos educacionais, pois estes se posicionavam de forma contrária aos interesses dos militares. Diversos líderes dessas organizações foram perseguidos, exilados, organizações dissociadas, professores universitários perderam seus direitos políticos. Os programas que conseguiram resistir se mantinham praticamente na clandestinidade e, até o início da década de 1970, foram praticamente se extinguindo. Porém, a educação de jovens e adultos, enquanto estratégia política era um poderoso intermediário entre as camadas populares e o governo federal, e a escolarização era uma das “propostas de governo” dos militares. Criou-se, então, o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e o Ensino Supletivo, em 1971¹¹.

Essa iniciativa do governo militar pode estar associada à difusão da proposta pedagógica defendida por Paulo Freire. A *Pedagogia do Oprimido*¹² aparece, então, com um novo olhar para as práticas pedagógicas, presentes nos processos sociais e para os próprios

8 Em 1937, na primeira fase do governo Vargas, foi criado o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e instituído o Fundo Nacional do Ensino Primário que “deveria realizar um programa progressivo de ampliação da educação primária que incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos”. Sobre isso ver em: HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara di. *Escolarização de jovens e adultos*. São Paulo, n. 14, p.108-194, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07> >. Acesso em: 23 abr. 2014.

9 PORCARO, Ibidem, p.1.

10 Ibidem, 110-111.

11 A proposta pedagógica de Freire estava baseada nas relações com as pessoas mais simples e a partir dessas relações o educando criava seu próprio modelo de educação, diferentemente daquele previamente construído. A primeira edição da *Pedagogia do Oprimido* teve sua primeira edição lançada em português em 1970, mas sabe-se que antes disso o livro já era bastante comentado.

12 A proposta pedagógica de Freire estava baseada nas relações com as pessoas mais simples e a partir dessas relações o educando criava seu próprio modelo de educação, diferentemente daquele previamente construído. A primeira edição da *Pedagogia do Oprimido* teve sua primeira edição lançada em português em 1970, mas sabe-se que antes disso o livro já era bastante comentado.



processos sociais, como mediações pedagógicas na construção de novos saberes e novas práticas¹³. A dualidade oprimido e opressor pode ser facilmente identificada nas décadas que se seguiram com o governo nas mãos dos militares. E a difusão dos ideais de “libertação” do oprimido, por meio das práticas educacionais, pode ter sido considerado ameaçador ao regime vigente, pois era pensando para o oprimido partindo dele próprio. O governo militar precisou tomar para si essa “responsabilidade” pela educação dessas pessoas, dentro das suas convicções e da forma como mais lhe parecia conveniente. Essa iniciativa deixou profundas marcas no processo educativo e ainda hoje estão presentes em salas de aula.

Diante desse quadro, é importante atentar para o reflexo dessas iniciativas no cenário jurídico, sendo observados na Constituição (1824) e na criação de leis específicas, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases, que visam assegurar o direito à educação, bem como os direitos e deveres dos estados na manutenção das instituições de ensino, oferta de vagas, etc.

Legislação Sobre a Educação de Jovens e Adultos

Desde a primeira Constituição datada de 1824, diversas iniciativas no campo da educação foram lançadas para alfabetizar a população. Geralmente, essas iniciativas estavam ligadas a algum interesse particular, por exemplo, a barganha do voto na primeira república ou a (tentativa) de conciliação de classes, no período da ditadura civil militar, observados na seção anterior.

A partir da reforma dos estados, em 1902, foi possível verificar tentativas de reformulação do sistema educacional inspirados no modelo europeu. O capítulo V da Constituição de 1934, intitulado “Da família, da Educação e da Cultura”, a questão do ensino foi regulamentado enquanto dever da federação e competência dos estados. Dessa forma, os esforços para o estímulo da atividade educacional, bem como a organização e manutenção das instituições de ensino, passaram a ser Diretrizes que deveriam ser seguidas por todos os estados da federação.

13 STRECK, Danilo Romeu. Da pedagogia do oprimido às pedagogias de exclusão: um breve balanço crítico. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 107, p. 539-560, maio/ago. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/12.pdf>> Acesso em: 23 abr. 2014.



Já em 1961, com a aprovação da Lei 4.024, após imenso debate provocado por diferentes correntes educacionais, foi estabelecida uma regulamentação para educação nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação pode ser considerada um avanço por tratar especificamente dos objetivos/ finalidades e direito à educação; nos capítulos que a regem, são abordadas as questões referentes ao ensino primário, secundário, médio, técnico e superior e educação de excepcionais. Apesar do cuidado em atingir “toda” comunidade escolar, os jovens e adultos não estão incluídos – nem na modalidade de ensino supletivo.

Outras LDB’s foram criadas com o intuito de “reformular o ensino”¹⁴, mas foi somente após a promulgação da Constituição de 1988 e o contexto de abertura política, caracterizado pelo término do período ditatorial no Brasil, que pode ser aprovada uma nova Lei de Diretrizes e Bases. A Lei nº 9.394/96¹⁵, com seus 91 artigos aprovados, defendeu o fortalecimento da descentralização e a democratização do espaço escolar. A educação de jovens e adultos passou a ser constituída como direito, devendo a instituição de ensino garantir “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”¹⁶.

Essas “oportunidades educacionais apropriadas” são observadas na proposta de ensino da educação de jovens e adultos da prefeitura municipal de Florianópolis, em que o ensino se dá através da pesquisa que parte do interesse e vontade do estudante, visando respeitar e entender suas necessidades. A partir da utilização dos documentos oficiais do município, em seguida, serão abordadas a metodologia de ensino utilizada para as articulações da pesquisa para ensino/alfabetização de jovens e adultos.

Organização e Propostas de Ensino para a EJA no Município de Florianópolis

14 Observado na Lei 5.692/71 de 11 de agosto de 1971, conhecida como *Reforma Passarinho* (em “homenagem” ao então ministro da educação Jarbas Passarinho). O Art.7º que inclui as disciplinas de Moral e Cívica como obrigatórias nos currículos de 1º e 2º é um exemplo do se buscava com essa reforma educacional. Disponível em: < http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm > Acesso em 27 abr. 2014.

15 Art. 8 da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96: A União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino; § 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais; § 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei. Disponível em < <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11695738/artigo-8-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996> > Acesso em 28 abr. 2014.

16 Trecho da Lei nº 9394/96 – *Art. 38 da Seção V* – que trata a respeito da Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: < http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/19394_96.htm > Acesso em 28 de abr. de 2014.



A proposta de ensino desenvolvida pela EJA em Florianópolis é pautada na pesquisa, objetivando a autonomia dos alunos em buscar e construir o conhecimento conforme as suas necessidades e interesses. O método de ensino através da pesquisa se dá de forma quase espontânea: os alunos pesquisam sobre o que lhes chama a atenção, sem se darem conta de que estão apreendendo os mais diferentes conteúdos disciplinares. As disciplinas se encontram dissociadas e interagem entre si no contexto das variadas propostas de pesquisa: a História encontra-se presente na busca pela historicidade dos objetos de estudo, percebendo a necessidade da utilização de certos procedimentos de análise, seus usos ou desusos, etc.; a Língua portuguesa está presente na interpretação das informações coletadas, na identificação dos agentes cognitivos e na transcrição e sociabilização dos saberes, etc.

O papel do professor passa a ser de mediador/orientador rompendo com o padrão de que o professor detém de todo o conhecimento. Esse conhecimento é construído em conjunto, através dos resultados apontados pelas pesquisas, sendo os alunos os responsáveis pelo andamento e resultado delas. O tempo médio para formação é de dois anos, considerando as atividades desenvolvidas como Horas Não-Presenciais (HNP) e o desenvolvimento/capacidade de pesquisas, totalizando 1600 horas-aula¹⁷.

Um das maiores críticas dirigidas à proposta de ensino da EJA/Florianópolis está na “ausência” dos chamados conteúdos escolares, ou disciplinares, presentes no ensino fundamental e médio. Essas críticas são realizadas na maior parte das vezes por pessoas que desconhecem as propostas do ensino pautado na pesquisa: as “disciplinas” dialogam entre si construindo saberes sempre em relação ao cotidiano e saberes prévios dos alunos, promovendo a inserção e assimilação dos conteúdos a partir da realidade dos mesmos. Os elementos didáticos pertencentes à proposta da EJA/Florianópolis são pensados considerando sempre a participação do aluno em todas as etapas da construção do conhecimento.

A partir das discussões e análise dos documentos oficiais, da resolução da EJA Florianópolis¹⁸ e da experiência de estágio, foram observados a utilização dos recursos que

17 *Prefeitura Municipal de Florianópolis*. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes para a implantação do plano de curso da educação de jovens e adultos da rede municipal de ensino de Florianópolis. Florianópolis, fev. de 2012, p. 3.

18 *Prefeitura Municipal de Florianópolis*. Conselho Municipal de Educação. Resolução EJA. Florianópolis, 3 dez. 2010, p. 1-6.



norteiam a prática de ensino da EJA como os diários dos alunos, os mapas conceituais, os cadernos de assessoramento de pesquisa, os portfólios dos alunos e as pastas de projeto de pesquisa. Estes elementos didáticos empregados na prática pedagógica da EJA, segundo o Caderno do Professor¹⁹, devem ser utilizados de forma bastante coerente respeitando o tempo de aprendizagem e assimilação de cada aluno.

Com relação aos recursos didáticos, a EJA/Fpolis conta com uma série de materiais que visam, não somente a conclusão dos ciclos de pesquisa, mas a integração dos estudantes com os professores, constituindo uma relação de amizade e confiança. Dentro do segmento da EJA, é muito importante que estas relações sejam consolidadas, pensando no indivíduo que faz parte desse quadro de estudantes. São pessoas que sofreram, ao longo da vida, vários processos de exclusão e, na maioria das vezes, é na Escola em que ocorre o primeiro deles. A Escola, em muitos dos casos, era algo que não se ajustava à realidade de muitas pessoas e que, hoje, muitas delas integram o quadro de alunos da EJA. São jovens e adultos que viveram/vivem à margem da sociedade e que percebem a necessidade da escolarização para buscar melhores condições de vida.

Por isso, a proposta de aproximação entre alunos e professores é tão importante dentro do núcleo da EJA. Essa relação é evidenciada a partir da escrita e leitura dos diários. Cada aluno recebe um diário individual pelo qual deve ser mantido um diálogo constante com os professores. O diário possui um papel fundamental para a criação e estabelecimento da relação dos professores e estudantes, constituindo-se como principal meio de comunicação; dúvidas sobre atividades e/ou sugestões devem ser registradas para que, a partir dessa comunicação, os professores possam responder e comentar, conforme o que cada aluno escreve.

No núcleo em questão, é bastante incentivada a prática de escrita nos diários nem que seja para contar como foi o final de semana, sobre um passeio ou um filme que o aluno tenha assistido etc.. Dessa forma, esse vínculo é construído de forma individual e humanizado. É ali que os professores passaram a conhecer a escrita, interpretação e um pouco da realidade de cada estudante. E, conforme a essa relação se fortalece, criam-se laços de amizade e confiança que serão refletidos no momento da pesquisa. Esse reflexo se dá, pois o indivíduo não sente

19 *Prefeitura Municipal de Florianópolis*. Secretaria de Educação. Estrutura, Funcionamento, Fundamentação e Prática na Educação de Jovens e Adultos. Departamento de Educação Continuada. 2008



mais vergonha, por escrever errado ou por mal saber escrever; ele sabe que determinado professor já o conhece, sabe das suas dificuldades e necessidades. Dessa forma, torna-se mais aberto a sugestões e críticas no decorrer do ciclo de pesquisa.

Ainda com relação aos elementos didáticos, assim como todo o ciclo de pesquisa, os Mapas Conceituais são elaborados pelos estudantes e, depois, analisados pelos professores. Esse Mapa deverá conter o “caminho” para conseguir (ou não) sanar a problemática da pesquisa. Nesse momento percebe-se a transdisciplinaridade presente na prática pedagógica da EJA/FPolis.. As disciplinas se “cruzam” para sanar a problemática de pesquisa. Cada área do saber se apresenta e se articula com as outras disciplinas; é o que se pode chamar de construção de conhecimento, pois sem se dar conta, o estudante está aprendendo e assimilando diferentes saberes ao mesmo tempo.

A experiência de estágio permitiu a associação dos saberes obtidos através das leituras e discussões realizadas na academia com a realidade da prática e do cotidiano do projeto da EJA/Florianópolis. Foi possível compreender não somente a proposta de ensino através dos ciclos, mas observar presencialmente os momentos da prática e do desenvolvimento das pesquisas no núcleo. A integração entre universidade e EJA pode ser considerada, segundo Miguel Arroyo, promissora para a reconfiguração desse sistema de ensino, uma vez que o torna foco para o desenvolvimento de pesquisas e de formação docente²⁰.

Por meio das investigações e discussões realizadas durante as disciplinas de estágio, foi possível perceber algumas permanências e dificuldades, no tocante a metodologia da prática e na assiduidade dos estudantes. Foi possível perceber, também, a recorrência de alguns temas nas pesquisas, como drogas, aborto, prostituição, etc.. Problematizarei, na próxima seção, sobre o tema prostituição, pois foi o tema de pesquisa acompanhado durante as atividades de regência do estágio.

A Prostituição como problemática de pesquisa

20 ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANELLI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 18.



A prostituição pode ser definida como troca de favores sexuais, mediante pagamentos em espécie, trocas e/ou favorecimentos²¹. Mas, sabe-se que essa atividade não se limita a isso e que existe toda uma discussão que envolve a chamada “profissão mais antiga do mundo”. Geralmente, essas discussões são permeadas por discursos moralizantes na qual a atividade é colocada como contrária aos “bons costumes”, onde as práticas do ofício são consideradas permissivas à violação do corpo e da dignidade de quem as exerce. E por falar em ofício, a prostituição nem sempre é compreendida como uma “atividade profissional”, mas como uma “prática suja”, indigna e ilegal.

A proposta do tema “Prostituição” é frequente na elaboração das problemáticas de pesquisa do núcleo em que essa experiência se limita²². No semestre em que ocorreu a regência, em especial, uma pesquisa levantava a seguinte questão: “O que levam as mulheres à prostituição?”²³. Durante as orientações, tornou-se evidente a argumentação, entre os membros do grupo, de que as pessoas que “trabalham nesse ramo” o fazem como último recurso para seu próprio sustento e de sua família, sendo as mães solteiras o perfil principal apontado. Também foi observado que quando se fala em prostituição, frequentemente, há a associação desta com outras práticas marginalizadas pela sociedade como o uso de drogas; fator elencado como um dos principais motivos e/ou consequências: sustentar o vício.

Diante disso, o projeto elaborado buscava identificar os diferentes sujeitos que fazem parte do “mundo da prostituição”, historicizando e problematizando, os diferentes discursos perpetuados. A intenção era provocar para, então, incitar a discussão e consequentemente, quebrar alguns conceitos e estereótipos a partir da reflexão e debate.

Sabe-se que a prostituição, apesar da tentativa de invisibilização, ela está por aí em toda a parte, e isso não é novidade alguma. Para além das opiniões divergentes, desde o final

21 Conforme consta na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO): “Profissional do sexo: Garota de Programa, Garoto de Programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da Vida, Prostituta, Trabalhador do Sexo. Descrição Sumária: Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidade da profissão.” Disponível em < <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf> > Acessado em 07 de julho de 2014.

22 É importante salientar que vou me ater, principalmente, a prostituição feminina, pois este era o enfoque do grupo de pesquisa orientado durante a experiência de estágio.

23 Inicialmente esse grupo de pesquisa era constituído por três pessoas, mas uma aluna desistiu algo recorrente na realidade da EJA. A iniciativa desse tema de pesquisa partiu da curiosidade de uma das alunas em entender essas possíveis motivações porque tem um parente que é profissional do sexo.



do século XX, existem mobilizações de alguns movimentos sociais para que sejam criadas políticas públicas que atendam a esse nicho de mercado. Ao final da década de 1970, por exemplo, o Brasil assistiu a algumas manifestações que visavam a integração moral e social das/os profissionais do sexo, combatendo os estigmas que as/os acusavam de meras/os pervertidas/os sexuais. Prostitutas, organizadas em grupos ou não, passaram a reivindicar o tratamento como “profissionais do sexo”, e que a prostituição fosse considerada um “trabalho como outro qualquer”²⁴. Nesse sentido, passou-se a utilizar o esse termo como sinônimo de prostituta/o, pois o mesmo é historicamente carregado de conotação negativa e discriminatória.

Vale ainda salientar que a dimensão socioeconômica pode ser considerada como fator principal que acarreta o envolvimento de muitas mulheres, em sua maioria jovens, que veem na prostituição um meio de sobrevivência. Sabe-se, também, que no chamado “mercado do sexo” a exploração sexual infantil e o tráfico de mulheres é algo presente, porém a proposta de trabalho não perpassará esses “eixos”, pois o enfoque foi dado às motivações de mulheres adultas a procurarem esse meio de vida.

O núcleo da EJA em que foi realizada essa experiência está situado em uma comunidade carente próxima ao centro da capital do estado de Santa Catarina. É uma situação muito contraditória, pois a avenida que corta o bairro reflete muito bem o cenário da desigualdade social: do início e até a metade dela – maios ou menos –é asfaltada, com calçadas largas e bem sinalizada. É nesta parte em que está situado um *shopping center*, o entorno conta com condomínios fechados, grandes lojas, academia de ginástica, etc.; da outra metade em diante, mais ou menos em frente ao posto de saúde do bairro, a avenida passa a ser de lajotas, com buracos, sem calçadas, casa humildes que tomam o morro. É um sinal de que, daquele ponto em diante, se encontra uma comunidade carente, talvez, seja mesmo um aviso aos “visitantes desavisados”.

A questão é que, a comunidade em que está alocado o núcleo, já vive a condição de marginalização: a diferença social é o que define as relações do bairro. Os estudantes que frequentam esse núcleo e que vivem diariamente essa realidade encontram na EJA, a

24 RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? *Rev. Katálysis*. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 68-76 jan./jun. 2009. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/10720/10242> > Acesso em 07 de julho de 2014.



possibilidade de se perguntar e buscar respostas sobre essa relação – essas relações. O surgimento de pesquisas que tratam de temas que vivem sob essa mesma perspectiva, na verdade, surgem com a necessidade de entender um contexto ainda maior: o da exclusão social. A prostituição, assim como as drogas e o tráfico, estão presentes de forma significativa nesses bairros carentes de atenção pública. Dessa forma, torna-se “comum” os estudantes se interessarem por essas temáticas, pois existe uma proximidade entre eles.

Ao conversar com o grupo que estava pesquisando, era nítido que conhecem ou sabem de alguém que decidiu utilizar a prostituição como forma de ganhar dinheiro. Apesar da argumentação moralista do senso comum, percebe-se a necessidade de entender essa prática e o porquê de ser tão mal vista. Durante a exposição para o grande grupo, a preocupação era tentar desvencilhar a imagem – ora de vítima ora do glamour – vinculadas aos profissionais do sexo.

As discussões sobre prostituição, frequentemente, perpassam o viés moral e não se preocupam em identificar quem são os sujeitos que estão inseridos nesse meio. Muito se critica quem se sujeita a essa prática, mas poucos param para refletir a respeito da procura por esses profissionais. Sabe-se que é algo recorrente em todos os setores da sociedade, e que atende aos mais diversos públicos, tanto masculino quanto feminino.

O “Profissional do Sexo” ou “Garota/o de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Trabalhador do sexo”, foi incluído na Classificação Brasileira de Ocupações²⁵. A descrição das atividades exercidas e o reconhecimento como profissão perante a justiça do trabalho representa um avanço em relação às demandas dos movimentos sociais, ainda que não exista uma regulamentação que assegure às atividades desenvolvidas. Nota-se uma tentativa válida de reconhecimento como profissão, ainda que impregnada de moralismo e conservadorismo.

A questão da prostituição é tema recorrente de estudos no meio acadêmico, por se tratar de uma demanda social que esbarra em uma sociedade conservadora e moralista. Ora, se há demanda é porque existe uma procura e, na maioria dos casos, onde esbarram as tentativas de “inserir socialmente” esses sujeitos, se dá nos setores em que, também, utilizam esses serviços: como a Câmara de Deputados, Senado, etc.. Explico-me, desde 2003 há um Projeto

25 A CBO, sob o número de matrícula 5198. Site da Classificação Brasileira de Ocupações. Disponível em < <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf> > Acessado em 07 de julho de 2014.



de Lei (98/2003) proposto pelo então deputado Fernando Gabeira (PV/RJ) que visa à legalização da prostituição²⁶. Legalizar no sentido de regulamentação, de descriminalizar a prática, pois se a mesma se encontra na ilegalidade, encontra-se equiparada à criminalidade (estando sujeitas a violência física, psíquica, ao tráfico de drogas, tráfico humano, etc.) e desamparada por não ter a que meios recorrer. Apesar de contar com o apoio de alguns deputados, esse projeto não conseguiu o número de votos o suficiente para a sua aprovação. Esse fato está diretamente relacionado à composição conservadora e moralista dos parlamentares, em sua maioria vinculados a partidos com orientação religiosa. A intenção ao regulamentar a prostituição não é o de incentivar a prática, mas sim de garantir o reconhecimento social e juridicamente dos sujeitos que fazem da prostituição o seu meio de vida.

Com relação à vitimização da prostituta, buscamos trazer a voz de prostitutas da terceira idade²⁷, que deixam claro que estão nessa vida porque querem; não por falta de caráter ou moral, mas porque enxergam o seu corpo como uma ferramenta de trabalho. A exibição desse documentário foi crucial para “abalar” as argumentações mais moralistas e mostrar outra perspectiva a respeito. É, realmente, um “mundo” em que a invisibilidade a respeito das tentativas de inserção social são, praticamente, desconhecidas.

Além de ONG's²⁸, existem sindicatos²⁹ que visam à proteção e a defesa dos profissionais do sexo. A missão dessas ONG's é, justamente, de amparo e reconhecimento às profissionais do sexo, visando segurança e políticas públicas que visem reduzir a vulnerabilidade da profissão, na área do direito legal, saúde e segurança.

A intenção com a exposição de diferentes perspectivas de um mesmo tema é demonstrar que as motivações dessas pessoas são as mais variadas, mas, o mais importante, é

26 LOPES JR, Edmilson. Amor, sexo e dinheiro: uma interpretação sociológica do mercado de serviços sexuais. *Revista Política e Sociedade*. N°6 – Abril de 2005. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1938/1702> > Acessado em 07 de julho de 2014.

27 A principal fonte utilizada para a discussão é o premiado documentário “69 – Praça da Luz”, da diretora Carolina Galvão, lançado em 2007. Este vídeo apresenta a prostituição a partir da fala de prostitutas da terceira idade que ganham a vida nessa praça, na cidade de São Paulo. Disponível em: < http://portacurtas.org.br/filme/?name=69_praça_da_luz >

28 Em São Paulo, a DASPU Putique (trocadilho com nome de uma boutique famosa) idealizada por Gabriela Leite, que também é presidente da ONG Davida.

29 ASPROMIG de Minas Gerais, fundado em 2009, com o objetivo de representar e defender as profissionais do sexo que exercem suas atividades nos mais variados espaços. Site da DASPU. Disponível em < <http://www.daspu.com.br/> > Acessado em 03 de outubro de 2013; Site da Davida. Disponível em < <http://www.davida.org.br> > Acessado em 07 de outubro de 2013.



se dar conta de que é preciso questionar antes de julgar, antes de discriminar, antes de cometer qualquer violência (física ou psíquica) contra essas pessoas. E que saibam, inclusive, respeitar mesmo aqueles com opiniões divergentes.

Algumas considerações finais

Como já havia mencionado anteriormente, durante as atividades de mediação no núcleo, foi elaborado um projeto³⁰ em forma de oficina, que passou pelo pressuposto de cobrir a “lacuna” presente no mapa conceitual do grupo orientado: não havia a preocupação em problematizar os sujeitos que estão inseridos nessa realidade, deixando margem para a concepção conservadora em renegar a existência da prostituição. Por isso surgiu “*Quem são os sujeitos que fazem parte do mundo da prostituição*”, para que fosse possível enxergar esses diferentes sujeitos, pensando na diversidade e multiplicidade de fatores que os levaram a exercer essa profissão, bem como salientar que o livre arbítrio é um direito de todos os cidadãos.

Diante dos questionamentos acerca da prostituição, percebemos a necessidade de problematizar junto aos estudantes a historicidade deste conceito, os diferentes interesses e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos nesta prática, assim como os estereótipos construídos, sobretudo, em relação às mulheres. Visando a problematização da prostituição enquanto um conceito complexo, abrangente e datado, propusemos dentro do projeto Cine-debate³¹ uma oficina audiovisual que promovesse o debate em torno dos sujeitos que compõem o “mundo da prostituição” e os diferentes significados que estes atribuem à prática. Intencionando a desconstrução desses estereótipos identificados, buscamos estabelecer ainda ligações passado-presente, no intuito de mostrar que ao longo do tempo nem sempre se pensou o mesmo a respeito da prostituição.

Ao partir das concepções moralistas que cercam o tema, buscamos discutir com os estudantes a respeito dos diversos motivos que levam as pessoas à prostituição, que variam desde a dessacralização do corpo às questões relacionadas à violência sexual, consumo de

30 O projeto elaborado e aplicado, também, foi realizado em dupla, assim como toda a experiência de estágio – por isto nesse momento utilizo a primeira pessoa do plural.

31 Quinzenalmente ocorre no núcleo a exibição de documentários e/ou filmes que visam auxiliar em alguma temática e pesquisa buscando mostrar outras possibilidades de fontes.



drogas e fatores socioeconômicos (crescer nesse meio e não ter/saber outras alternativas de vida). Todas essas questões passam pelo esforço de mostrar que o clichê empregado “ganhar dinheiro fácil” passa longe de qualquer facilidade. Ao incitar o debate buscamos explicitar que a forma como são denominados esses sujeitos, a condição de “prostituta”, está muito ligada ao lugar em que se encontram dentro de uma escala social. Será que a prostituta que atende a políticos, jogadores de futebol, empresários é a mesma que atende aos caminhoneiros na beira da estrada? O que as difere?

A prática da regência na EJA nos permitiu enxergar o quão importante é a aproximação entre professor e estudante na construção de uma relação de confiança, respeito e de troca. Digo isso porque, somente depois que me senti a vontade com o grupo que orientei durante o estágio, percebi que as coisas passaram a fluir e consegui me fazer e ser entendida. Durante essa aproximação, consegui identificar até onde poderia exigir em cada orientação de forma a não sobrecarregá-los de atividades/leituras? Nem deixá-los muito dispersos. Essa percepção só foi possível ao longo das semanas de trabalho junto ao núcleo.

Ao perceber as necessidades e as dificuldades dos estudantes, pude me preparar para ajudá-los de fato, pois assim como eles, muita coisa no universo da prostituição eu desconhecia. A partir dessa relação de troca de saberes e de conhecimento se deu a preparação da oficina, totalmente voltada para as dificuldades e os objetivos não alcançados durante as orientações. Foi gratificante perceber que estava construindo algo que os ajudaria não somente para findar a pesquisa, mas principalmente na inversão de certos valores presente na fala dos estudantes. Como dito anteriormente, a proposta de trabalhar com o tema prostituição partiu da estudante por ter uma pessoa na família que trabalha nesse ramo. Acredito, com toda a certeza, que contribuimos de forma positiva para que a estudante passasse a ter outra percepção sobre a escolha de vida de seu parente. Esse aprendizado foi levado para vida dessa estudante, que talvez possibilite outras pessoas a enxergarem de outra forma esses sujeitos.

Referências

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANELLI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Orgs). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 18.



ASPROMIG. Disponível em < <https://www.facebook.com/aprosmig/info> > Acesso em 03 de outubro de 2013.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: *Escritos sobre a história*. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DASPU. Disponível em < <http://www.daspu.com.br/> > Acesso em 03 de outubro de 2013.

Davida. Disponível em < <http://www.davida.org.br/> > Acesso em 07 de outubro de 2013.

GUIMARAES, Kátia. MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. *Rev. Estud. Fem.* vol.13 no.3. Florianópolis Sept./Dec. 2005. Disponível < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt > Acesso em 27 de setembro de 2013.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara di. *Escolarização de jovens e adultos*. São Paulo, n. 14, p.108-194, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07> >. Acesso em 23 abril de 2014

LOPES JR, Edmilson. Amor, sexo e dinheiro: uma interpretação sociológica do mercado de serviços sexuais. *Política e Sociedade: Rev. Sociologia Política*. Florianópolis, v. 4, n. 6 (2005). Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1938/1702> > Acesso em 25 de setembro de 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Disponível em < <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf> > Acesso em 07 de julho de 2014.

PORCARO, Rosa Cristina. A história da educação de jovens e adultos no Brasil. *Alfabetizar Virtual*. Disponível em < <http://alfabetizarvirtualtextos.wordpress.com/eja/> > Acesso em 07 de abril de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Estrutura, Funcionamento, Fundamentação e Prática na Educação de Jovens e Adultos*. Departamento de Educação Continuada. 2008. Disponível em < http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_02_2010_9.36.57.04162e08d6cd8876612adc5ada375bd5.pdf > Acesso em 06 de outubro de 2013.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? *Revista Katálysis*. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 68-76 jan./jun. 2009. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/10720/10242> > Acesso em 25 de setembro de 2013.



STRECK, Danilo Romeu. Da pedagogia do oprimido às pedagogias de exclusão: um breve balanço crítico. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 107, p. 539-560, maio/ago. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/12.pdf> > Acesso em 23 abril de 2014.

Recebido em 03 de janeiro de 2015

Aprovado para a publicação em 25 de setembro de 2015



ESTUDOS

A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina

Diego Schibelinski

whisllety@outlook.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este trabalho busca analisar a primeira visita do Imperador D. Pedro II à cidade de Desterro. Analisaremos a forma como tal visita foi anunciada na imprensa da capital catarinense e as mudanças decorridas em prol deste evento. Para isso analisaremos documentos da época que tratem diretamente do tema, jornais do período da visita, bem como bibliografia existente sobre o tema que, apesar de citado em diversas obras, foi pouco trabalhado na historiografia catarinense. Este trabalho tem como intuito ajudar na melhor compreensão deste processo, analisando a forma como esta visita interferiu diretamente na cidade, problemática até então não levantada.

Palavras-chave: Desterro; D. Pedro II; Visita Imperial; Brasil Monárquico.

Abstract: This paper seeks to analyze the first visit of Dom Pedro to the city of Desterro. We will analyze the way such visit was announced through the capital's press and the changes this event triggered. In order to do so, we will delve through documents of the time that address this theme, newspapers contemporary to the visit, as well as bibliography concerning this topic, that, even used in the making of many other papers, it has been poorly address by the historiography of Santa Catarina. This work aims to bring better comprehension over this process, analyzing the way the Emperor's visit brought changes to the city, an issue yet to be explored.

Key-words: Desterro; D. Pedro II; Imperial Visit, Monarchic Brazil.

É durante o governo imperial de D. Pedro II que se intensificam os esforços de um projeto de construção da identidade nacional. Isso ocorre após toda “a fragilidade da instituição brasileira, especialmente, durante o governo regencial”¹. O alto número de revoltas ocorridas desde a independência e os frequentes problemas com os regimes republicanos da América Latina, podem ter contribuído para o surgimento de um sentimento de ameaça, o qual deveria ser combatido. Em 14 de Setembro de 1845, quando o então Imperador do Brasil, D. Pedro II, encerrou a segunda sessão da sexta legislatura da Assembleia Geral Legislativa, anunciando seu

1 FERREIRA, G. Os conflitos do Rio da Prata. In.: GRINBERG, K. e SALLES, R. Coleção *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. Vol. 2, p. 385-424.



A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina- Diego Schibelinski
desejo de conhecer, pessoalmente, as províncias do Império, declarou que um de seus principais objetivos era o de fazer sentir a todos os seus súditos as duas primeiras necessidades na nação: a ordem e a justiça; e que estas só se obteriam por meio do respeito às autoridades e pela obediência a Constituição e as Leis².

A então chamada província de São Pedro do Rio Grande do Sul, devido a inúmeras questões políticas, sobretudo, devido à recém-contida Revolução Farroupilha, acabou sendo escolhida como o primeiro destino deste projeto. Ao longo do trajeto o imperador acabou visitando outras localidades. A visita a Desterro foi uma destas ocasiões.

A visita do Imperador brasileiro D. Pedro II à cidade de Desterro, capital da província de Santa Catarina, em 1845, segundo Oswaldo Rodrigo Cabral (1979), configura-se como o acontecimento mais importante da primeira metade do século XIX na Ilha de Santa Catarina. Mediante a tal afirmação, este artigo pretende realizar uma breve análise da Desterro da década de 1840, bem como do cenário de tal visita³. Questões como a notícia da chegada do Imperador, das preparações para sua recepção e das mudanças decorridas de tal evento, sejam elas no meio urbano ou na rotina social, são alguns dos principais pontos desta análise.

Tais compressões foram construídas por meio da análise de documentação produzida no período, como *O Relator Catharinense*⁴ – jornal fundado em 1845 com a função de relatar a permanência do Imperador em Desterro, assim como as atividades por ele exercidas. Ofícios e relatórios do Presidente da Província, relatórios de Delegado e Subdelegado, ofícios de diversas Câmaras Municipais à cidade de Desterro e ofícios do Imperador ao Presidente de Província também nos serviram de fonte⁵. Além disso, buscou-se dialogar com obras de autores da historiografia catarinense como Oswaldo Rodrigues Cabral, Joana Maria Pedro e Beatriz Gallotti Mamigonian⁶.

2 Arquivo Público Estadual, *Ofícios do Ministério do Império ao Presidente de Província*- 1845.

3 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. V.1. Florianópolis: Lunaedelli, 1979, p.91.

4 As oito edições mais suplemento de *O Relator Catharinense* analisadas para essa pesquisa encontram-se disponíveis, sobre a forma de fotocópia, no Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina.

5 Toda documentação citada encontra-se disponível, em estado original, no Arquivo Público Estadual de Santa Catarina.

6 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. V.1. Florianópolis: Lunaedelli, 1979; PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1995; e MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. (1750-1850)* In:



A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina- Diego Schibelinski

Ainda com relação à temática do artigo, é possível encontrar referências sobre a visita do segundo Imperador brasileiro à Desterro em diversas obras da historiografia catarinense, porém, o tema mostra-se minimamente trabalhado dentro delas. O que se pretende aqui é construir uma análise um pouco mais aprofundada deste evento possibilitando compreendê-lo de forma mais ampla, podendo assim, adicionar aos estudos da historiografia catarinense, no período imperial, uma pequena contribuição.

Da póvoa à Desterro: o nascimento da capital da Província de Santa Catarina

Podemos encontrar referências a respeito da Ilha de Santa Catarina em alguns relatos de navegadores ainda durante o século XVI e início do XVII, no entanto, a vila de Nossa Sra. de Desterro, atual Florianópolis, só teve sua fundação na segunda metade do século XVII, sobre a figura do vicentista Francisco Dias Velho.

A primeira vez que saiu Dias Velho, de Piratininga, para fundar a povoação da Ilha de Santa Catarina, dizem que foi em 1662. Se saiu, se por aqui andou, dessa vez, entre tanto, nada fundou nem levantou e, até 1672, dez anos após, tudo leva a crer que não o tivesse feito, pois o tempo que lhe sobrava do exército de Encargos da República, mal dava para aproveitar no povoamento do próprio lar, enchendo-o com uma dúzia exata de filhos. Em 1673, seu irmão José Dias Velho, a seu mando, andou por aqui e fez algumas plantações; e, ele mesmo, entre 1675 e 1678, três anos corridos, aqui permaneceu. Foi só depois disto que, regressando a São Paulo, requereu sesmarias na Ilha, onde já tinha Igreja de N. Sra. Do Desterro⁷.

O assassinato de Dias Velho em 1689 – durante um embate com uma tropa pirata – levou ao quase total esvaziamento da região, quando aqui permaneceram apenas alguns indígenas e pouquíssimos colonizadores brancos. Oswaldo Rodrigues Cabral afirma em sua obra que, com o passar dos anos, vinte e poucas famílias se fixaram na Ilha, erguendo novos ranchos⁸. A essas

FRAGOSO, João et. al. *Nas rotas do Império*. Vitória: EDUFES, 2006.

⁷ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. V.1. Florianópolis: Lunaedelli, 1979, p.18.

⁸ *Ibidem*, p.20.



A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina- Diego Schibelinski

famílias ter-se-iam reunido outras tantas vindas de São Francisco do Sul ainda no começo do século XVIII. Em 1711, com a chegada de casais vindos da Ilha da Madeira e do Arquipélago dos Açores, o vilarejo de Nossa Senhora do Desterro passou a configurar-se como uma pequena comunidade, composta por 147 colonos brancos e alguns poucos escravos e indígenas. Anos depois, entre 1748 a 1756, cerca de cinco mil novos imigrantes das ilhas lusas desembarcaram em solo catarinense⁹.

Será também a partir da segunda metade do século XVIII que a cidade começará um lento processo de expansão. Utilizando dados coletados em relatórios de viajantes que passaram por Desterro, Cabral aponta que em 1763, na ilha contava-se apenas 150 casas. No relatório do capitão Adam Johann Von Krusebstern – chefe de uma expedição russa patrocinada pelo Czar Alexandre I, que permaneceu pelo período de sete semanas na Ilha de Santa Catarina no ano de 1803 –, é possível percebermos algumas das mudanças ocorridas na vila até o início do século XIX. Através dos dados coletados pelo capitão é possível perceber um aumento significativo no número de casas construídas na ilha, além disso, a população triplicara e ganhara novos hábitos, inclusive já sendo possível perceber a presença de um pequeno comércio, que iniciava suas atividades. Em seu relatório, Von Krusebstern ainda relatou que, em sua opinião, esta era a parte do Império luso que menos havia atraído a atenção da Coroa apesar de sua localização e de seu agradável clima¹⁰.

As políticas de povoamento criadas pela Coroa portuguesa – medida que buscava garantir a posse do território –, juntamente a um projeto criado no final do século XVII e que visava o investimento nas freguesias litorâneas da capitânia de Santa Catarina para o desenvolvimento de uma economia de produção estratégica de abastecimento do mercado consumidor interno, contribuíram para a integração da região ao circuito atlântico¹¹.

Contudo, é durante o século XIX que a pequena vila passará por grandes mudanças. Surgem as primeiras casas confortáveis e luxuosas, provenientes do nascimento de uma classe

9 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro: casas, sobrados e chácaras*. Porto: Typ. Da Livraria Simões Lopes, [19-], p. 07.

10 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Op. Cit.*, 1979, p.26.

11 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. (1750-1850) In: FRAGOSO, João et. al. *Nas rotas do Império*. Vitória: EDUFES, 2006, p. 618.



A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina- Diego Schibelinski
 mais abastada financeiramente formada por pequenos comerciantes e armadores envolvidos com o transporte de mercadorias e que irão se juntar à já existente elite militar e àquela de ocupantes dos cargos públicos¹². Será neste século também, a véspera da independência brasileira, com sua economia ainda em expansão, que a vila se elevou a categoria de cidade, tornando-se, em 1923, a capital da Província de Santa Catarina.

Foi ao governo desta Desterro que, em 29 de Setembro de 1845, o Ministro dos Negócios do Império, José Carlos Pereira d'Almeida Torres, destinou a seguinte mensagem:

Tendo sua Magestade o Imperador Resolvido vizitar com Sua Magestade a Imperatiz algumas Provincias do Imperio, principiando desde já por essa, a que V. Ex^a preside, como se lhe participou em aviso de 13 do corrente, para a qual Partira no dia 6 do futuro mês de outubro, seguindo depois para a de São Pedro do Rio Grande do Sul. Com ordem do mesmo Augusto Senhor transmitto a V, Ex^a copia dos decretos da presente data, relativos ao andamento dos Negocios Publicos durante aquela viagem, para sua intelligencia, e governo¹³.

Desterro, 1845: a visita Imperial é notícia de jornal

Estava decretado nos arcanos da Divina Providencia, que hum dia glorioso raiaria para a Provincia de Santa Catharina: e esse decreto verificou-se, quando menos os esperávamos! Sim: O dia 12 d'Outubro de 1845, dia, que, por mais de hum titulo, tanto fulgura na historia Brasileira, veio consignar nos annaes Catharinenses hum fasto, que indelevel passará das presentes ás gerações futuras, recordando-lhes a honra, e as venturas, que d'elle nos resulta! Catharinenses! **SUA Magestade o Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, e a Augusta Imperatriz do Brasil a Senhora D. Thereza Maria Christina**, pisaraõ nessas plagas, honrãõ nosso solo desembarcando nesta Capital com o fim unicamente de ver de perto, e de conhecer de perto esta porçaõ taõ feliz quanto fiel de seus amados Subditos! E a Divina Providencia approve, que o desembarque do **AUGUSTO**

¹² *Ibidem*, p. 14.

¹³ Foi decido manter em todas as citações ao longo deste trabalho a grafia original da documentação utilizada. TORRES, José Carlos Pereira d'Almeida. [Carta] 29 SET. 1845, Rio de Janeiro [para] BRITO, Antero José Ferreira de, Desterro. 1f. Solicita informação sobre linha de pesquisa da Faculdade de Agronomia da UFRGS.Arquivo Público Estadual. Anuncio da visita Imperial à Desterro.



A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina- Diego Schibelinski

PAR tivesse lugar ao meio dia do magestoso 12do corrente, dia Aniversario do nascimento, e da aclamação do Fundador Primeiro Imperador e Defensor Perpetuo do Brasil!¹⁴

Foi por meio destas palavras que a primeira edição do *O Relator Catharinense* anunciou a visita do Imperador D. Pedro II a capital de Santa Catarina. O citado jornal foi um periódico, criado em 1845 e que teve como função exclusiva: relatar a viagem de Dom Pedro II à capital da província e áreas adjacentes¹⁵. Organizado em oito edições mais um suplemento, foi publicado entre 13 de outubro e 13 de novembro de 1845 pela Typografia Provinciale.

Até mesmo após uma rápida leitura do texto que noticiava e abria a primeira edição do periódico é possível perceber a imensa honra que era para a pequena população de Desterro receber tão ilustre visita. Honra principalmente para a elite local que, diferentemente das outras partes do Império, não se caracterizava como uma elite latifundiária, mas sim, uma pequena burguesia comercial, militar e vinculada a cargos públicos¹⁶. Elite essa que, como demonstra o *Relator Catharinense*, tratou logo que soube da decisão do Imperador Dom Pedro II de visitar a província, de colocar suas desavenças de lado e unir-se debaixo da maior concórdia de organizarem todos os preparativos para a recepção do casal real¹⁷.

Os preparativos para a recepção podem também ser acompanhados se analisarmos as primeiras edições do periódico. Uma das notícias da primeira edição relata a construção de um suntuoso arco de ordem toscana, erguido na subida para a Igreja Matriz, bem como outros arcos da mesma ordem que foram levantados em frente ao trapiche da alfândega, ambos patrocinado pelo corpo do comércio da cidade. A câmara municipal e a assembleia legislativa provincial também foram devidamente ornamentadas, todas com motivos toscanos.

Ainda na primeira edição há um relato do momento exato da recepção do Imperador, quando, às 11h30min, do dia 11 de outubro de 1845, o vapor Imperatriz juntou-se à esquadra

14 TYPOGRAFIA PROVINCIAL. Vivaõ SS. Magestades Impereaes. *O Relator Catharinense*. Desterro, Ed.n °1, 18 out. 1845, pp. 01-05.

15 Idem.

16 PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1995, p. 19.

17 Havia uma disputa de influência e poder entre a elite local de Desterro, essa se dividia entre católicos conservadores e judeus liberais, essa disputa era bastante presente entre os comerciantes e armadores.



A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina- Diego Schibelinski imperial, já ancorada nas margens da Ilha de Desterro. Porém, quem esperava ansiosamente por um rápido vislumbre do Augusto Imperador decepcionou-se grandemente. A embarcação teria seguido até a Baía Norte, onde ancorou entre as ilhas Ratonas. Uma embarcação com as principais autoridades locais teria partido às 14h30min ao encontro do Imperador, de onde regressara apenas às 21h00min com a notícia de que o desembarque se daria no dia seguinte, o que ocorreu às 11h30min da manhã seguinte. Momento este, em que a Praça Barão de Laguna, no largo da igreja matriz, encontrava-se rodeada de bandeiras, e ocupada por um grande numero de pessoas, todas trajadas à moda da corte, com capas de seda e chapéus emplumados de arminho.

Chegou finalmente a hora suspirada: e huma salva da Brigada d’Artilharia da 1º Legião as Guarda Nacional, acompanhada de inumeras girandulas atacadas da porta do Paço da Camara Municipal da Cidade, annunciaraõ aos Catharinenses que o Monarcha Brasileiro desembarcava no Trapiche! Estrondosos, e não cessantes vivas; abraços fraternais de puro jubilo; lagrimas espontaneas da mais sincera alegria, taes foraõ os testemunhos de amor, de fideiidade que os Catharinenses ofereceraõ a SS. MM. II”[...]“Ao passarem SS. MM por debaixo dos arcos erguidos em frente do Trapiche, e da Igreja Matris, foraõ cobertos por huma chuva de flores que lhes lançavaõ huma porçaõde meninas que para esse fim ali se achavaõ, trajadas engraçadas, e uniformemente com a decencia, e riqueza possível¹⁸.

A recepção seguiu-se de um ato religioso, e posteriormente o Imperador dirigiu-se à câmara municipal, onde todos os moradores de Desterro – independente de sua condição social – puderam beijar a mão de Sua Majestade Imperial. No dia seguinte, às oito horas da manhã, a praça encontrava-se lotada de pessoas que se aglomeravam em frente ao palácio do governo a fim de, como no dia anterior, poder ter o prazer de ver o casal imperial.

As edições seguintes de *O Relator Catharinense* buscaram descrever a estadia do Imperador Dom Pedro II e sua esposa, a Imperatriz Thereza Christina, na capital da província de Santa Catarina. Relataram seus passeios, os festejos, as missas, as procissões, os “beija-mãos” e toda uma série de eventos sociais.

18 TYPOGRAFIA PROVINCIAL. Vivaõ SS. Magestades Impereaes. *O Relator Catharinense*. Desterro, Ed.n 01, 18 out. 1845, pp. 01-05.



A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina- Diego Schibelinski

A partir da segunda edição, o periódico passou a publicar inúmeras cartas destinadas ao Imperador pelas diversas instituições de Desterro, bem como das câmaras municipais das demais vilas da província – como as de São José, São Miguel, Laguna, Lages, São Francisco, entre outras¹⁹ – e das figuras mais ilustres desta terra. Todas acompanhadas, quando existente, da resposta da Augusta Pessoa do Senhor Imperador²⁰. As visitas às instituições, freguesias, e vilas realizadas pelo casal real também foram objeto de exposição do *Relator Catharinense*, bem como, orações, discursos e toda uma série de manifestações da gente da ilha em homenagem ao Príncipe Imperador e sua esposa.

A visita chegara ao fim, e a partida de Dom Pedro II e de toda sua corte rumo à província de São Pedro do Rio Grande do Sul se deu no dia 8 de novembro de 1845, vinte e sete dias após sua chegada.

Eraõ onze horas quando os nossos Augustos Hospedes, Sahiraõ de Palácio para embarcar no Trapiche. Acompanhado dos Excellentissimos Ministros do Imperio, Damas, e Officiais da Casa Imperial, Chefe da Esquadra Brasileira, Presidente, Senador, Deputado, e Secretario da Provincia, Camara Municipal da Cidade, e hum numeroso concurso de cidadãos, de todas as classes, que formavaõ, desde Palacio ate o Trapiche, duas alas por entre as quais passava o Cortejo. As janellas das cazas da Praça se achavaõ guarnecidas de Senhoras. A tristeza, os soluços e as lagrimas foraõ o testemunho que deraõ de suas saudades pelos Augustos Monarchas todos os Catharinenses, tanto homens como Senhoras²¹.

Desterro e a “herança” Imperial

A vista de tão importante figura para a população do Império à província de Santa Catarina e especialmente à capital Desterro desencadeou uma série de mudanças. Algumas destas mudanças começaram a ser realizadas antes mesmo da chegada do Imperador, outras, movidas direta ou indiretamente pela influência da passagem imperial, estender-se-iam além dos vinte e

19 SANTA CATARINA. *Ofícios de Diversas Câmaras Municipais a Câmara de Desterro*. Ano de 1945. Florianópolis: Arquivo Público Estadual, 2013.

20 TYPOGRAFIA PROVINCIAL. *O Relator Catharinense*. Desterro, Ed. n° 2-6, out. 1845.

21 TYPOGRAFIA PROVINCIAL. *O Relator Catharinense*. Desterro, Ed. n° 8, 13 nov. 1845, p.01.



A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina- Diego Schibelinski sete dias de sua presença. Ao analisarmos os jornais e a documentação administrativa da época pode-se perceber que as principais mudanças realizadas foram no âmbito das obras públicas, principalmente no meio urbano.

Após o recebimento do ofício real que comunicava a visita do Imperador à província catarinense, iniciaram-se, quase que imediatamente, um vasto conjunto de obras que buscaram o melhoramento da cidade no intuito de torná-la mais urbanizada e “civilizada”. O trapiche da Alfândega foi totalmente reformado, consertado e pintado, além de receber uma escada nova para facilitar o desembarque do Imperador e de sua comitiva; a Vila de São José também acabou por construir um porto, de modo a garantir que a embarcação que levaria as figuras Imperiais pudessem atracar com maior segurança e conforto; todo complexo viário da Cidade de Desterro e da vila de São José foi revitalizado; em Desterro, todas as estradas e caminhos que levavam às diferentes freguesias da Ilha foram objeto de obras de melhoramento, assim como na vila de São José todas as pontes e caminhos no trajeto até Caldas foram reformadas. Obras essas que ficaram a cargo de suas respectivas Câmaras Municipais – “a de Desterro promoveu uma campanha para limpar e assear todas as ruas, caiando e pintando a frente de todas as casas”²².

Durante sua estadia, a documentação mostra que o Imperador realizou vários passeios vindo a conhecer distintas regiões da cidade. A primeira destas visitas se deu no dia 17 de outubro, quando, em um passeio a cavalo, foi até a localidade do Saco dos Limões. No dia seguinte, o destino foi à freguesia da Lagoa. A freguesia de Santo Antônio de Lisboa recebeu a visita de D. Pedro II no dia 21 de outubro e para sua recepção toda uma infraestrutura foi montada na localidade.

Além destas mudanças, a visita do então imperador mostrou-se como o grande estopim para o planejamento e construção de um dos principais pontos turísticos nos dias atuais: o Mercado Público de Florianópolis. Anteriormente à construção do mercado, o comércio do pescado e de outros artigos era realizado em frente à Igreja Matriz, pois, o governo havia construído ali barraquinhas fixas as quais eram alugadas para este fim. Contudo, já algum tempo, vinha-se desenrolando discussão sobre a permanência, ou não, delas naquele local.

22 TYPOGRAFIA PROVINCIAL. *O Relator Catharinense*. Desterro, Ed. nº 1, 18 out. 1845, p. 01.



A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina- Diego Schibelinski

A obra de Oswaldo Rodrigues Cabral aborda, de forma mais abrangente tal questão mostrando como, para muitos, a presença das barraquinhas na principal região da cidade acabava sendo incomoda, uma vez que elas criavam uma estética não condizente com a realidade da cidade que ostentava o título da capital da província. O projeto que pretendia remover as barraquinhas da Praça Barão de Laguna, atual Praça XV, já estava há alguns anos em debate na Câmara Municipal, porém, mostravam-se vigorosas as vozes que eram contra tal iniciativa. Em 1834 a Regência Imperial determinou a demolição das barraquinhas, e, em 1838, a assembleia autorizou, através de decreto de lei, a execução do projeto do Presidente da Província e a construção do Mercado Público que, em 1845, às vésperas da visita de Dom Pedro II, ainda não dava nem sinais do início de sua construção. Como medida paliativa ao impasse, pouco tempo antes da chegada da comitiva real, as barraquinhas foram removidas para o largo de Santa Barbara junto à ponte do Vinagre, próximo ao Forte Santa Barbara²³.

O Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis também foi outra instituição que teve com a visita de D. Pedro II momentos decisivos para sua história. No dia 14 de outubro de 1845, O Imperador e sua esposa visitam o Hospital de Caridade e sua capela no alto da Rua do Menino Deus, ocasião em que foram realizadas as cerimônias de praxe. Contudo, o que mais chamou atenção do casal Real nesta ocasião foi o estado deplorável do edifício que comportava a instituição – a única do tipo na região. *O Relator Catharinense* atenta para a “benevolência e o espírito de caridade” do Imperador que efetuou ao diretor da irmandade que dirigia a instituição, uma doação de 10 contos de réis, e sua esposa Thereza Christina, 1,2 contos de réis para a reconstrução do Hospital. Mediante tal ato, a Irmandade do Senhor dos Passos convidou o Imperador a ser Protetor da instituição e a assentar a pedra fundamental do novo edifício²⁴. Tal ato se deu em uma solenidade realizada no dia 23 de outubro daquele ano²⁵.

Essa não foi a única doação efetuada pelo imperador, durante os seus vinte e sete dias de estadia, *O Relator Catharinense*, por diversas vezes, enalteceu sua bondade e a de sua esposa que concederam esmolas aos pobres que os abordaram na rua ao longo dos passeios ou através de

23 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Op. Cit.*, 1979, p. 45.

24 TYPOGRAFIA PROVINCIAL. *O Relator Catharinense*. Desterro, Ed. nº 6- suplemento, 05 nov. 1845, p. 02.

25 Anos depois o Imperador retornaria a cidade para o baile inaugural do Hospital, já concluído.



A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina- Diego Schibelinski audiências solicitadas. Doações também foram feitas a todas as paróquias das freguesias visitadas e a Matriz da vila de São José. Foi realizada, inclusive, uma doação no valor de quarenta e dois mil réis, que deveria ser destinada aos quarenta presos da cadeia da cidade.

Pedidos de perdão e de revisão de sentenças também foram destinados ao Imperador que, como demonstra a documentação da época, foram analisados e tiveram seus vereditos encaminhados ao presidente de Província²⁶. Dentre estes pedidos destacamos os de José Nunes da Silva e João Antonio, que tiveram suas penas perdoadas, e o de Laureano José dos Santos e José Joaquim Tavares, onde, em ambos os casos, foi concedida a redução de sua pena de “galés perpétua”: ao primeiro para um período de vinte anos e, ao segundo de seis anos a serem cumpridos na Vila de Lages²⁷.

Podem ser encontrados também ofícios de audiências solicitadas por colonos alemães da vila de São Pedro de Alcântara, que recorriam à legalização das terras que ocupavam já alguns anos. Em todos os casos o reconhecimento é efetivado, e inclusive, é destinado ao presidente da província que casos semelhantes tenham o mesmo desfecho de modo a incentivar a colonização.

Para além da realização de obras públicas, a visita de D. Pedro II também causou alterações no campo político, social, econômico e jurídico. Ao longo dos vinte e sete dias foram inúmeros os títulos e honrarias distribuídos. A vasta documentação de ofícios destinados pelo senhor José Carlos Pereira d'Andrade Torres, então Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império que acompanhava o Imperador em sua viagem, destinada ao então Presidente da Província, o Marechal Antonio José Ferreira de Brito, também apontam pra um alto número de nomeados a cargos públicos, políticos e religiosos. Sendo, inclusive na ocasião, realizada por parte do Imperador a indicação de um novo nome para o Senado Nacional, uma vez que um dos representantes da Província de Santa Catarina havia falecido.

26 SANTA CATARINA. *Ofícios do Presidente de Província para o Delegado de Polícia*, 1845. Florianópolis: Arquivo Público Estadual, 2013.

27 A pena das galés era aquela na qual os condenados cumpriam sua pena por meio da prática de trabalhos forçados. Uma espécie de antiga sanção criminal. O Código Criminal de 1830 adotou-a, determinando, no artigo 44, que os réus andassem com calceta no pé e corrente de ferro, juntos ou separados, empregando-se nos trabalhos públicos da província onde ocorrera o delito, ficando à disposição do governo.



Considerações finais

Apesar de não ter sido esta a única visita do Imperador Dom Pedro II a Ilha de Santa Catarina, nem tão pouco a primeira visita de um monarca brasileiro, todavia, a visita de 1845 foi a mais importante, no sentido político, para a cidade.

Levar em consideração a realidade apresentada pela região sul do Brasil na primeira metade do século XIX, com seus conflitos e influências políticas, disputas geográficas e relações comerciais, podem nos ajudar a compreender as motivações que levaram o governo Imperial a visitar a região sul. A construção de uma identidade nacional bem sucedida mostrava-se como algo caro ao governo imperial. Afinal, como bem mostrou a Revolução Farroupilha, poderiam existir discórdias, altamente prejudiciais aos interesses da coroa.

O que se percebe ao analisarmos as notícias que sinalizavam a vinda do Imperador à Desterro é o apoio – ao menos da elite que detinha tal meio de comunicação – a monarquia e ao Imperador. Apesar dos jornais serem um veículo de comunicação, geralmente de acesso privilegiado por certo setor da população, a notícia, provavelmente, não se deteve apenas as páginas dos jornais, se disseminando pela cidade e pela província, dando início a toda uma série de preparativos que demonstraram como tal evento causou modificações não só no meio urbano, mas também em políticas públicas, e nos interesses da população – como nos casos de perdão penal ou de legalização de terras. A estrutura política e social também foi influenciada por tal visita, uma vez que cargos, títulos e honrarias foram distribuídos, criando assim uma reformulação das figuras de influência que compunham este enredo.

A vinda do Príncipe Imperador a Ilha de Santa Catarina configurou-se como um grande evento que ganhou grande repercussão social. Os burburinhos das mulheres da alta sociedade e os comentários dos grandes homens provavelmente vazaram pelas paredes do casario da elite e percorreram os armazéns, boticas e estalagens, adentrando as mais tortuosas vielas, alcançando a mais distante freguesia, fazendo com que, entre todo o povo, letrado ou analfabeto, abastado ou pobre, livre ou cativo, a visita imperial se tornasse notícia de jornal.



A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina- Diego Schibelinski

Apesar de não tão bem documentada, estas mudanças provavelmente se estenderam também àqueles que viviam de uma forma mais simples e compunham um setor mais pobre da sociedade, e que acabaram sendo diretamente envolvidos pelas mudanças ocorridas. Assim, o legado que ficou após a visita de D. Pedro II não foram apenas as transformações concretas na estrutura de Desterro e de sua região periférica, essa “herança imperial” estendeu-se também para diversos aspectos do cotidiano, adentrando a estrutura social e interferindo na identidade dos que dela faziam parte.

Referências

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. Vol.1. Florianópolis: Lunaedelli, 1979.

_____. Nossa Senhora do Desterro: casas, sobrados e chácaras. Porto: Typ. da Livraria Simões Lopes, [19-].

FERREIRA, G. Os conflitos do Rio da Prata. In.: GRINBERG, K. e SALLES, R. Coleção O Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. Vol. 2, p. 385-424.

INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO. O Relator Catharinense, 8 edições mais suplemento. Desterro: Typografia Provincial, Out/Nov de 1845.

JESUS, Giselly Ventura de. Formação socioespacial do distrito de Santo Antônio de Lisboa (Florianópolis/SC): passado e presente. Florianópolis, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. (1750-1850) In: FRAGOSO, João et. al. Nas rotas do Império. Vitória: EDUFES, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil imperial. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PEDRO, Joana Maria. Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: UFSC, 1995.



A corte chega a Desterro: a visita de Dom Pedro II a capital da província de Santa Catarina- Diego Schibelinski

SOARES, Iaponan. Santo Antônio de Lisboa: vida e memória. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

Recebido em 04 de junho de 2013

Aceito para a publicação em 17 de dezembro de 2014



Posto Indígena Dr. Selistre de Campos: A ação dos Chefes de Posto nas décadas de 1950 e 1960

Mauricio Pietrobelli da Silveira¹

m_pietrobelli@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Quando pensamos nos órgãos indigenistas podemos não compreender a real atuação destas instituições. Pensando no SPI, muitas vezes foi omissivo e muitas vezes promoveu a entrada de empresas particulares e terceiros nas áreas indígenas para promover a extração de todo o tipo de matéria-prima possível. Na Terra Indígena Xaçepó não foi diferente, durante as décadas de 1950 e 1960 houve uma ascensão na extração de madeira e herbais e o arrendamento das terras para cultivo e pecuária. Neste artigo pretendo demonstrar quais foram as principais políticas promovidas pelos encarregados de Posto que ajudaram no extermínio da área de ocupação Kaingang. Utilizando do Relatório Figueiredo e de bibliografia atual e próximas a época pretendo mostrar quais são os acontecimentos que propiciam esse roubo do patrimônio indígena.

Palavras-chave: Kaingang; SPI; PI Dr. Selistre de Campos; TI Xaçepó.

Abstract: When we think about indigenists institutions we may not comprehend the real intention of it. Thinking about SPI many times it acts with omission and many other times promote the inclusion of particular companies and third parties in the indigenous areas, to promote the extraction of every kind of raw material where possible. In the Terra Indígena Xaçepó it was not different, during the decades 1950s and 1960s there was the increase of the extraction of wood and herbal mate, and the holding of the lands to cultivate and livestock. In this article I intend to demonstrate what were the main political promoted by those in charge of Post that helped in the extermination of the Kaingang in their occupation areas. Drawing on Relatório Figueiredo and bibliography of the time and current, I intend to show what are the events that provide this theft of indigenous heritage.

Keywords: Kaingang; SPI; PI Dr. Selistre de Campos; TI Xaçepó.

Quando paramos, num primeiro momento, e olhamos os pressupostos e a sigla do órgão indigenista que fora criado no ano de 1910, temos uma impressão de uma instituição que se compromete com a proteção dos indígenas. O Serviço de Proteção ao Índio², que foi

¹ Acadêmico do curso de Bacharelado e Licenciatura em História da UFSC. Bolsista de Iniciação Científica do projeto OBEDUC/CAPES/DEB/INEP: “Ensino, saberes e tradição: elementos a compartilhar nas escolas da Terra Indígena Xaçepó/SC”. E-mail: m_pietrobelli@hotmail.com.

² Utilizarei SPI, a partir das próximas menções ao órgão indigenista, quando me referir ao Serviço de Proteção



chamado primeiramente de Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI) e devido à necessidade de um órgão específico para a causa indígena. Foi separado no ano de 1918, era criado em um momento que a ideologia positivista era a base nos quadros intelectuais brasileiros. Para estes intelectuais, o homem seria um ser dotado de razão e que precisaria evoluir para chegar ao mais alto patamar de desenvolvimento racional, de modo que estaria civilizado. O historiador Leandro Mendes Rocha, que pertenceu aos quadros da FUNAI durante a Ditadura Civil-Militar, apresenta que o Estado brasileiro

Sem inovar ou mesmo avançar em relação às propostas do apostolado positivista, o Estado republicano, ao instituir o SPI, em linhas gerais, se aproximava de tais proposições. Para os seus criadores, era dever do Estado, mediante a “proteção fraternal”, dar as condições para os índios “evolúem”, de forma lenta, para um “estágio superior”, o que significava a sua “incorporação” à nação brasileira³.

Creio ser importante compreender que neste momento a concepção de proteção destes intelectuais seria a de proteger os indígenas para que estes pudessem “evoluir”, mesmo que de forma lenta, até a “civilização”. Chegar a “civilização” estava conectado a ideia de integrar o indígena a sociedade nacional brasileira, política pública importantíssima neste período. A tutela dos indígenas foi um instrumento pensado pelos idealizadores do órgão como um meio de proteção adicional, já que os indígenas eram de outra cultura e não conheciam bem a sociedade branca, de modo que poderiam ser enganados, espoliados e lesados de seus direitos⁴. Pelo Código Civil de 1916, no artigo 6º, a tutela recebeu um reforço

[...] são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

I – os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos;

II- os pródigos;

III- os silvícolas.

Parágrafo único: Os silvícolas [indígenas] ficarão sujeitos a regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que

ao Índio.

3 ROCHA, Leandro Mendes. Os índios e a luta pela cidadania no Brasil. In: BITTENCOURT, Libertad Borges; ROCHA, Leandro Mendes. Indigenismo e participação política na América Latina. Goiânia: Ed. da UFG, 2007, p. 71.

4 Idem., p. 79.



se forem adaptando à civilização do país⁵.

Sendo assim, podemos entender o princípio da tutela como uma tentativa de proteção a população com propensão a ser lesada, e no caso indígena como mais um modo para a chegada a “civilização”.

Entendendo, de forma básica, como se concebia a organização ideológica do SPI, pretendo apresentar como as políticas integracionistas, que visavam a “evolução” das comunidades indígenas, afetaram o dia a dia da comunidade Kaingang na Terra Indígena⁶ Xaçecó, que no período das décadas de 1950 e 1960, que será o período pesquisado neste artigo, chamava-se de Posto Indígena⁷ Dr. Selistre de Campos⁸. Utilizando do relatório Jader Figueiredo, que foi feito para investigar as denúncias de corrupção e maus tratos a indígenas durante o funcionamento do SPI, bibliografias que analisam a organização do SPI e das políticas na T.I. Xaçecó, atuais e que foi publicada logo após a extinção do órgão, procurando relacionar as reais ações do órgão indigenista com as denúncias feitas no relatório Jader Figueiredo procurando mostrar os resultados destas no Posto Indígena Dr. Selistre de Campos.

Os Kaingang

Os Kaingang são o grupo étnico majoritário que vivenciou o processo dentro do P.I. Dr. Selistre de Campos, sendo ainda majoritariamente a população que vive na T.I. Xaçecó. A T.I. Xaçecó está localizado dentro da área de ocupação tradicional deste povo, o

[...] território incorporado pelos Kaingáng se estende por uma região de planalto, especialmente locais com presença de floresta ombrófila mista, tradicionalmente conhecida como mata de araucária e regiões de campos. Os Kaingáng ocupam desde o interior de São Paulo até o norte do Rio Grande

5 BRASIL. Código Civil de 1916. Lei nº 3.071, de janeiro de 1916. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 5 jan. 1916.

6 Utilizarei T.I. ao quando me referir à Terra Indígena.

7 Utilizarei P.I. ao me referir a Posto Indígena.

8 Segundo Ninarosa Manfroi, em sua dissertação de Mestrado, a partir da manipulação de documentos, o P.I. é fundado em 1941 e tem o nome de P.I. Chapecó, passando a se chamar P.I. Dr. Selistre de Campos e, posteriormente com a extinção do SPI em 1967, P.I. Xaçecó, desta vez com X.



do Sul⁹.

Sendo que as evidências arqueológicas apresentam que os Kaingang descendem de populações que ocuparam esta região por volta de 3.000 A.P. Clovis Brighenti apresenta que “segundo o linguista Aryon Dall'Igna Rodrigues, a língua Kaingáng pertence à família 'Jê', do tronco linguístico 'Macro-jê’”¹⁰.

Atualmente a T.I. Xaçepó possui mais de 15.500 hectares, porém o território Kaingang, segundo o Decreto n.º 7, de 18 de junho de 1902, assinado por Francisco Xavier da Silva, então Governador do Estado do Paraná, garantia uma área de aproximadamente 50.000 hectares, a partir da confluência dos rios Chapecozinho e Chapecó até a linha telegráfica que fazia ligação com os campos sulinos¹¹. Situada no território do antigo município de Xanxerê, hoje, o antigo P.I., compreende uma área dos municípios de Ipuauçu e Entre Rios, oeste catarinense, fazendo limite com Abelardo Luz, Bom Jesus, Xanxerê e outros. A população indígena atualmente está em torno dos 5.000 habitantes. No período pesquisado a população era de mais ou menos 1.100 indígenas, segundo os dados do SPI¹². Esta área que havia sido reservada aos Kaingang no ano de 1902, foi resultado da cooperação do cacique Vanhkrê, na construção da linha telegráfica que ligava os Campos de Palmas ao Rio Grande do Sul. Vanhkrê organizou seu grupo de indígenas para trabalhar nesta construção para o estado do Paraná, no momento do pagamento dos serviços, o cacique nega o pagamento em dinheiro e pede uma área de terra para que ele e os indígenas sob sua liderança pudessem viver e criar suas crianças.

9 BRIGHENTI, Clovis Antonio. Povos Indígenas em Santa Catarina. In: Ana Lúcia Vulfe Nötzold; Helena Alpini Rosa; Sandor Fernando Bringmann. (Org.). Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate. 1ed. Porto Alegre: Pallotti, 2012, v. 1, p. 49.

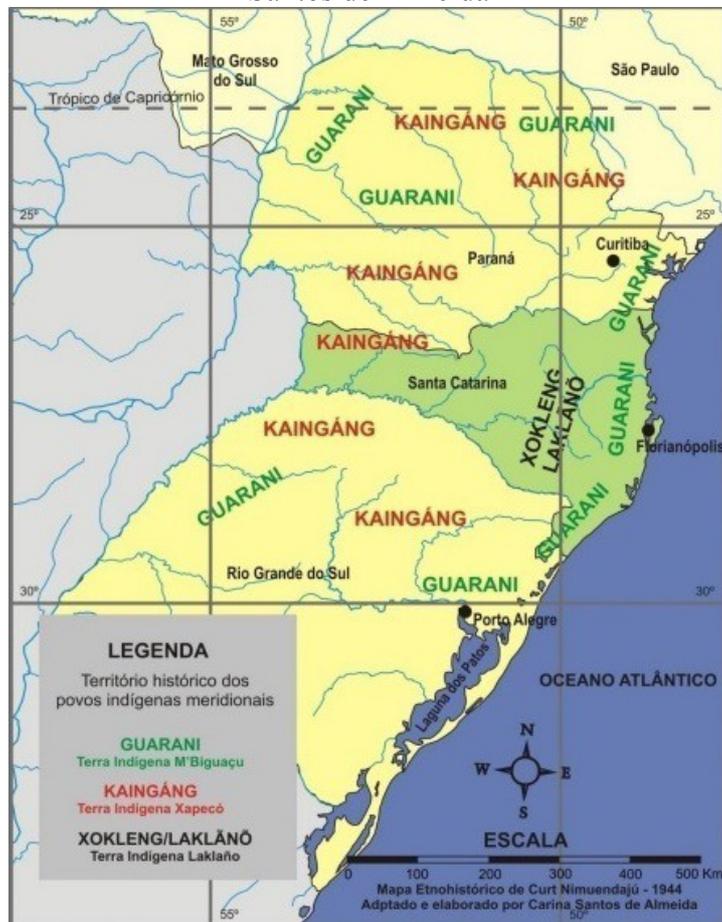
10 Ibidem, p. 48-49.

11 ALMEIDA, Carina Santos de; NOTZOLD, A. L. V. A luta pela terra em território Kaingang: os conflitos na Terra Indígena Xaçepó (SC/Brasil) ao longo do século XX. Anos 90 (Online) (Porto Alegre), v. 18, p. 279-303, 2012.

12 SANTOS, Sílvio Coelho. A atuação dos Postos Indígenas. In: A Integração do índio na sociedade regional: a função dos Postos Indígenas em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1970, p. 59-60.



Figura 1: Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendajú – 1944, adaptado e elaborado por Carina Santos de Almeida



Fonte: Acervo Laboratório de História Indígena/UFSC

O P.I. é estabelecido em 1941, nomeado primeiramente como P.I. Chapecó. A primeira sede do P.I. ficava na aldeia Pinhalzinho¹³.

Cabe esclarecer que Posto Indígena é distinto de Terra Indígena. Terra Indígena é a área de terras habitação permanente dos indígenas, localidade para desenvolverem “suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”¹⁴. Posto Indígena, Segundo Sílvio Coelho, “são unidades executivas da política indigenista desenvolvida pelos órgãos de proteção e assistência ao silvícola. São eles que

¹³ Ibidem., p. 60.

¹⁴ Constituição da República Federativa do Brasil, op. cit., Artigo 231, p. 132 e 133.



colocam em prática o que foi formulado pelos órgãos central e regionais de proteção”¹⁵ ¹⁶.

Realidade no P.I. Dr. Selistre de Campos

Utilizando-me dos conceitos apresentados sobre tutela e proteção, que foram apresentados acima, começo citando um excerto de Leandro Mendes Rocha:

Na prática cotidiana da relação entre o Estado e os índios, a tutela muitas vezes foi usada como mais um instrumento de subordinação dos índios ao Estado¹⁷ [e] não foram raras as vezes que o Estado tomou medidas lesivas aos interesses dos índios, seja negociando diretamente com empresas a produção da comunidade de forma desvantajosa [...] ou ainda utilizando-se da violência e do arbítrio dos encarregados dos postos indígenas¹⁸

Tomo como base estas frases, mesmo tratando de um panorama dos P.I. no Brasil, pois é este o *modus operandi* na T.I. Xaçepó desde a instalação do P.I. Dr. Selistre de Campos. Com a fundação do P.I. Xaçepó, que viria a se chamar P.I. Dr. Selistre de Campos, no ano de 1941, começaram as primeiras políticas em Santa Catarina para a “pacificação” e “integração” dos Kaingang. Este P.I. servia como referencia no agrupamento de indígenas da região, visando a sua concentração neste aldeamento e assim dar início aos processos para a “evolução” destas comunidades. O segundo encarregado¹⁹ do P.I., Francisco Fortes, teve grandes dificuldades na tentativa de manutenção da área comprada e demarcada no Decreto n. 7, de 1902, pois na cúpula do SPI havia vários servidores que defendiam os interesses de

15 SANTOS, Sílvio Coelho. Introdução. In: A Integração do índio na sociedade regional: a função dos Postos Indígenas em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1970, p. 10.

16 MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. A história dos Kaingáng da terra indígena Xaçepó (SC) nos artigos de Antônio Selistre de Campos: Jornal a Voz de Chapecó 1939/1952. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História/PPGH, da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Florianópolis, 2008, p. 76.

17 ROCHA, Leandro Mendes. Os índios e a luta pela cidadania no Brasil. In: BITTENCOURT, Libertad Borges; ROCHA, Leandro Mendes. Indigenismo e participação política na América Latina. Goiânia: Ed. da UFG, 2007, p. 79.

18 Idem, p. 79.

19 Foram os encarregados do P.I. Dr. Selistre de Campos: Leodônio de Quadros (1941), Francisco Fortes (1942-48), Wismar Lima (1948-50), Nereu Costa (1950-64), José Andrada (1964), Sebastião Lucena da Silva (1964-66), Artur de tal (1966), Atílio Mazzalotti (1966-67) e João Garcia de Lima (1967-68). Cito até 1967 pois é o ano do fim do SPI.



particulares e empresas que pretendiam dominar áreas da T.I.²⁰, porém ele contava com a ajuda do advogado Selistre de Campos, grande colaborador na garantia dos direitos indígenas. Contudo me deterei às décadas de 1950 e 1960, até o ano de 1967 especificamente, pois foi o ano do fim do SPI. Nos anos seguintes os próximos Chefes de Posto trabalharam para garantir o seu próprio interesse e garantir, não exclusivamente, mas na maioria das vezes, o interesse dos regionais. Estes, “em regra desenvolveram suas administrações baseados numa atitude paternalista para com os índios e assim transformaram os PI em empresas agrícolas, cujos beneficiários principais eram os próprios encarregados”²¹ e as “limitações quanto à formação intelectual e à falta de apoio técnico e financeiro por parte do SPI, praticamente são responsáveis pelo nivelamento das ações desenvolvidas pelos diversos encarregados”²², Silvio Coelho comentando acerca do P.I. Duque de Caxias, mas que não foge a realidade do P.I. Dr. Selistre de Campos.

No livro, “A integração do indígena na sociedade regional”, Silvio Coelho apresenta-nos algumas denúncias sobre o P.I. Dr. Selistre de Campos, principalmente acerca do uso da “Renda Indígena”. A “Renda Indígena” seria o valor que os P.I. levantariam a partir da negociação de produtos extraídos e produzidos de dentro das P.I., deste modo promovendo a autossuficiência desta população, denúncia também castigos físicos e trabalho análogo ao de escravidão. É importante lembrar que este livro foi publicado no ano de 1970, sendo entregue para a gráfica no ano de 1969, sendo fruto de pesquisas de campo feitas nos anos anteriores. Articulando estas denúncias feitas por Silvio Coelho e pelos documentos do SPI podemos chegar a algumas conclusões e algumas suposições.

Wismar Lima foi encarregado do P.I. Dr. Selistre de Campos, durante os anos de 1948-50. Como comentado anteriormente, a partir do comando do P.I. por Wismar não houve mais uma movimentação em conjunto com o Chefe de Posto para garantir a manutenção espacial e a garantia de uma negociação justa da produção indígena. Segundo Coelho, Wismar não causou poucos prejuízos a P.I., sempre se submetendo aos mais diversos interesses dos regionais e devido sua forte atividade contra os indígenas, a partir de ativa movimentação do

20 SANTOS, Silvio Coelho. A atuação dos Postos Indígenas. In: A Integração do índio na sociedade regional: a função dos Postos Indígenas em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1970, p. 61.

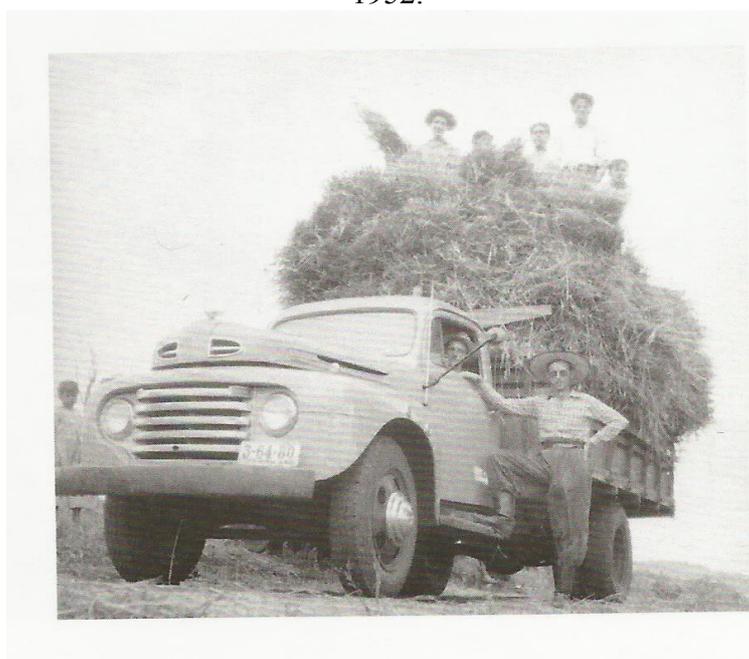
21 Ibidem, p. 49.

22 Ibidem, p. 72.



Dr. Selistre de Campos enviando cartaz às autoridades estaduais e ao Diretor do SPI, este foi retirado do Posto no ano de 1950²³. Ao compara o que Coelho comenta e com uma procura não muito demorada nos documentos do relatório Jader Figueiredo é visível algumas acusações a Wismar. Entre elas estão a permissão de surra ao índio Antonio Olímpio, vício de embriaguez e desrespeito às mulheres indígenas, esta acusação foi feita no P.I. Barão de Antonina²⁴. Vale ressaltar, no caso de Wismar e nos demais casos, que nem todos os crimes possivelmente cometido foram documentados no relatório Figueiredo, devido ao espaçamento temporal entre os acontecidos e a visita de Jader Figueiredo ao Posto e suponho, também, o receio que os indígenas poderiam ter de denunciar alguém que já havia praticado alguns crimes contra outros deles.

Figura 2: Homens Kaingang transportando a colheita de trigo. P.I. Dr. Selistre de Campos, 1952.



Fonte: Acervo do Museu do Índio²⁵.

Quando lia e procurava por alguns fatos acerca dos encarregados do P.I. Dr. Selistre de

23 Ibidem, 62.

24 BRASIL. Ministério do Interior. Relatório Jader Figueiredo 1967-1968. 10 setembro 1968, p. 5051.

25 FREIRE, Carlos Augusto Rocha (org). Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museus do Índio-FUNAI, 2011, p. 61.



Campos percebi que Nereu Costa, o sucessor de Wismar Costa Lima, apesar de ser o encarregado do Posto durante quatorze anos, há somente duas acusações nos documentos do relatório. A primeira relatando que prendia indígenas e deixava outros se embriagarem e de um castigo no “tronco” ao indígena Domingos Couto²⁶. Este tentou de diversas formas melhorar a qualidade de vida da população indígena ali residente, mas caiu em erros drásticos que promoveram ainda mais o desmatamento e a perda de áreas destinadas a estes indígenas. Nereu Costa foi demitido no ano de 1964, pois colocaram como sua responsabilidade a organização de “grupos de onze” entre os indígenas e a formação de uma milícia indígena, que seria destinada a apoiar o político Leonal Brizola²⁷.

Para alguns dos Chefes de Posto, no período pesquisado, não foram encontradas denúncias, contudo levando em conta bibliografias que apontam para a grande extração e produção indígena neste período, não posso deixar de acreditar que houve abusos e também favorecimento de particulares, pois não houve uma diminuição na extração dos bens materiais nestas localidades e sim um crescimento constante. A corrupção neste período era extensa, em alguns outros documentos do relatório houve casos de corrupção na prestação de contas das “Rendas Indígenas”, fraude comum nos diversos P.I. espalhados pelo Brasil. Os principais produtos produzidos no P.I., nas roças trigo, alfaça, feijão e milho, nos arrendamentos de terra a prática da pecuária de bovinos, suínos e ovinos e a extração de madeiras de lei, majoritariamente a Araucária, e a extração dos herbais (erva-mate)²⁸.

Com o golpe Militar e a instauração do regime Civil-Militar, a nova Direção do SPI começou a intervir mais diretamente no P.I. Dr. Selistre de Campos, pois a política do novo diretor era de alcançar a proposta de autossuficiência dos Postos, proposta desde 1940, sendo algo que até então não havia ocorrido na maioria dos P.I. no Brasil. A partir de então, houve um aumento sistemático na extração das áreas do Posto. Promoveu-se novos contratos com empresas e terceiros para garantir a extração das Araucárias e de outras madeiras de lei.

Interessante notar, que dos encarregados que encontrei acusações Sebastião Lucena da

26Idem, p. 5038-5039.

27 SANTOS, Sílvio Coelho. A atuação dos Postos Indígenas. In: A Integração do índio na sociedade regional: a função dos Postos Indígenas em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1970, p. 74.

28 ALMEIDA, Carina Santos de; NOTZOLD, A. L. V. . A luta pela terra em território Kaingang: os conflitos na Terra Indígena Xapecó (SC/Brasil) ao longo do século XX. Anos 90 (Online) (Porto Alegre), v. 18, p. 279-303, 2012.



Silva, que esteve na chefia do Posto nos anos de 1964-66, foi o que mais teve acusações dos encarregados que passaram pelo P.I. Dr. Selistre de Campos. Há uma série de acusações, as principais são de não cumprimento dos protocolos legais para compra, venda e prestação de contas dos serviços, dos recebimentos e pagamentos nos locais onde trabalhou. Há uma acusação, curiosa, acerca da intimidação de indígenas quando falavam com o diretor do SPI, compra de uma Kombi com a “Renda Indígena” sem autorização, entre outros. Enquanto encarregado do P.I. Dr. Selistre de Campos, há acusação de ter recebido um carro Aero Willys para favorecer um grupo de madeireiros, garantindo o corte de madeira na área e, ainda por cima, como relatado no documento, uma “exploração desordenada e abate excessivo de pinheiros”, além de acusações de não depositar a “Renda Indígena” em Banco Oficial e o uso para a manutenção da família.

Levando em conta o processo histórico, da continuidade das atividades extrativistas no período da Ditadura Civil-Militar, é perceptível atualmente qual foi o resultado destas políticas de empresariamento no P.I. Dr. Selistre de Campos. A partir de minhas idas à área da T.I. Xapecó, posso afirmar que é perceptível que a localidade, que era encoberta por Araucárias e por outras árvores, esta totalmente devastada. Existem uns poucos locais que foram preservados, estes sendo protegidos pelos indígenas para garantir a manutenção de alguns costumes culturais desta população. Silvio Coelho relata que, nos anos de 1967 e 1969, que a tamanha devastação e o fraco apoio do P.I. fazia que os indígenas já necessitassem vender sua mão de obra para garantir sua subsistência, deste modo se integrando diretamente ao comércio regional²⁹.

Considerações Finais

As áreas reservadas aos indígenas foram devastadas não só em Santa Catarina, mas em diversas áreas indígenas pelo Brasil. A situação da T.I. Xapecó é drástica, hoje em dia há uma tentativa por parte da população de restaurar o meio ambiente, de promover a restauração de um sistema que possa lhes proporcionar os meios de vida dignos para sua autossuficiência.

29 SANTOS, Silvio Coelho. Os Postos Indígenas no contexto da sociedade regional. In: A Integração do índio na sociedade regional: a função dos Postos Indígenas em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1970, p. 91.



Vale ressaltar que o responsável por este extermínio das condições básicas para um modo de vida mais próximo ao de seus ancestrais é o Estado brasileiro e o seu órgão Indigenista, na época SPI e hoje Funai. Estes órgãos deveriam fiscalizar e garantir o cumprimento dos pressupostos idealizados para a fundação dos mesmos. Os Chefes de Posto e os demais funcionários também possuem sua parcela de culpa, mas foram deixados sem apoio na coordenação destas áreas, sem a menor ajuda básica. Concluo que as decisões tomadas pelos encarregados do Posto foram definidas pela perspectiva de achar meios de integrar o indígena na sociedade nacional, em alguns casos, porém não pode esquecer-se da responsabilidade do Estado brasileiro, que na sua omissão permitiu que em diversas vezes os encarregados atuassem conforme os seus interesses e de terceiros nas áreas destinadas aos indígenas. Apesar de uma lógica da “evolução social”, nem os ideais de integracionismo e de levar a “civilização” foram cumpridos por estes órgãos.

É importante destacar, que este artigo vem no sentido de expor os acontecimentos e que possa ser mais uma via para a divulgação do ocorrido neste período. Por mais que o foco tenha sido a ação dos encarregados do P.I. Dr. Selistre de Campos e do SPI, é necessário defender a agência dos indígenas para a tomada das decisões nestes grupos; decidindo ou não permanecer nestes espaços, decidindo trabalhar ou não para tal encarregado e em diversas outras possibilidades de escolhas. Deste modo, pretendo em momentos próximos trazer este outro lado da história, procurando dar vozes a estas pessoas que com certeza tem muito a contribuir.

Referências

ALMEIDA, Carina Santos de; NOTZOLD, A. L. V. *A luta pela terra em território Kaingang: os conflitos na Terra Indígena Xapecó (SC/Brasil) ao longo do século XX. Anos 90 (Online) (Porto Alegre)*, v. 18, p. 279-303, 2012.

BITTENCOURT, Libertad Borges; ROCHA, Leandro Mendes. *Indigenismo e participação política na América Latina*. Goiânia: Ed. da UFG, 2007.

BRASIL. Código Civil de 1916. *Lei nº 3.071, de janeiro de 1916. Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1916.



Posto Indígena Dr. Selistre de Campos: A ação dos Chefes de Posto nas décadas de 1950 e 1960 – Mauricio Pietrobelli da Silveira

BRASIL. Ministério do Interior. *Relatório Jader Figueiredo 1967-1968*. 10 setembro 1968. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=G:\TRBS_N\SHAD_CRV_INDIGENA\CRV_INDIGEN.DOCPRO>. Acessado em: 10/05/2014.

FREIRE, Carlos Augusto Rocha (org). *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.

MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. *A história dos Kaingáng da terra indígena Xaçepó (SC) nos artigos de Antônio Selistre de Campos: Jornal a Voz de Chapecó 1939/1952*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História/PPGH, da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Florianópolis, 2008.

NACKE, Aneliese. *O índio e a terra: a luta pela sobrevivência no P.I. Xaçepó – SC*. Dissertação de mestrado defendida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCS, da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Florianópolis, 1983.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando. (Org.). *Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate*. 1ed. Porto Alegre: Pallotti, 2012.

SANTOS, Sílvio Coelho. *A Integração do índio na sociedade regional: a função dos Postos Indígenas em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1970.

Recebido em 19 de junho de 2014

Aprovado para a publicação 24 de julho de 2014



Indígenas na província de santa catarina: um caso de polícia

Zâmbia Osório

zambiaos@yahoo.com.br

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: A discussão sobre a questão indígena está em foco nos últimos anos, e nesse cenário, diferentes discursos sobre o índio, seu papel na sociedade, representações sobre o que entendemos por índio no Brasil, são evidenciadas, e essas representações têm em sua construção disputas e interesses que se alteram conforme as questões de cada momento histórico. Este artigo se propõe a discutir qual era a representação de índio construída durante o Brasil monárquico, a partir dos confrontos relacionados à terra, para perceber as mudanças e permanências nas representações atuais e a política indigenista empregada na província de Santa Catarina, através da análise dos ofícios de delegados de polícia.

Palavras-chave: Indígenas; Representação; Política indigenista.

Abstract: The discussion on indigenous question are in focus in recent years, and in this scenario, different discourses on the Indian's role in society, representations of what we mean by Indian in Brazil, are observed, and these representations have in its construction disputes and interests that change as the issues of each historical moment. This article aims to discuss the representation which was built during the Indian monarchical Brazil, from confrontations related to the land, to understand the changes and continuities in indigenous politics and current representations employed in the province of Santa Catarina, by analyzing crafts delegates from police.

Keywords: Indigenous; Representation; Indigenous policy.

Em tempos onde os noticiários falam constantemente em invasões indígenas e conflitos como no caso da população Guarani – Kayowá, habitantes da Reserva Indígena de Dourados, cidade do estado de Mato Grosso do Sul que possui a segunda maior população indígena do Brasil, onde as condições de vida apresentam um desafio. São índios adultos, recrutados por “gatos” e transportados em caminhões para serem explorados em jornadas brutais de trabalho e a aldeia, muito próxima à cidade, que é cortada por uma rodovia utilizada imprudentemente pela sociedade não índia. A área indígena sofre com o



superpovoamento e seu território está limitado pelas áreas urbana e a rural. Os conflitos são constantes entre os indígenas, posseiros e ervateiro da região¹.

Vemos também a expulsão dos índios de diversas etnias, da Aldeia Maracanã, que funcionava no antigo prédio do Museu do Índio – ocupado desde 2006 pelos indígenas – em março deste ano e a indefinição quanto novo local de habitação.

Ainda a construção da usina de Belo Monte, na Bacia do Xingu, que gera polêmicas há mais de 20 anos, com idas e vindas nas obras de construção e a constante afirmação de movimentos sociais e lideranças indígenas da região de que os impactos socioambientais não estão suficientemente dimensionados², resultando em disputas judiciais e ocupações³.

E as disputas na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, cujo processo oficial de reconhecimento dessa terra indígena se arrasta há décadas, com confrontos e mortes de índios e não-índios. Após estudos sucessivos, a área foi formalmente identificada pela Fundação Nacional do Índio em 1993, com a publicação no Diário Oficial da União do seu memorial descritivo com as coordenadas geográficas do perímetro proposto para demarcação, que privilegiou limites naturais. Nos anos seguintes até a sua homologação, em abril de 2005, fortes pressões políticas retardaram o processo administrativo e promoveram a invasão de arroteiros, a criação de mais um município dentro da área e a divisão entre lideranças e comunidades indígenas locais⁴.

Essas disputas têm como questão central o direito sobre terra, e a busca por legitimação da sua posse. Esses elementos fundamentam os discursos e representações que circulam na grande mídia, e conseqüentemente na sociedade, sobre os indígenas, como explicam Viana e Limberti:

Muitos brasileiros ainda hoje têm uma visão distorcida sobre quem realmente são os povos indígenas habitantes do território brasileiro. O preconceito é patente, deixando claro o total desconhecimento sobre quem

¹ LIMBERTI, Rita de Cássia Aparecida Pacheco. O índio guarani-kaiowá da reserva indígena de dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil: um olhar semiótico. In: Polifonia, n. 18, 2009.

² Especialistas questionam estudos e viabilidade da Hidrelétrica de Belo Monte. Disponível em <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2972>. Acessado dia 13 de maio de 2013.

³ 140 indígenas da etnia munduruku ocupam o canteiro Belo Monte. Disponível em <http://www.jovensindigenas.org.br/140-indigenas-da-etnia-munduruku-ocupam-o-canteiro-belo-monte>. Acessado dia 30 de maio de 2013.

⁴ A disputa pela Raposa Serra do Sol. <http://www.estadao.com.br/especiais/a-disputa-pela-raposa-serra-do-sol.17895.htm>. Acessado dia 30 de maio de 2013.



são os indígenas. Há quem pense que os povos indígenas estão errados ao exigirem seus direitos e há, ainda, aqueles que os consideram como “povos atrasados”⁵.

Ainda sobre as representações construídas acerca do índio trazem que:

No caso da sociedade brasileira, é possível perceber que a imagem do índio, construída por parte dos não-índios, em muitos casos, não condiz com a realidade. E, como Bueno (2006) afirma, constroem-se simulacros negativos. O índio é representado como um ser preguiçoso, incapaz ou violento⁶.

O que esta pesquisa busca, através da análise dos “Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da Província de Santa Catarina”, é não apenas identificar qual era o olhar das instâncias policiais em relação aos indígenas, mas também por parte da sociedade da Província de Santa Catarina através dos conflitos e embates com as populações indígenas. Buscando compreender a representação pública e compartilhada do indígena neste período, realizando uma leitura dos ofícios enquanto discursos.

Partindo do princípio que o estudo das representações busca a compreensão das sociedades históricas a partir da análise dos seus discursos, das suas ideias, imagens, versões, comportamentos e práticas que integram a complexa e dinâmica investigação cultural. Ao desnudar essas produções simbólicas podemos entender um período, uma temporalidade⁷. Assim sendo, pretende-se com a análise dos discursos presentes nos ofícios captar e identificar qual a forma da política indigenista aplicada no estado de Santa Catarina em decorrência da Lei de Terras.

A presença dos Xokleng e Kaingáng nos campos e nas florestas que cobriam as serras era confirmada pelos ataques que faziam aos tropeiros. A fundação da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, por ordem do Morgado de Mateus, governador de São Paulo, tinha como objetivo, entre outros, afugentar os índios da região, mas nas falas dos documentos oficiais a presença indígena é desconsiderada. Podemos tomar como ilustrativo as falas dos

⁵ VIANA, Olinda Siqueira Correa, LIMBERTI, Rita de Cássia Aparecida Pacheco. “Índios no Brasil: quem são eles?” – um estudo sobre o preconceito contra o indígena a partir de depoimentos em vídeo. Disponível em <<http://www.ufvjm.edu.br/site/moebius/files/2011/04/Olinda-e-Rita-de-C%C3%A1ssia.pdf>> Acessado dia 29 de maio de 2013.

⁶ Ibidem.

⁷ FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1999.



presidentes de província que ao falar sobre o projeto de colonização dizem ser necessário ocupar os sertões do estado e preencher os vazios demográficos⁸, ou seja, em seu discurso está a ideia que não há população nessas regiões, e em certa medida isso é real, se considerarmos que o indígena alcançou o status de indivíduo autônomo e de cidadão pleno na sociedade brasileira apenas com a Constituição de 1988⁹, que assegurou aos povos indígenas o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e reconheceu o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

O estado de Santa Catarina no período da colonização era habitado, e ainda é, por povos indígenas de três etnias reconhecidas, Xokleng, Kaingáng e Guarani que, citando Peres:

(...) por aqui perambulavam e retiravam aquilo que necessitavam para sua sobrevivência. O termo "perambulavam" é utilizado pelo fato dos indígenas de Santa Catarina serem caçadores-coletores, movendo-se sazonalmente, de acordo com as estações.¹⁰

As maiores concessões de terras para colonização começaram a ser feitas em 1850¹¹, tendo um conseqüente aumento da ocorrência de enfrentamentos entre indígenas e colonos a partir desse período, logo o recorte temporal desta pesquisa é de 1850, tendo como marco a Lei de Terras até o ano de 1870, considerando o tempo de pesquisa e a quantidade de massa documental, entendendo que um período de 20 anos de interações entre as comunidades indígenas e a sociedade não-índia é válido para a compreensão das práticas e discursos adotados.

Cabe aqui citar que os indígenas em Santa Catarina já tinham experiência de contato, pois a "Ilha de Santa Catarina" foi, durante o século XVI, um importante ponto de referência

⁸ FROTSCHER, Méri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: identidade, memória e poder. In: FERREIRA, Cristina. FROTSCHER, Méri. *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

⁹ LISBOA, João Francisco Kleba. Índios e o estado brasileiro: entre a tradição e a invenção. Disponível em <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33483-43196-1-PB.pdf>. Acessado dia 30 de maio de 2013.

¹⁰ PERES, Jackson Alexandro. Os indígenas no século XIX: a selvageria nos (dos) discursos oficiais (1850-1880). In: *Ágora*, v. 20, n. 41, 2005.p.41.

¹¹ NORZOW, Ana Lúcia Vulfe, SOUZA, Andreia Mendes de. Encontros e Desencontros: colonos e indígenas no povoamento de Santa Catarina. In: *Ágora*, v. 14, n. 29, 2011.



para os navegantes, que ali paravam para abastecer¹². O contato com o continente e o interior do estado foi tardio, porém não se inicia com a efetiva colonização no século XIX:

(...) desde meados do século XVIII os indígenas do Estado de Santa Catarina já passavam por experiências de contato e violência; com a abertura da Estrada de Tropas (1728), o surgimento de Lages (1771) com as fazendas de criação que contribuíram para uma primeira desestruturação do território de caça e moradia dos índios que ali viviam¹³.

Em Lages, região com maior número de documentos com referência a questão indígena, o então delegado de Lages, Guilherme Ricken, em ofício para o presidente de província informa que:

Passado que apesar de se achar este Municipio rodeado de immensos Sertões povoados de indigenas de differentes tribus, nenhum aldemaneto delles aqui existe, nem nunca existio, o que se deve attribuir em parte ao desleixo que tem havido até agora em promover a Cathequese destes índios por estes lugares, e também ao modo com que os moradores até há bem poucos annos procedião contra elles, cassando-os como Animaes, com o interesse de lhes apanhar e captivar os filhos conde resultou que os índios entranhando-se mais pelas mattas dentro, criarão ódio mortal contra a raça branca, o que talvez ainda por muito tempo frustrará qualquer tentativa que se queira fazer para chama-los a Civilização¹⁴.

Essa atitude de institucionalização de uma política de violência para com os indígenas do estado é corroborada pela fala de José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, quando exercia a função de presidente de província de Santa Catarina no ano de 1835:

Enquanto a cathequesi, conhecida como he a índole feroz das tribos Indigenas que temos no continente da Provincia, pouca ou nenhuma esperança se pode nutrir de redusil-os à civilisação por meio dellas todas as tentativas neste sentido tem sido frustradas, se exceptuar-mos o caso de hum ou outro cahido em nosso poder em menoridade.

¹² LOHN, Reinaldo Lindolfo. O Naufrago e o sonho. In: BRANCHER, Ana Lice; AREND, Sílvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX*. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2004.

¹³ NORZOW, Op. cit., 2011.p.29.

¹⁴ Do Del. De Lages Guilherme Ricken ao Pres. da Prov. João José Coutinho descrevendo Coroados e Botocudos. In: SCHEIBE, Fernando. *Edição de fontes – repertório sobre índios: officios dos Delegados e Subdelegados de Polícia para o Presidente da Província (1842/1892)*. Florianópolis: 1996.



(...)

Mais que tudo pois he contra estes acontecimentos, que se necessita tomar medidas; e a que se tem apresentado como de alguma efficacia he o estabelecimento de Pedestres, que não só seão encarregados de repelli-los, mas também de sahir de quando em quando a correr os Sertões assim os afugentar. Esta ideia, que ha mais tempo foi sugerida no Conselho Administrativo, produzio hum plano, que deve ser presente a Assembleia entre os papeis do Conselho Geral a quem o remeti. Quando a Assembleia julgue conveniente adapta-lo poderá incluir no orçamento a despeza respectiva: por hora eu me limito a propor entre as eventuaes hua quantia para as que ocoirão fazer-se com alguns dos ditos indigenas, que de qualquer modo possão vir ao nosso poder.¹⁵

Nos documentos oficiais ocorre à omissão dos motivos pelos quais o indígena, assumia uma atitude agressiva, as falas trazem o lado da barbárie dos gentios que “por muitas vezes tem deixando por signaes de seus aparecimentos lagos de sangue e até incêndios de casas”¹⁶ e essas atitudes são apresentadas como forma de legitimar práticas que lhes são anteriores, como podemos ver na fala do delegado de São Francisco do Sul em ofício para o presidente de província Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, em 1866:

Por isso julgará VEx^a que sempre repetidos esses horrores se há motivo de nos convercer da impossibilidade da defesa sem aggreção, e de ser mister o emprego de outras medidas, uma dellas é o procurar-se os selvagens em seus alojamentos tirar-se-lhes os filhos que se possa agarrar, e outras é a colonisação nesses terrenos ou destacamentos permanente em Barra Velha¹⁷.

Nas documentações oficiais os colonos são apresentados como as vítimas da ação indígena, que promovem ameaças, assaltos, queimas, saques e destroçam as roças dos moradores, tendo como única solução a retirada ou extermínio dos índios “para que os habitantes daquelle lugar possão viver com mais alguma segurança e tranquillidade”¹⁸. A

¹⁵ Relatório do presidente da Província de Santa Catarina. 1835. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u900/>. Acessado dia 08 de outubro de 2011.

¹⁶ Do Del. De São Francisco Antonio Vieira de Araujo ao Pres. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda sobre o destacamento de Guardas, além de algumas considerações sobre a situação daquela região no que diz respeito à presença de índios. In: SCHEIBE, Fernando. *Edição de fontes – repertório sobre índios: officios dos Delegados e Subdelegados de Polícia para o Presidente da Província (1842/1892)*. Florianópolis: 1996. p.64.

¹⁷ *Ibidem*. p.65.

¹⁸ Do Del. De Tijucas Grandes Manoel Teixeira Brazil ao Pre. Francisco Carlos de Araujo Brusque sobre a necessidade de providências que afastem dali os bugres. In: SCHEIBE, Fernando. *Edição de fontes – repertório*



figura do indígena é tratada como elemento externo do sistema nacional vigente, não compondo assim a sociedade brasileira, o que é evidenciado nos termos utilizados, nos documentos, para fazer referência aos índios: Ameaças; bugres, flagello, feroz, errante, desgraça, affeitos, infeliz bugre, bárbaros, muito vadios, desagradável visita, bugres bravos, bugres mansos, animaes brutos, gentios botocudos, bárbaros e selvagens gentios, ordas de gentios bravos, sanguinários inimigos.

As características que lhes são atribuídas, a forma como são percebidos pelas autoridades provinciais nos mostram que os indígenas eram encarados como um empecilho à sociedade, a civilização e ao progresso, haja visto falas como: a maneira brutal por que se portarão esses indômitos Selvagens, cinismo e barbaridades dos indygenas, ferocidade de tão ímpios selvagens, não querem trabalhar, estão em estado primitivo de natureza, ou em estado de civilização ínfimo.

Mas este artigo, longe de vitimizar a figura indígena, busca demonstrar que os índios foram atores políticos importantes de sua história e em meio a política indigenista é possível vislumbrar uma política indígena¹⁹, com motivações próprias para as alianças, como podemos perceber no ofício do delegado da Villa de Lages para o presidente de província, no ano de 1855, que fala sobre o envio de uma diligência de Coroados – Kaingang – para afugentar Botocudos – Xokleng – que ameaçavam uma fazenda:

(...) e como não tenho armamento de qualidade alguma, e nem era possível reunir gente com a brevidade que era mister lembrei-me de convidar ao Dobre para com sua gente ir afugentar os Botocudos por saber que estes dous tribús são inimigo jurados.

(...)

Depois destas informações me disse o Dobre que estava prompto para esta diligencia se convencionássemos sobre o trato. Em seguida médio-me 4 patações em dinheiro para cada homem de sua gente; o que depois ficou em 3 patações; sendo o pagamento em fazendas, cujo trato conclui com elle; pedeio-me mais huma meia dúzia de facas grandes para fazer lanças, o que lhe mandei dar, de maneira que hontem de tarde seguio com vinte homens e duas mulheres para a fazenda dos Tributos²⁰.

sobre índios: ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia para o Presidente da Província (1842/1892). Florianópolis: 1996. p. 52.

¹⁹ CUNHA, Manoeala Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manoeala Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-24.

²⁰ Do Del. De Lages Guilherme Ricken ao Pres. João José Coutinho sobre o envio de uma diligência de Coroados para afugentar Botocudos que ameaçavam a Fazenda dos Tributos. In: SCHEIBE, Fernando. *Edição*



Dobre era o cacique de um grupo de indígenas Kaingang que chegara a Villa de Lages a pouco menos de um mês e ali se instalaram, vindos do aldeamento de Vacaria que em troca de alguns benefícios aceitou a tarefa proposta pelo delegado Guilherme Ricken.

A política indigenista, na prática, era uma política de dizimação da população, as formas de integração como aldeamentos eram pouco comuns no estado e os que haviam eram constantemente atacados por incursões de colonos sem que houvesse medidas punitivas para estes, a possibilidade de integrar o índio, de alguma forma, à sociedade era através da sua escravização ou jornadas forçadas de trabalho, são comuns falas como:

Não se ocupam de trabalho algum e sua vida consiste em comer e dormir, a poligamia existe entre elles, e nenhuma ma Idea religiosa apparece entre elles. Enfim são animaes brutos, que a não serem sujeitados e obrigados a trabalhar, em breve causarão desgraças infalíveis²¹.

Os índios, quando estão presentes nos documentos oficiais, aparecem nos ofícios dos delegados de polícia, e nos relatórios de presidente de província estão timidamente no tópico catequese, mas de forma desacreditada e sempre como um esforço sem retorno, se concentram em sua maioria no tópico sobre força publica e no tópico obras públicas quando se discute a criação de fortes, abertura de picadas e ampliação das cadeias, o que nos permite concluir que a política indigenista no estado, ou seja, o índio, era um caso de polícia.

O trabalho com documentos é fundamental no ensino de história para ajudar o aluno a construir a consciência histórica, pois é “por meio da observação das materialidades e da interpretação dos discursos do seu e de outros tempos que o aluno aprende a ampliar sua visão de mundo, tomando consciência que se insere em uma época específica”²². O a didática com documentos pode envolver vários momentos diferentes que, associados, possibilitam uma

de fontes – repertório sobre índios: ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia para o Presidente da Província (1842/1892). Florianópolis: 1996. p. 26.

²¹ Do Del. De Lages Guilherme Ricken ao Pres. João José Coutinho sobre os resultados da diligência dos Coroados, sobre o estado de civilização desses e a necessidade de sujeitá-los ao trabalho. In: SCHEIBE, Fernando. *Edição de fontes – repertório sobre índios*: ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia para o Presidente da Província (1842/1892). Florianópolis: 1996. p. 28.

²² Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf Acesso dia 30 de maio de 2013.



apreensão de suas dimensões históricas. O texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental diz:

Os vestígios do passado, quando transformados em documentos históricos, passaram a englobar outras funções, além das suas funções primárias originais, ou seja, ganharam também o papel de fornecer para o estudioso indícios de realidades históricas. relações sociais, modos de vida, mentalidades²³.

Os temas da terra e da questão indígena, através da proposta desta pesquisa, são abordados como narrativa histórica, adotando assim uma postura metodológica que leva em consideração a intencionalidade do discurso, as mudanças nos ritmos temporais, as rupturas e as continuidades históricas, as semelhanças e as diferenças que se cruzam em várias temporalidades.

Referências

AZANHA, Gilberto. *A Lei de Terras de 1850 e as terras dos índios*. Disponível em: <www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/terra.pdf> Acesso em: 27 de março de 2013.

BALDESSAR, Quinto Davide. . *Os imigrantes no confronto com os donos da terra, os índios*. [s.l.]: s.n., 1991.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1999.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FROTSCHER, Méri. Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: identidade, memória e poder. In: FERREIRA, Cristina. FROTSCHER, Méri. *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: História de Povos Invisíveis. In: BRANCHER, Ana (org). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999, pp. 73-82.

²³ Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf. Acessado dia 30 de maio de 2013.



LAZARIM, Katiúscia Maria. *Imagem do silêncio: indígenas na historiografia local catarinense*. 2003. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Cristina Scheibe Wolff.

LIMBERTI, Rita de Cássia Aparecida Pacheco. O índio guarani-kaiowá da reserva indígena de dourados, mato grosso do sul, Brasil: um olhar semiótico. In: *Polifonia*, n. 18, 2009.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. O Náufrago e o sonho. In: BRANCHER, Ana Lize; AREND, Sílvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX*. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2004.

NORZOW, Ana Lúcia Vulfe, SOUZA, Andreia Mendes de. Encontros e Desencontros: colonos e indígenas no povoamento de Santa Catarina. In: *Ágora*, v. 14, n. 29, 2011.

OLIVEIRA, J. Pacheco de (org). *Indigenismo e Territorialização*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 1998.

SANTOS, Juliana Darós dos. "*Sociedade de Raças Cruzadas*" (Silvio Romero). Integração, assimilação e mestiçagem entre índios e brancos nos discursos proferidos pelo IHGB e o IHGSC: Uma análise comparativa. 1900-1920. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Cristina Scheibe Wolff.

SCHEIBE, Fernando. *Edição de fontes – repertório sobre índios: ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia para o Presidente da Província (1842/1892)*. Florianópolis: 1996.

SILVA, Fábio José da. *Medo branco de sombras indígenas: o índio no imaginário dos moradores do Vale do Itajaí*. 2003. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Cristina Scheibe Wolff.

VIANA, Olinda Siqueira Correa, LIMBERTI, Rita de Cássia Aparecida Pacheco. "*Índios no Brasil: quem são eles?*" – um estudo sobre o preconceito contra o indígena a partir de depoimentos em vídeo. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/site/moebius/files/2011/04/Olinda-e-Rita-de-C%C3%A1ssia.pdf> > Acessado dia 29 de maio de 2013.

WITTMANN, Luisa Tombini . *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.



Índigenas na província de santa catarina: um caso de polícia- Zâmbia Osório

Recebido em 03 de junho de 2013

Aceito para a publicação em 25 de setembro de 2015



“O Sul pede apenas atenção” – Olhares sobre as construções político – discursivas em Santa Catarina a partir das enchentes de 1983 – Carla Teixeira

“O Sul pede apenas atenção” – Olhares sobre as construções político – discursivas em Santa Catarina a partir das enchentes de 1983

Carla Teixeira *

Moratelli-ca@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Após as fatídicas enchentes que assolaram o Sul do Brasil no ano de 1983, e das recorrentes secas que castigaram o Nordeste, o cenário político econômico brasileiro encarou um novo impasse: a distribuição de verbas aos blocos regionais atingidos. Ao dispor dos pronunciamentos de políticos catarinenses no ano de 1983, os quais argumentaram em favor da obtenção das verbas que seriam destinadas à reconstrução das cidades atingidas pelas enchentes, este artigo tem como finalidade identificar algumas construções e significações políticas, imagéticas e discursivas a respeito do catarinense e de sua terra.

Palavras-chave: Análise de discurso; Enchentes 1983; Deputados; Santa Catarina.

Abstract: After the fateful floods that struck southern Brazil in 1983, and recurrent droughts that ravaged the northeast, Brazil's economic policy scenario faced a new dilemma: the distribution of funds to the regional blocs affected. Dispose to Santa Catarina political pronouncements in 1983, which argued in favor of obtaining the funds that would be for reconstruction of cities affected by the floods, this article aims to identify some constructions and political meanings, imagery and discourse about Santa Catarina and their land.

Keywords: Discourse analysis; floods 1983; Deputy; Santa Catarina.

A década de 1980¹ pode ser considerada como emblemática para a história política do Brasil, quando o país enfrentara uma de suas maiores crises econômicas. Inicialmente motivada pelo aumento da dívida externa e pelos estilhaços do primeiro e do segundo choque do petróleo nos anos 70, o Produto Interno Bruto *per capita* cai bruscamente, elevando os

* Graduanda no 5º semestre do curso de LIC/BCH em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹ Marcada na História econômica do Brasil como “década perdida” devido à crise e ao baixo nível de desenvolvimento do país, aos arrochos salariais, ao elevado número de desemprego, e da concentração de renda. Politicamente, a década de 80 carregou consigo os últimos anos da ditadura militar e a retomada do processo democrático no país. Desse modo, o cenário social brasileiro estava dividido entre setores conservadores que insistiam em manter suas diligências, e pelo crescimento das organizações de trabalhadores e de movimentos sociais e sindicais, inflando a necessidade de um novo debate político. MOTTA, Débora. A importância dos anos de 1980 para a democratização do Brasil. Disponível em <<http://www.faperj.br/?id=2145.2.6>>



números inflacionários, que chegam ao seu ápice no ano de 1983². Neste mesmo ano, especificamente ao final do mês de Junho, as chuvas tornaram-se constantes no estado de Santa Catarina, e em decorrência, enchentes assolaram principalmente as cidades de Blumenau, Rio do Sul e Itajaí, deixando cerca de 198 mil pessoas desabrigadas³.

O estado fora severamente atingido pelas enchentes – que resultaram na diminuição da produção agrícola – e pelo elevado número de desemprego, principal consequência da recessão enfrentada pelo país. Deste modo, a intervenção do setor político junto ao Estado foi indispensável frente a conquista de recursos que seriam destinados à recuperação econômica e estrutural dos locais atingidos. Parte do diálogo que serviu como base para a obtenção dos mesmos, pode ser observada nos discursos políticos que analisei no decorrer deste artigo.

De que maneira a ajuda seria mais atrativa ao estado de Santa Catarina, tendo em vista as dificuldades econômicas ocasionadas pela seca que castigava o Nordeste a cerca de três anos?⁴ Quais elementos utilizados pelos deputados de diferentes partidos políticos para que as verbas fossem efetivas e emergenciais? A partir destes questionamentos, propus uma análise do discurso, bem como das circunstâncias e dos argumentos pelos quais se construíram os mesmos, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”⁵.

Como suportes teóricos para esta análise, baseei-me nas contribuições da História e da Sociologia, e busquei construir uma articulação entre discursos e práticas. Para Chartier, a

2 OMETTO, Ana Maria H; FORTUOSO, Maria Cristina O; SILVA, Marina Silveira. Economia brasileira nos anos oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. Rev. Saúde Pública 29(5), 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.org/pdf/rsp/v29n5/11.pdf> >

3 SCHIELST, Saraga. Enchente em Santa Catarina: Tragédia no estado completa 30 anos. Jornal Notícias do Dia, 2014. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/84641-enchente-de-1983-tragedia-natural-em-santa-catarina.html>>.

4 Desde os anos 1970, o Nordeste do país enfrentara recorrentes secas que abalavam a região economicamente e socialmente. Porém, de 1980 a 1983 a situação acabara agravando-se: As plantações foram totalmente perdidas, reduzindo drasticamente a atividade agrícola da região. Este cenário perdurou em todos os Estados do Nordeste, com maior intensidade no estado do Ceará. O quadro se agrava com a crescente constante do desemprego, fazendo com que milhares de nordestinos migrem para outros estados do país, principalmente para o Sudeste. Este movimento migratório fora costumeiramente relacionado com a extrema pobreza, atribuindo ao Nordeste o estereótipo de local pouco produtivo e que pouco contribuía para com o crescimento do país. CAMPOS, Nivalda Aparecida. A grande seca de 1979 a 1983: Um estudo dos grandes projetos de desenvolvimento rural implementados na região semi-árida do Nordeste do Brasil. In: XI Congresso brasileiro de Sociologia, 11., 2003., Estudos. UNICAMP. Campinas, São Paulo. 2003.

5 FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Edições Loyola, São Paulo. 1999, 5ª edição. p. 10.



linguística se mostra como um dos elementos substanciais para que essa esta seja possível. Sendo a realidade uma referência não objetiva, e sim resultante de significados múltiplos e instáveis, não deve ser interpretada como alheia ao discurso e sim, construída na e pela linguagem⁶. Ou seja, quando nos interessa entender a relação que se constitui entre um discurso e uma prática social, é necessário que nos atentemos para a linguagem e para os signos que a ela compõem, assim como os conceitos.

Pensando nos discursos, nas práticas e nos conceitos, Koselleck reforçará a importância da linguagem e de suas associações aos mesmos, de modo a incentivar a investigação não apenas semântica, como também linguística. Ambos os autores reforçam a necessidade e a importância da busca pelas significâncias atribuídas aos sentidos e conceitos das palavras que constituem discursos e práticas em determinado contexto histórico – de forma que, através da análise e interrogação destes, o historiador possa realizar paralelos entre permanências e rupturas, atribuindo aos discursos o signo de poder do qual é imbuído. Para isso, é preciso vinculações que ultrapassem as estabelecidas entre a língua e os conceitos.

O uso atento à linguística em conjunto ao contexto político, social e econômico do período analisado é de extrema importância para que o historiador possa identificar o maior número possível de conjunturas e possibilidades inseridas nos discursos. A partir disto, pode reconhecer pensamentos, vertentes teóricas e imagéticas atribuídas e acumuladas nos conceitos de “trabalho”, “prosperidade” e “valor” em dois discursos de diferentes deputados federais de Santa Catarina: o Deputado Federal Renato Vianna⁷ e o Deputado Federal Adhemar Guisi⁸, ambos realizados no dia 12 de Agosto de 1983, registrados no Diário do

6 CHARTIER, ROGER. *A história ou a leitura do tempo*. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2009. p. 49.

7 Renato de Mello Vianna foi um futebolista, advogado e político filiado ao PMDB. Natural de Blumenau, onde atuou como prefeito e logo após, deputado federal pelo mesmo partido. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro foi fundado em 1980, após a Lei dos Partidos Políticos que resgatava o pluripartidarismo, tendo como sua origem o MDB. Caracterizado inicialmente com um posicionamento político centrista, o PMDB foi grande opositor à ditadura, contando com nomes como o de Tancredo Neves, um dos impulsionadores do movimento “Diretas Já” no ano de 1983. Disponível em: < <http://pmdb.org.br/cargo/deputados-federais/page/3/> >.

8 Adhemar Guisi foi advogado e político brasileiro. Natural de Braço do Norte, foi Deputado Federal por 5 legislaturas pelo PDS. O Partido Democrático Social foi fundado em 1980, após a revogação do bipartidarismo, e foi considerado o sucessor da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Posicionado politicamente a direita, o PDS estabeleceu uma das maiores oposições políticas com o PMDB, demonstrando a polaridade do cenário brasileiro, e contou com nomes como o de José Sarney e Fernando Collor. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos-1/1980/69.pdf/view> >.



Congresso Nacional⁹, órgão oficial informativo das atividades do Parlamento.

O Vale do Itajaí e as relações de trabalho

Emblematicamente, ao parafrasear o escritor lusitano Eça de Queiroz, o deputado federal Renato Vianna declara “A História é uma velhota que se repete sem cessar”. Logo de início em seu discurso, o objetivo do mesmo é traçar uma linha contínua e repetitiva a respeito das tormentas e dos sofrimentos enfrentados pelo povo do Vale do Itajaí. Esta estratégia se torna clara quando este lê um relato do ano de 1880, do professor José Ferreira da Silva em a História de Blumenau¹⁰, onde o autor narra à destruição causada pelas enchentes que assolaram a região naquele ano. Na declaração do deputado, ambas as tragédias tornam-se muito semelhantes, e o relato de 100 anos antes da data de seu pronunciamento acaba por representar perfeitamente o então atual cenário de sua região. Renato Vianna, ao estabelecer paralelos entre os dois eventos, parece ter a intenção de reverter a história de reconstrução da região atingida com o intuito de criar um sentimento de unidade, multifacetado como um tipo de regionalismo oriundo das enchentes e dos acontecimentos envoltos a mesma – ainda que cerca de 100 anos tenham se passado entre a ocorrência de cada um dos eventos.

Durval Muniz de Albuquerque¹¹ e Iná de Castro¹² teorizam a respeito da construção desse tipo de regionalismo, porém suas construções estão vinculadas aos discursos da seca no Nordeste, onde as tragédias climáticas ocorriam de modo mais recorrente e menos espaçado temporalmente. A unificação destes discursos – de natureza da seca, ou como se pode aplicar a região Sul: de natureza de enchentes – fomentou uma construção imagética de alcance

9 Estão disponíveis online os diários do Senado Federal e do Congresso Nacional. São publicadas nos Diários as atas das sessões plenárias e de comissões, normas promulgadas, atos administrativos e outras informações. Nas atas são publicados os discursos, os textos integrais de projetos, pareceres, matérias legislativas e outros documentos lidos na sessão plenária. Disponível em <<http://legis.senado.gov.br/diarios/Diario>>.

10 José Ferreira da Silva foi professor e historiador natural da cidade de Tijucas. Foi editor de jornal, chefe topográfico e poeta. Em 1935 é eleito vereador e Presidente da Câmara Municipal até 1938, quando foi eleito prefeito da cidade de Blumenau. Em 1970 foi eleito para a Academia Catarinense de Letras, tomando posse da cadeira número 4. Disponível em <<http://adalbertoday.blogspot.com.br/2012/01/professor-jose-ferreira-da-silva.html>>.

11 ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 pg.

12 CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade*. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Bertrand, Rio de Janeiro. 1992.



regional e nacional, onde os sistemas naturais constituem e determinam os sistemas e os sujeitos sociais:

No caso do semi-árido nordestino, a perspectiva de que residem nas dificuldades impostas pela sua natureza a principal causa dos problemas da Região tem sido um recurso discursivo que, partindo da elite intelectual e política, seduz e compromete toda a sociedade. Na realidade, a idéia de que o clima semi-árido do Sertão nordestino é responsável pela condição periférica e de atraso regionais faz parte do imaginário nordestino e nacional, e revela a permanência da perspectiva da natureza como protagonista importante da formação nacional¹³.

Para ambos os autores, a criação deste tipo de bloco regional e imagético bem como a construção de sujeitos sociais influenciados por sistemas da natureza, durante muito tempo, justificaria e tornaria mais efetiva a obtenção de recursos, principalmente os que estivessem vinculados com projetos de prevenção permanente. Ao considerarmos a situação econômica do país no ano de 1983, a construção política de dois blocos vítimas de desastres naturais, sendo que ambos necessitavam de recursos públicos para sua reconstrução, era preciso que Santa Catarina usasse de algum artifício para se destacar quanto ao pedido de direcionamento das verbas:

É hora de denunciar tais fatos, diante da insensibilidade do Palácio do Planalto na liberação de migalhas de recursos financeiros ao Estado catarinense e anúncio de medidas eficazes de controle e proteção das cheias, já proteladas por uma geração. O Sul pede apenas atenção, mercê da credibilidade que sempre desfrutou. O Vale do Itajaí quer apenas compreensão, assumindo publicamente o compromisso de devolver, nos próximos anos, com sua produção, com o seu trabalho, o investimento realizado pelo Governo Federal. As nossas indústrias, pequenas e médias, são formadas de capital verde e amarelo. O controle acionário dessas empresas pertence a famílias que nasceram no Vale do Itajaí e que sempre souberam honrar o compromisso de amar e bem servir à Pátria. O Vale do Itajaí sentiu-se apequenado diante do reconhecido pouco que recebeu

13 CASTRO, Iná Elias de. *Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste*. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 8., 2001, Santiago. Resúmenes. Santiago: Universidad de Chile, 2001. p.367-369. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/08.pdf&gws_rd=cr&ei=19AKVfgcgd-DBOG-guAI>.



e, por outro lado, do tratamento discriminatório para com o Nordeste, que recebeu 140 bilhões de cruzeiros para combater os efeitos da seca. Será por que o Nordeste tem maior representatividade parlamentar, capaz de recompensar possíveis candidatos à Presidência da República nas próximas eleições? Ou será por que o Nordeste se mostrou mais reconhecido ao Governo Federal, assegurando a vitória do PDS nos Estados nordestinos?¹⁴.

Ao atacar a suposta predileção destinada por anos ao Nordeste, o deputado Renato Vianna sustenta sua argumentação com base em conceitos e significações atribuídas principalmente ao trabalho. Quando problematizamos as permanências que o deputado pretende atribuir ao seu discurso, certos elementos demonstram conceitos que costumeiramente estão associados aos imigrantes que colonizaram a região. Pode-se considerar como o estigma que as famílias descendentes de imigrantes permanecem levando sob os ombros o peso do trabalho – que em um discurso datado, estaria vinculado a região ao qual pertenciam – e que permanecería na remanescência de seus descendentes, oriundos de famílias que provaram seu amor a pátria¹⁵, e naquele momento, encontravam-se sobre o manto “verde e amarelo”. É notável o discurso positivista que costuma associar pátria, trabalho e progresso – de modo a tornar interessante o questionamento de que o homem imigrante ainda neste período representa o estereótipo ideal de homem. Émile Durkheim¹⁶, ao falar sobre a mudança histórica no conceito do fazer humano, afirma:

Passou o tempo em que o homem perfeito parecia-nos ser aquele que sabendo interessar-se por tudo sem se dedicar exclusivamente a nada, capaz de provar tudo e tudo compreender, tinha meios de reunir e condensar nele o que havia de mais requintado na civilização. Hoje, essa cultura geral, tão

14 República Federativa do Brasil. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Câmara dos Deputados. ANO XXXVIII – No 090. Ata da 90ª sessão, em 12 de Agosto de 1983. Pronunciamento do Deputado Federal Renato Vianna. p. 7146.

15 Autoras como Marlene de Fáveri e Clarícia Otto expõem sobre a que custo os povos imigrantes que e estabeleceram no Brasil tiveram que provar seu “amor a pátria”, principalmente no período do projeto de nacionalização e da Primeira Guerra Mundial, com Getúlio Vargas. Desde as promessas envoltas pelo sonho da terra da cocanha, até a imposição de torturas e silêncios, dos quais, o objetivo era o abandono da cultura originária de cada povo, em defesa da construção da identidade da pátria brasileira.

16 Sociólogo, Durkheim fundamenta-se nos ideais positivistas, ignorando os fatores históricos e o papel do indivíduo e da subjetividade na organização social. De acordo com suas teses, a sociedade se encontraria num processo de transformação social (do primitivo para o moderno), através da divisão social do trabalho. Surgimento da sociologia, Positivismo e Émile Durkheim. Disponível em < <http://pt.scribd.com/doc/87053305/Surgimento-da-sociologia-Positivismo-e-Emile-Durkheim#scribd> >.



gabada outrora, só nos causa o efeito de uma disciplina frouxa e relaxada. Para lutar contra a natureza, precisamos de faculdades mais vigorosas e de energias mais produtivas¹⁷.

Durkheim fala sobre um homem que já não deve ocupar-se de sua formação como um todo – a perfeição neste momento estaria atribuída não ao homem que procura ser completo, mas sim, ao que busca produzir, encontrando tarefa delimitada e que a ela se dedique, traçando seu caminho e seu serviço em direção da construção de sua moral. O homem que não o faz, torna-se nada mais que um diletante. Aperfeiçoar-se, é então, nada mais do que aprender seu papel e ser capaz de cumprir sua função. Esta perfeição seria alcançada através da soma dos serviços prestados e na capacidade do homem de prestar quantos mais for possível. A afirmação deste ideal ligando o homem ao trabalho torna-se evidente perante a exaltação do mesmo ao decorrer do discurso do deputado, voltando seu argumento para um imaginário de força de produção de um povo que se reconstrói e que permanece em sua região, ao contrário do homem nordestino, visto como retirante. Desse modo, Renato Vianna declara que a região Sul sustentaria o país em suas costas:

O Sul está cansado de ser explorado. O Sul necessita, mais do que nunca, de consideração e respeito diante de sua tradição histórica e da sua reconhecida e abnegada luta pela estabilidade econômica do País. Retorno a esta tribuna para, tirando lições da história de minha cidade, demonstrar que há 100 anos, como hoje, o tratamento é o mesmo, insistindo na necessidade de se formar uma Frente Parlamentar do Sul, a fim de pressionar o Governo Central e os Governos Estaduais na adoção e agilização de medidas eficazes e justas, sem discriminação, sem favoritismo ou interesse eleitoreiros, como se estivéssemos em dois Brasis distintos, um extremamente explorado, cedendo suas lágrimas de sacrifício, de dor e de sofrimento, para mitigar a sede dos que já contam, há largos anos, com a predileção e o permanente apoio oficiais¹⁸.

Pode-se perceber que o deputado tenta recorrer a um passado, como o mesmo coloca, de exploração e abnegação para que o país se constitua e afirme economicamente, e que,

17 DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Martins Fontes, São Paulo. 3ª edição, 2008. Pg. 5.

18 República Federativa do Brasil. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Câmara dos Deputados. ANO XXXVIII – No 090. Ata da 90ª sessão, em 12 de Agosto de 1983. Pronunciamento do Deputado Federal Renato Vianna. Pg. 7147.



diferentemente das demais regiões do país, o sul é o principal responsável nesta busca de estabilidade estatal. Porém, ao comparar as tragédias sofridas em ambas as regiões, considera absurda uma certa “predileção” às regiões que não contribuíram para o progresso da mesma forma que a região a qual pertence. Acredito que seja possível identificar conceitos que prosperam até os dias de hoje, dos quais, afirma-se que a dependência econômica da região Nordeste só fez castigar a quem verdadeiramente trabalha e sustenta a nação.

A proposta de constituição de uma Frente Parlamentar do Sul, repleta de um sentido combativo e “autônomo” apenas reafirma a dicotomia existente entre as regiões, que se parecem opostas economicamente, culturalmente e socialmente – porém, ambas são dependentes da construção de uma unidade comum alicerçada pelas tragédias naturais que assolaram a cada local de forma particular. O que separaria Sul e Nordeste seria então apenas o viés por trás do discurso defendido por cada qual?

Santa Catarina e as construções imagéticas de prosperidade

O Deputado Federal Adhemar Guisi, ao realizar seu pronunciamento, efetua a leitura de um posicionamento do governador do estado no período, Espiridião Amin¹⁹. Nota-se o jogo por detrás desta parte do discurso. O governador, diante de tal problema, relembra o quanto vale a produção do estado de Santa Catarina aos cofres do Estado, principalmente ao considerarmos a situação de crise econômica enfrentada pelo país. Não seria interessante deixar de contar com as riquezas produzidas em solo catarinense – e dessa forma, retroceder ainda mais.

Sr. Presidente: O que vale Santa Catarina? O Estado cujo povo me fez governador. Recusei a pergunta. E também não a faço. Mas era preciso que eu tivesse um parâmetro. E aí me ocorre pensar quanto poderá uma

19 No ano de 1983, o governador Espiridião Amin acabara de assumir o cargo, e o fato de o deputado ter optado por realizar a leitura de um posicionamento do governador recém-eleito pode referir-se a necessidade de firmar relações entre o mesmo e os dirigentes da Câmara, considerando que o Sr. Espiridião Amin era o primeiro governador a ser eleito democraticamente após o golpe de 1964. Após 1983, Espiridião Amin toma a frente em relação a estas questões e torna-se membro titular da Comissão Especial de Medidas Preventivas diante de Catástrofes (CEMPC). Disponível em: <<http://www.esperidiaoamin.net.br/retrospectiva/protecao-civil-a-pior-enchente-e-a-que-vira/>>.



coletividade que produz US\$ 10,8 bilhões por ano e exportar 10% disso, quanto poderá uma comunidade desse porte merecer para prosseguir vivendo, alegre, prosperando e distribuindo sempre melhor o fruto do seu trabalho. E, então, no meu espírito se formou a sensação de que esse era um caminho a explorar. E é esta: Excelentíssimo Senhor Presidente, é desta, agora, a questão: Quanto convém investir em quem produz e exporta tanto, e está em risco de parar, de retroceder, de desesperar?²⁰. Excelentíssimo Senhor Presidente, não desejava medir Santa Catarina pelo valor material, imenso, do seu patrimônio físico. Mas se as medidas vierem, Santa Catarina reoferecerá ao Brasil a qualidade dos seus produtos, a diversidade das suas exportações, o equilíbrio do seu modelo social, a riqueza para a função comum, os bilhões de cruzeiros do seu empenho. O exemplo, quem sabe? Da cultura que está construindo e vivendo. Se as medidas vierem, Santa Catarina voltará a 3 de Julho de 1983. Esquecerá o intervalo de 4 a 14, e retomará o exercício da tarefa que sabe fazer bem. O trabalho. Mas posso aferir o valor da gente catarinense. E este, preço nenhum paga²¹.

Estes trechos do discurso podem remeter a contradição própria do jogo político: em um momento exalta-se a abundante riqueza oriunda do estado, e o exemplo do qual o mesmo se torna para os demais do território brasileiro: Santa Catarina como um estado rico, que contribui de forma generosa para com as contas da nação – porém que não deve ser privilegiado apenas por sua contribuição econômica, mas sim pela cultura de seu povo: mais uma vez, pode-se perceber a permanência do estigma do trabalho, associada ao povo que permanece em sua terra. É possível atentar para a possibilidade de uma ameaça de “desânimo” deste povo para com seu compromisso com o trabalho, caso o governo não defira as verbas para as regiões. É preciso considerar o partido ao qual pertence o deputado Adhemar Guisi – o PDS, principal apoiador do regime militar brasileiro – e a conjuntura política do momento. Meses após a tomada das ruas pelo movimento “Diretas Já!”, e com o fortalecimento dos partidos de oposição, o deputado demonstra em seu discurso certa neutralidade do catarinense, que é capaz de esquecer a tragédia e assim voltar-se a sua principal ocupação, o trabalho em prol da pátria.

20 República Federativa do Brasil. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Câmara dos Deputados. ANO XXXVIII – No 090. Ata da 90ª sessão, em 12 de Agosto de 1983. Pronunciamento do Deputado Federal Adhemar Guisi. Pg. 7152.

21 Idem.



Defira, Excelentíssimo Senhor Presidente, defira quanto à sociedade catarinense lhe pede, não pelo que ela produziu e vai produzir materialmente. Invista, Senhor Presidente, e se Vossa Excelência puder, venha estar conosco em Setembro para as floradas da primavera, em qualquer cidade catarinense, em Blumenau ou em Rio Negrinho, nos frutais do Meio Oeste ou nas vaquejadas das coxilhas do Planalto²².

O convite amistoso ao presidente da sessão, para que visite as regiões floridas e férteis de Santa Catarina remetem-nos mais uma vez a dicotomia imagética entre Sul e Nordeste. Pois, onde a seca se faz presente, associa-se a sua extensão a diferentes setores que participam da constituição da cultura regional. Durante todo o discurso foi possível observar a afirmação das riquezas e das terras produtivas que Santa Catarina possui, e ao considerarmos o contexto, onde o outro é visto como improdutivo, infértil, e pior: incapaz de trabalhar e prosperar na própria terra, migrando e sendo infiel a mesma, certas concepções de subjetividade talvez possam ser identificadas, como a beleza e o confiável retorno do investimento em curto prazo. Em conjunto, é preciso considerar toda a produção artística da época, que acabou por firmar o estereótipo do Nordeste e de seu povo como sujeito às condições áridas e cercadas por sofrimento de sua região.

Considerações finais

Durante a leitura de outros discursos encontrados nos Diários do Congresso Nacional pode-se levantar diversos questionamentos e problemáticas quanto a esta enorme produção econômica e próspera vinculada ao Sul, principalmente ao que diz respeito à tomada de decisões econômicas certamente autoritárias e arbitrarias, empregadas de forma autônoma, como o firmamento de contratos com multinacionais sem que as burocracias formais fossem seguidas ou consideradas. Este cenário semeia em mim a dúvida de até que ponto a predileção tão combatida a outras regiões do país realmente prejudicaram economicamente a região Sul? Bem como se é possível vincular o discurso de ambos os deputados ao senso-comum e às

22 República Federativa do Brasil. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Câmara dos Deputados. ANO XXXVIII – No 090. Ata da 90ª sessão, em 12 de Agosto de 1983. Pronunciamento do Deputado Federal Adhemar Guisi. Pg. 7153.



práticas da população em geral: Até que ponto estes discursos refletiam a opinião do povo e das regiões envolvidas?

Ainda que a dicotomia e a polaridade entre as regiões tenha sido exaltada, acredito que foi possível perceber a similitude entre o discurso de ambas, no que envolve a formação de uma unidade frente aos desastres ocorridos em cada local em específico. Desse modo é possível perceber o quanto a análise dos discursos pode nos remeter a realidades não consideradas em um primeiro momento, mas notadas frente aos detalhes que não se encaixam, ou nos pontos em que convergem as diferenças – que por vezes, tornam-se protagonistas de uma história que aponta semelhanças, e jamais o contrário.

Fontes

República Federativa do Brasil. Diário do Congresso Nacional. Seção I, Câmara dos Deputados. ANO XXXVIII – No 090. Ata da 90ª sessão, em 12 de Agosto de 1983.

Referências

ALBUQUERQUE, Junior. Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

CHARTIER, ROGER. *A história ou a leitura do tempo*. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2009.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Martins Fontes, São Paulo. 3ª edição, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Edições Loyola, São Paulo. 1999, 5ª edição.

FROTSCHER, Méri. FERREIRA, Cristina. *Visões do Vale: Perspectivas historiográficas recentes*. In __: *Blumenau e as enchentes de 1983 e 1984: Identidade, memória e poder*. Nova Letra, 2000.

KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. In __: *História dos conceitos e História Social*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006. Pg. 101.



Recebido em 06 de novembro de 2014

Aceito para a publicação em 31 de março de 2015



A (re)construção da italianidade: A Festa Italiana da cidade de Ipumirim

Alan de Hollanda Vieira Guerner¹

Talita Von Gilsa²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo traçar um panorama da migração italiana para o Oeste catarinense, buscando verificar costumes e tradições que foram trazidas para a região e como essas questões são datadas culturalmente em relação à criação de uma identidade entre os descendentes de italianos e a população em geral. Serão utilizadas para a análise algumas informações sobre a “Festa Italiana de Ipumirim” contidas em páginas virtuais.

Palavras-chave: Oeste catarinense, Migração, Identidade, Festa Italiana de Ipumirim.

Abstract: This paper has like objective to trace a panorama of Italian migration for the West of Santa Catarina, searching for the verify the customs and traditions that were bought for this region and how these questions are actually treated in relationship with the creation of a identity between Italian posterity and the population in general. In this analysis will be utilized some information about the “Festa Italiana de Ipumirim” contained in virtual pages.

Key-words: West of Santa Catarina, Migration, Identity, Festa Italiana de Ipumirim.

Introdução

A cultura italiana é muito presente no estado de Santa Catarina, principalmente no Oeste catarinense, onde muitos municípios foram colonizados por italianos ou descendentes; e também, grande parte dos municípios tem como uma de suas constituintes a etnia italiana. Existem, na região, muitas festas que propõem o “resgate” ou a “manutenção” dessa cultura dos imigrantes italianos e descendentes. O artigo em questão busca compreender como são vistas atualmente (em especial na festa “típica” italiana da cidade de Ipumirim), os costumes e tradições praticados, sendo estes, hora tidos como práticas inalteradas pelo tempo; ou então, tidos como “resgatados” da época da vinda dos imigrantes para a “colonização” do Oeste.

Inicialmente, tentaremos compreender com base em alguns autores, conceitos-chaves para o estudo sobre costumes e tradições e a sua função política e social para a sociedade. Após esse momento, contextualizaremos temporalmente e geograficamente, o que seria esta cultura italiana, levando em conta todo o processo de transformações da cultura até chegar em

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Programa de Iniciação à Docência (Pibid – História). Email: alanguerner92@hotmail.com

² Graduanda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET – História). Email: talita.vongilsa@gmail.com



Santa Catarina, que se constitui em uma complexa e longa jornada de adaptações e readaptações.

Dado esse pequeno esboço teórico e contextual, entraremos no tema principal deste artigo, que consiste em como são vistas estas representações culturais e qual é o seu papel dentro da sociedade. Para essa análise utilizaremos como objeto de estudo, algumas páginas de internet que descrevem e abordam informações sobre a Festa Italiana da cidade de Ipumirim, município de Santa Catarina que é composto majoritariamente por descendentes de italianos.

Como analisar a italianidade atualmente

É importante destacar, de acordo com Severino, a questão da problematização das matrizes identitárias da cultura italiana, que são publicadas e anunciadas em eventos, pois muitas vezes, a criação de categorias que identificam um grupo são incompatíveis com as significações a ele pertencentes, e se dão devido a uma necessidade do contexto, de criação de algo identitário de um povo ou da promoção do turismo, como um exemplo³.

Severino aponta que, a partir do ano de 1975, foi crescente a iniciativa da identificação das origens dos povos imigrantes em algumas comunidades de descendentes. Essa iniciativa foi motivada pela conjuntura brasileira pós-1975, com crises, inflação, baixa perspectiva de trabalho e econômica, devido a uma preocupação identitária, algo que ocorre devido a confrontos locais ou de âmbito mais global, e devido à preocupação com o turismo nessas áreas do Estado. E também, é nesse contexto que países como Itália, Portugal, e Espanha passam a fazer parte da União Europeia, e entram no Mercado Comum Europeu⁴.

Na segunda metade da década de 1970 também se comemora o centenário da imigração italiana para o Brasil, nesse momento, há o aumento do contato entre cidades como Trento (Itália) e Nova Trento (Brasil), e foram erguidos monumentos que representam a imigração italiana nessa cidade do Estado, livros sobre o tema também foram editados, com a intenção de criar a ideia de pertencimento àquela origem. Os descendentes desses imigrantes então perceberam que a identificação de uma origem poderia configurar um capital simbólico significativo, e poderia também ser uma saída econômica ou uma estratégia social.

³ SEVERINO, José Roberto. “A italianidade nas comemorações do centenário da imigração italiana (1875-1975): algumas considerações”. In: *ANPUH - XXII Encontro Nacional de História*. João Pessoa, 2003. pp. 1-4.

⁴ Idem.



Assegurados em sua noção de origem, essas entidades e organizações criaram novas práticas culturais, possibilitando o ensino do idioma, aumentando o número de adeptos, afirmando nesse cenário cultural um jeito de ser italiano⁵.

O autor José Roberto Severino também aponta para a questão das entidades de descendentes de italianos em Santa Catarina, a emergência destas, o número de membros das mesmas e o tempo de duração das que já não existem mais; foi levantado também a respeito das relações e conflitos entre as agências consulares e essas entidades bem como suas realizações. Um dos apontamentos se deu a respeito da língua italiana, que é ensinada nas escolas, significando o “resgate” dessa cultura, mas, infelizmente, não são ensinados os dialetos, que são correntemente presentes nas conversas em família⁶.

No entanto, não podemos massificar as intenções dessas manifestações culturais aqui abordadas, pois nem sempre os objetivos primordiais destes eventos e dessas práticas culturais são o de simples *marketing*. A complexidade das transmissões de germanidade, açorianidade, ou italianidade presentes em comunidades culturalmente descendentes destas são muito mais do que cascas de tradições vazias, que tem como principais objetivos a busca do lucro que elas podem proporcionar ou do prestígio que pode trazer. De fato, quando se estuda tais representatividades culturais deve-se sempre ter em mente que quase todas estas tradições tidas como seculares e que são sobreviventes de uma longa jornada (geográfica e histórica), se observadas com mais atenção, não são tão seculares assim, e sua sobrevivência sem inalterações não se dá bem dessa forma, ou até mesmo podemos perceber uma construção quase que artificial de uma “tradição italiana ou germânica”, que, muitas vezes, não existiu nem na própria localidade de origem⁷.

Mesmo assim, seria errado falarmos que estas tradições construídas servem somente para o acúmulo de riquezas e propaganda turística, muitas vezes elas são utilizadas com outros objetivos, alguns mais nebulosos, outros menos, devendo-se considerar sempre os aspectos políticos, econômicos, e de identidade; e até mesmo, o uso destas 'tradições seculares' e a percepção sobre o que elas são, dependem muito de quem está praticando-as. E

⁵ Idem.

⁶ SEVERINO, José Roberto. “A italianidade nas comemorações do centenário da imigração italiana (1875-1975): algumas considerações”. In: *ANPUH - XXII Encontro Nacional de História*. João Pessoa, 2003. pp. 1-4.

⁷ HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. (orgs.) *A invenção das Tradições*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

por isso, de certa forma, seria um grave erro generalizar, dando uma ou mais funcionalidades para este tipo de tradição⁸.

Primeira e segunda imigração em Santa Catarina

Como uma das mais importantes características das sociedades europeias do século XIX, podemos destacar que o mundo camponês representava oitenta por cento da população, tendo em vista esta porcentagem como um fator importante para compreender a situação de dificuldade vivenciada pelos camponeses naquele contexto. Em um cenário em que a população sofria para sobreviver nas limitações de terra impostas pela nobreza e por setores da Igreja, muitos dos camponeses se viam impossibilitados de deixarem o campo, pois lá estavam enraizados e os nobres também entendiam que esses moradores do campo pertenciam à terra, como parte da propriedade; eram submetidos, nesse contexto social, à violência, à fome, e ainda tinham de pagar altos impostos para permanecerem nas terras.

Exigências tributárias eram cobradas na Itália, onde “a ganância fiscal depois da Unificação (1870) era tal que entre 1873 e 1881, nada menos que 61.831 pequenas propriedades foram tomadas pelos fisco por falta de pagamento de impostos, que muitas vezes não iam além de umas poucas libras: entre 1884 e 1901, o número de propriedades perdidas pelos *contadini* por impossibilidade de pagar impostos se elevou a 215.759 (...) Todo esse complicado processo era agravado pela crise agrícola que se abateu sobre toda a Europa a partir de 1880...”⁹.

Com esse processo, em que as terras foram reduzidas por dívidas, chegando ao ponto de não mais poder proporcionar o sustento às famílias, muitos camponeses foram obrigados a vender as posses remanescentes e assim rumavam para a cidade ou para o campo em busca de trabalho, que em sua grande maioria era precário e mal pago. Paralelo a isso, estava ocorrendo no Brasil, uma transição do modelo escravocrata buscando-se uma nova forma de trabalho, que seria livre, mais rentável, e com interesses étnicos. De acordo com Caruso, o trabalho dos colonos seria mais rentável do que o trabalho escravo, pois com o custo necessário com a

⁸ Idem.

⁹ CARUSO, Mariléa Martins Leal. *Imigrantes 1748 – 1900: viagens que descobriram Santa Catarina*. Tubarão: Ed. Unisul, 2007. p. 131.



compra de 100 escravos, seria possível contratar 1660 trabalhadores livres, além disso a mão-de-obra europeia era considerada mais qualificada que a escrava¹⁰.

A propaganda efetuada na Europa acerca do que era a América, e as promessas feitas a esses imigrantes que aqui chegaram, contribuíram para a vinda desses italianos para Brasil. A partir do Contrato Caetano Pinto (1877), estabeleceram-se as normas para o assentamento dos emigrantes, prometia-se, nos folhetos de propaganda, que assim que desembarcassem no Brasil, os imigrantes teriam passagem gratuita do porto até a residência que fora escolhida; receberiam terra, sementes e alimentos por seis meses e poderiam tornar-se proprietários legítimos das terras assim que provassem seu estabelecimento fixo¹¹.

Outra motivação para esse movimento demográfico, de acordo com o italiano E. Sereni, citado por Alvim, e que é explorado por Caruso, vem do contexto social vivenciado na Europa, pois existe uma ideia falsa de uma incapacidade da Itália de fornecer trabalho para todo o povo, e também, a ideia de uma superpopulação; contudo percebe-se que não é a questão da falta de terras o fator principal para a emigração e nem as condições naturais, mas sim as complexas condições e relações sociais típicas do desenvolvimento capitalista, que se dão na agricultura e na economia da Itália, que devem ser entendidas como as responsáveis pelo fenômeno emigratório¹².

Os lugares ocupados pela população de imigrantes que chegaram em Santa Catarina, basicamente eram os mesmos dos naufragos, dos exploradores e desterrados do século XV e XVI, nos portos, e às margens de baías e rios. No interior, no caminho rumo ao planalto, encontrava-se uma linha vazia e com pouco povoamento, era a antiga rota dos tropeiros, que passava por Lages e conectava o Rio Grande do Sul com São Paulo. O povoamento no Estado de Santa Catarina não se estendia a mais do que seis ou 10 quilômetros longe das praias ou das margens dos rios devido à pequena população, terrenos com pouca possibilidade de exploração, sem caminhos regulares e nos quais eram temidos os ataques dos indígenas. A historiadora Giralda Seyferth, citada por Mariléa Caruso ainda aponta que:

(...) “havia uma razão bem mais importante para concentrar grandes contingentes migratórios entre o planalto e o litoral do Rio Grande do Sul e

¹⁰ Idem., p. 135.

¹¹ Idem., p. 134-136.

¹² ALVIM, Zuleika M. F. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo 1870-1920*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. apud CARUSO, Mariléa Martins Leal. *Imigrantes 1748 – 1900: viagens que descobriram Santa Catarina*. Tubarão: Ed. Unisul, 2007. pp. 132-134.



Santa Catarina. É evidente que não foram os imigrantes que deliberadamente escolheram essas regiões de floresta para colonizar. Havia uma razão estratégica para que o governo imperial destinasse essas áreas à colonização; era preciso abrir vias de comunicação entre o litoral e o planalto, e isso só seria viável acompanhando o vale dos principais rios. Segundo Waibel (1958, p.211-13), o que interessava ao governo brasileiro era estabelecer nas áreas de floresta das províncias meridionais colonos que fossem pequenos proprietários livres “que cultivassem as terras de mata com o auxílio das respectivas famílias e que não estivessem interessados nem no trabalho escravo, nem na criação de gado”. As primeiras colônias foram estabelecidas em pontos estratégicos entre o planalto e o litoral do Rio Grande do Sul e Santa Catarina¹³.

Muitos migrantes descendentes de italianos que estiveram estabelecidos em colônias no Rio Grande do Sul, passaram a ocupar muitas terras rurais no Oeste catarinense nas primeiras décadas do século XX, momento em que essa parte do estado se abriu para o povoamento; esses lotes eram vendidos por empresas colonizadoras e eram direcionados à agricultura familiar. Com esse modelo de assentamento como norteador, houve a determinação da organização econômica e sociocultural do Oeste catarinense, principalmente entre nos os de 1920 e 1970 em que a “Revolução Verde” desenvolveu um novo modelo¹⁴.

O Oeste de Santa Catarina compreende grande parte do território do ex-contestado, que vai do Rio do Peixe até a divisa com a Argentina, e as divisas atuais com o Rio Grande do Sul e o Paraná. Essa região não teve a presença do homem branco por um longo período devido à presença de indígenas na região, principalmente os Kaingang e os Xokleng, que eram considerados mais arredios. Ainda houve neste local, problemas com divisas por parte da Argentina e do Paraná, mas a questão foi solucionada com a definição das divisas atuais em 1916. Juntamente a essas questões, o Oeste catarinense ainda se viu envolvido com a Guerra do Contestado, com a construção da ferrovia e a criação dos municípios de Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba, o que modificou a história regional¹⁵.

A abertura da fronteira agrícola para o Oeste se deu no momento em que as regiões, antes colonizadas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, passavam por problemas

¹³ SEYFERTH, Giralda. *A colonização Alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1974. apud CARUSO, op cit., p. 136.

¹⁴ RADIN, José Carlos. “Migrantes Italianos e a Terra: A agricultura familiar no oeste catarinense”. In: RADIN, José Carlos (org.) *Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens*. Joaçaba: UNOESC, 2005. pp. 261-277.

¹⁵ RADIN, José Carlos. “Migrantes Italianos e a Terra: A agricultura familiar no oeste catarinense”. In: RADIN, José Carlos (org.) *Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens*. Joaçaba: UNOESC, 2005. pp. 261-277.



demográficos, e as regiões do campo também estavam tomadas por fazendeiros, que detinham grandes latifúndios. Para muitas das famílias que praticavam agricultura familiar e enfrentavam essas situações, encontrar um terreno em que pudessem produzir era entendido como um sonho que garantiria a sobrevivência e a autonomia. Essa prática começou a ganhar espaço devido às primeiras experiências terem sido positivas, e pelo fato de os centros urbanos necessitarem de mais alimentos, fazendo com que os colonos continuassem a busca por novas terras¹⁶.

Havia uma diferença na forma com que as companhias colonizadoras e os colonos italianos e descendentes de italianos viam a terra, para as companhias as terras eram tidas como bens mercantis, já para os que migravam para o Oeste, a conquista da terra significava a realização de um sonho, que muitas vezes havia se realizado com muito sacrifício. Tendo seu lote conquistado, os imigrantes sabiam que se tratava de terras férteis, mesmo sendo muito íngremes, em alguns casos. A partir disso, por meio do trabalho de agricultura familiar, buscavam garantir principalmente sua subsistência¹⁷.

Até a década de 1970, antes dos efeitos da industrialização, do maior assentamento nas cidades, e da modernização da agricultura, o modelo da agricultura familiar esteve presente. No entanto, com a chegada da industrialização, a agricultura familiar passou por significativas transformações, como a “*revolução verde*”, que consiste na utilização de tecnologias de fundo industrial voltadas à agricultura, possibilitando assim a mecanização, a monocultura, a irrigação, e a inserção de adubos sintéticos e agrotóxicos. Devido a esse processo, com a modernização da agricultura e com a revolução verde, buscou-se a inserção da agricultura familiar no mercado capitalista, fazendo com que o agricultor que antes praticava uma agricultura de baixo custo, passasse a necessitar da indústria de fertilizantes, de sementes selecionadas, além de máquinas e de equipamentos, o que modificou a vida no campo e criou uma relação de dependência por parte do agricultor com essas indústrias¹⁸.

Cultura italiana na atualidade

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ RADIN, José Carlos. “Migrantes Italianos e a Terra: A agricultura familiar no oeste catarinense”. In: RADIN, José Carlos (org.) *Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens*. Joaçaba: UNOESC, 2005. pp. 261-277.

Tendo em vista a extensa jornada geográfica percorrida pelos imigrantes, e a longa trajetória histórica da cultura italiana, não podemos ser ingênuos em acreditar que todos estes traços culturais não sofreram nenhuma alteração ou mudança de funções. Durante todo este processo sempre houveram transformações de acordo com o contexto vivido pelos construtores e mantenedores dessa cultura, que a utilizam de acordo com os seus interesses.

(...) a reconstrução dos grupos étnicos ocorre constantemente e a etnicidade está sendo (re)inventada, continuamente, em relação às realidades em que se apresentam e se modificam tanto dentro do próprio grupo como na sociedade anfitriã. Os limites dos grupos étnicos, por exemplo, precisam ser repetidamente negociados, e os símbolos e tradições étnicas precisam ser repetidamente reinterpretados. O conceito de invenção permite o aparecimento, a metamorfose, o desaparecimento e o reaparecimento das etnicidades (CONZEN et al., 1992, p. 5). É o fato de que uma “identidade étnica seja sempre de um modo criada ou inventada, não implica, por isso, que seja inautêntica ou que os autores que a reivindicam possam ser taxados (sic) de má-fé”¹⁹.

O Oeste Catarinense não foge da lógica aqui trabalhada, ou seja, durante todos esse percurso imigratório da Itália ao Rio Grande do Sul, e deste à Santa Catarina, a cultura que acompanhava esses imigrantes sofreu uma série de transformações com base nas condições naturais e sociais em que se encontrava. Dentre essas questões, pode-se perceber as adaptações que os imigrantes e descendentes tiveram que fazer de acordo com as condições encontradas no Brasil, isso é perceptível na questão alimentícia em um primeiro momento, mas também, na vestimenta, nas adaptações ao clima, nas condições da terra em que trabalhavam, considerada o principal recurso e garantia de sobrevivência. Em relação à alimentação na Europa e que foi trazida para o Brasil, podemos destacar:

(...) o camponês “era gente que em todo o ano só quatro ou cinco vezes, em dias de festa, come carne: seu alimento ordinário são batatas”. A grande popularidade da caçada de passarinho e a predileção, entre os pobres do norte da Itália pelo prato de *polenta e osei* – pasta de milho com passarinhos – explicam-se pelo fato de que as pequenas aves silvestres eram uma das poucas e escassas fontes de carne. Dessa tradição vem o gosto pela mesma caçada e pela passarinhada, entre os descendentes rio-grandenses dos primeiros imigrantes, tanto que a *polenta e osei* era, nos tempos da grande imigração, um dos refrãos cantados na zona colonial para marcar ponto nas

¹⁹ NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed da UFSC, 2009. p. 109.



apostas: “*Cinque; in punto. Galina magra no fá unto. Sei polenta e osei...*” (p.71)²⁰.

Como é mencionado na canção, possível pode ter sido a substituição dos pássaros silvestres pela galinha, mais facilmente encontrada no Brasil. Além disso, pode-se verificar que, essas práticas se modificaram também, de acordo com as migrações internas no Brasil, e também, na atualidade, pela impossibilidade da caça de animais silvestres, adaptações surgiram, como por exemplo, a troca dos passarinhos por salame, ou outros derivados de carne suína.

Perceptível é a tentativa, de muitos descendentes de imigrantes (dos mais variados lugares), de demonstrar, no caso dos ítalo-brasileiros, a ideia de uma cultura italiana que não sofreu nenhuma alteração e se mantém idêntica a praticada na Península Itálica, ou também, é utilizada a ideia de um resgate de práticas culturais seculares, dos antigos imigrantes que vieram para cá (muitas vezes extremamente fantasiosa).

A cidade de Ipumirim e a Festa da Cultura Italiana

O município de Ipumirim está localizado no meio oeste catarinense, foi colonizado por italianos no início do século XX, sendo emancipado no ano de 1963, pois antes era pertencente ao município de Concórdia. Ipumirim, que conta com aproximadamente 7.400 habitantes, de acordo com o senso do IBGE do ano de 2009, têm como principais atividades econômicas a agropecuária e as indústrias madeireiras. A data festiva considerada como aniversário da cidade é 7 de abril, e a constituição étnica da cidade é composta por ítalos, germânicos, afrodescendentes e caboclos, sendo que os descendentes de italianos compõem a maior parte dos habitantes²¹.

A 25ª edição da Festa da Cultura Italiana da cidade de Ipumirim, localizada no meio Oeste de Santa Catarina em agosto de 2013, foi felicitada pela Prefeitura Municipal da cidade na página do município na internet, pela sua organização e sucesso. Citando o prefeito da

²⁰ AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos: os pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, Brasília: MEC Nacional Pró-Memória, 1982. apud CARUSO, Mariléa Martins Leal. *Imigrantes 1748 – 1900: viagens que descobriram Santa Catarina*. Tubarão: Ed. Unisul, 2007. p. 132.

²¹ Disponível em: < <http://www.ipumirim.sc.gov.br/conteudo/?item=25121&fa=4665&cd=669&cc=476> > Acesso em 20 out. 2013.



cidade, Valdir Zanella, que foi colaborador do evento desde a sua criação, e faz parte também da Associação Italiana da cidade. Na felicitação é colocado: “Para ele, é fundamental o apoio às culturas, principalmente as que resgatam as origens do nosso povo colonizador. 'Como é bom ver esse encontro de famílias, ver pessoas de outras cidades e diferentes faixas etárias mantendo viva a nossa cultura', destaca”²².

O comentário acima descreve de forma bem clara, uma das visões mais comuns por parte dos descendentes, com relação às festas tidas como tradicionais, muitos descendentes veem esse tipo de festa como uma forma de “resgate das origens”. Para compreendermos melhor essas ideias descritas na citação, devemos antes analisar o sentido da palavra resgate: resgate, em um sentido literal, significa recuperar, puxar algo de algum lugar, exatamente como é²³.

Ou seja, o uso deste termo é muito forte, principalmente quando utilizado acompanhado da palavra “origem”. Dando assim a ideia de que esta festa recupera do passado as práticas culturais dos imigrantes exatamente como elas são. A frase analisada ainda nos traz um trecho muito importante para ser compreendido que é: “o nosso povo colonizador”. Interessante é ver como é conectada a ideia da comunidade atual com os imigrantes “colonizadores” do passado, e é ainda mais interessante ver como é, esta visão dos antigos imigrantes, que é uma imagem romanceada e engradecedora de bravos colonizadores. Talvez agora seja mais fácil de compreender um pouco melhor do que foi colocado na citação acima, não existe somente a intenção de visar o lucro turístico ou ainda pior, a reconstrução artificial de uma história feita por interesses políticos ou sociais por parte dos organizadores em relação a função desta festa. Há também a tentativa política da legitimação dos costumes de uma identidade cultural, que se utilizou equivocadamente da palavra “resgate”, para definir o ato de reconstrução e recriação de costumes passados, praticados em terras brasileiras pelos imigrantes.

O importante a se destacar ainda concentra-se na organização da Festa da Cultura Italiana da cidade de Ipumirim, as festividades se realizam sempre no domingo, iniciando-se pela manhã, com uma missa rezada na Igreja Sagrada Família, a Igreja Católica Matriz da cidade. A missa é rezada em dialeto italiano²⁴, com o objetivo de que os descendentes de italianos que habitam a cidade e que ainda praticam o italiano nas conversas em família

²² Disponível em: <<http://www.ipumirim.sc.gov.br/conteudo/?item=4660&fa=1&cd=176063>> Acesso em 20 out. 2013.

²³ Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/resgate/>> Acesso em 20 out. 2013.



consigam entender o que o padre pronuncia, visto que muitos não têm o conhecimento do italiano oficial; é importante destacar também, que no culto religioso, há a presença do coral italiano da cidade, bem como de corais de outras cidades que vêm prestigiar o evento. Após a missa, o almoço é servido, constituindo-se de alimentos que compõem a culinária italiana, ou que são utilizados atualmente e entendidos como constituintes daquela cultura. Alguns exemplos informados a respeito da festa do ano de 2009 são: “Almoço típico (massa recheada com moranga, polenta recheada, macarronada, radiche cozido, carnes suína e de frango assados no espeto, salame assado no forno, omelete de carne de salame e omelete de queijo, pão e saladas diversas. Vinho e outras bebidas.)”²⁵.

Chegada a tarde, iniciam-se apresentações de danças, com caracterização e vestimenta inspirada na cultura italiana, crianças, jovens, adultos e idosos participam das apresentações; além da dança de músicas italianas há também a representação da chegada dos imigrantes italianos ao Brasil e ao município, feito em grande maioria pelos idosos da cidade. Há também, à tarde, o *matinê* dançante com bandas locais e, na recente edição da festa (25^a) de 2013, houve uma exposição artística da artista plástica ipumirinese Rosalina Bedin Bueno Beguizza, composta por um acervo de 60 telas que foram doados à Associação Italiana de Ipumirim, dada a morte da artista em maio de 2013.

As obras representam a vida cotidiana das famílias das áreas rurais da cidade e arredores, como por exemplo, a confecção do salame e do vinho, as rodas de conversa, as composições familiares, etc. Uma mostra de trabalhos de tricô, crochê e pintura também se deu nesta edição²⁶. É importante destacar também, que na sexta-feira que antecede o domingo

²⁴ O *Talian* é uma variante da língua veneta, também é conhecido como Vêneto do Brasil, é um dialeto falado majoritariamente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Quando os imigrantes do século XIX chegaram no Brasil ainda não existia uma idioma italiano, ou seja, a comunicação era totalmente feita por dialetos. Claro que vieram diversos imigrantes de diferentes lugares da Itália, contudo, no caso do Sul mais da metade dos imigrantes eram de língua e de cultura Vêneto, por existir esta prevalência de vênets houve um processo de sobreposição na criação de uma língua mais geral baseada neste dialeto. A cidade de Ipumirim sediou, no dia 28 de agosto de 2013, a Conferência Livre do Talian, que é parte da Terceira Conferência Nacional da Cultura Italiana; o evento reuniu cerca de 50 pessoas e contou com a presença de pessoas de diferentes estados, a realização se deu na comunidade de Serrinha, pertencente ao município de Ipumirim, e a conversa perpassou vários temas, como língua, dança, canto, comidas típicas, esportes, produtos coloniais e festas comunitárias. As discussões efetuadas no evento serão encaminhadas para a Terceira Conferência Nacional de Cultura, que ocorrerá no mês de novembro de 2013 em Brasília. Disponível em: <<http://www.ipumirim.sc.gov.br/conteudo/?item=4660&fa=1&cd=179019>> Acesso em 20 out. 2013.

²⁵ Disponível em: <<http://italiacatarinense.com.br/?q=node/282>> Acesso em 20 out. 2012.

²⁶ Disponível em: <<http://www.ipumirim.sc.gov.br/conteudo/?item=4660&fa=1&cd=176063>> Acesso em 20 out. 2013.



de festa, à noite, há um Filó (jantar) Italiano, no qual comidas típicas também são vendidas, esta parcela da festividade já conta com a 14ª edição.

Por mais que a festa de Ipumirim seja uma das mais antigas, deve destacar que não é só naquele município em que ocorrem estas “festas tipicamente italianas”. No Oeste de Santa Catarina existem várias outras cidades que também fazem suas próprias festas italo-brasileiras. Algumas cidades do Oeste que podemos citar são: Ipumirim, com a “Festa Italiana de Ipumirim”, em sua 25ª edição; São Lorenzo do Oeste que também realiza a “Festa Italiana”, na 9ª edição; Chapecó com a “Festa da Colonização Italiana”, em sua 12ª edição; Palmitos tendo a “Festa da Cultura Italiana” na 18ª edição; entre outros municípios. Cada uma destas festas contem suas particularidades, ou seja, cada uma dessas cidades possuem seus próprios motivos para festejarem este tipo de evento, seja com caráter social, cultural, político ou econômico, no entanto, essas festas surtem na população a ideia de celebração de uma identidade, de uma matriz identitária que remete ao passado, mas que deve desaliar seu discurso da ideia de “resgate”, visto que este nunca poderá ser alcançado.

Considerações Finais

Com este trabalho, buscamos identificar quais as representações, símbolos, ideias e discursos a respeito da cultura italiana estavam e estão sendo utilizados pelos imigrantes ou descendentes de imigrantes no Oeste de Santa Catarina. Tendo o Oeste, uma parte significativa de suas cidades povoada por italianos, constitui-se como pertinente, um estudo que vise os procedimentos da criação de uma identidade, bem como quais são os interesses e os objetivos com essa função. Levando-se em conta também, os interesses políticos do governo local, ou até mesmo de entidades estrangeiras, que visam a aproximação com os núcleos de descendentes imbuídos por diferentes interesses, bem como a própria questão turística ou a tentativa de perpetuação da cultura pelos descendentes e simpatizantes da cultura italiana. Com isso percebemos outro fato importante na presente pesquisa, que é a questão de que não devemos massificar as funções das festas tidas como “tradicionalistas” e que cada grupo de indivíduos agrega seus próprios valores simbólicos e funcionais a festa.

Deve-se destacar também a questão da migração para o Oeste de Santa Catarina como constituindo uma segunda imigração, visto que os italianos, já estabelecidos no Rio Grande do Sul, tiveram sua cultura adaptada às condições locais. Contudo, nesse processo, houve



contínuas readaptações, sejam por parte temporal, ou por fatores sociais, como um novo movimento migratório. Uma parte significativa destes imigrantes (agora juntamente com descendentes), rumaram para além das fronteiras gaúchas, chegando em Santa Catarina e por sua vez readaptando e reconstruindo a sua cultura.

Todas estas transformações culturais, só podem ser compreendidas se for levado em conta uma série de eventos políticos e sociais; no país; no estado; nas cidades, percebendo no local um cenário complexo, cheio de construções de valores (nos mais variados patamares da sociedade) sobre a cultura italiana, ao qual nos parece importante compreender, bem como problematizar as construções e os discursos envolvidos.

Referências

CARUSO, Mariléa Martins Leal. *Imigrantes 1748 – 1900: viagens que descobriram Santa Catarina*. Tubarão: Ed. Unisul, 2007.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. (orgs.) *A invenção das Tradições*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

NODARI, Eunice Sueli. *Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed da UFSC, 2009..

RADIN, José Carlos. “Migrantes Italianos e a Terra: A agricultura familiar no oeste catarinense”. In: RADIN, José Carlos (org.) *Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens*. Joaçaba: UNOESC, 2005. pp. 261-277.

SEVERINO, José Roberto. “A italianidade nas comemorações do centenário da imigração italiana (1875-1975): algumas considerações”. In: *ANPUH – XXII Encontro Nacional de História*. João Pessoa, 2003. pp. 1-4.

Links relacionados

Disponível em: <<http://www.ipumirim.sc.gov.br/conteudo/?item=4660&fa=1&cd=176063>>
Acesso em 20 out. 2013.

Disponível em: <<http://italiacatarinense.com.br/?q=node/282>> Acesso em 20 out. 2012.

Disponível em: <<http://www.ipumirim.sc.gov.br/conteudo/?item=4660&fa=1&cd=179019>>
Acesso em 20 out. 2013.

Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/resgate/>> Acesso em 20 out. 2013.



A (re)construção da italianidade: A Festa Italiana da cidade de Ipumirim – Alan de Hollanda Vieira Guerner e Talita Von Gilsa

Disponível em: <<http://www.ipumirim.sc.gov.br/conteudo/?item=25121&fa=4665&cd=669&cc=476>> Acesso em 20 out. 2013.

Recebido em 24 de novembro de 2013.

Aceito para a publicação em 25 de setembro de 2015.



RESENHAS

Apropriações do mundo natural: algumas discussões ambientais no sul do Brasil

Elisandra Forneck

forneck@unochapeco.edu.br

Universidade Federal de Santa Catarina

KLANOVICZ, Jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo de. (org.). **História Ambiental no Sul do Brasil**: apropriações do mundo natural. São Paulo: Alameda, 2012. 256 p.

O livro reúne alguns pesquisadores da nova geração da História Ambiental no Sul do Brasil, como definem os próprios organizadores da obra, assim como alguns dos primeiros historiadores ambientais brasileiros, como Eunice Nodari e Gilmar Arruda. Dos 11 autores reunidos nesta obra, 10 são historiadores e um é engenheiro agrônomo.

A proposta central das discussões dos textos procura analisar as diferentes apropriações do mundo natural pelo homem. Na introdução da obra, afirmam os organizadores, a interação entre humanos e não humanos/sociedade e natureza, vêm sendo objeto da História há muito tempo. Mas, a partir da década de 1970, o “campo da História Ambiental emergiu da problematização das construções sociais da crise ambiental”, muito por conta da percepção de um possível colapso dos recursos naturais, e conseqüentemente, do futuro do planeta, que se encontra ameaçado. A questão fundamental então é compreender a dinâmica de cada sociedade, analisar de que maneira cada grupo humano se apropria da natureza. Enfatizando duas noções de apropriação - uma centrada na dimensão simbólica e outra enfocando a dimensão cultural das práticas humanas – isto é, “a forma como os indivíduos ou grupos se relacionam com o mundo natural” (p.9). O livro reúne artigos onde os temas principais são o uso da terra, da água, da floresta, dos animais e as percepções sociais da natureza, temas esses que não são possíveis de serem analisados separadamente, devido a complexidade das ramificações que os conectam.

Água e florestas

Muitos dos estudos sobre história ambiental no sul do Brasil têm como eixo central essas temáticas, por serem dois dos recursos naturais que mais sofreram impactos através das mais diversas formas de apropriação humana. A devastação das florestas e a contaminação das águas foram e são objetos de estudo das mais diversas áreas de pesquisa como história, geografia, agronomia, geologia, biologia e outras. Estas áreas do conhecimento buscam compreender a ação humana nas paisagens naturais e os impactos dessa ação para o homem e para o ecossistema.

No artigo do historiador Gilmar Arruda, “Transformação da natureza, urbanização e abastecimento de água potável em Londrina, Paraná, Brasil (1970-1980)”, ele analisa a processo de modernização agrícola e as transformações sociais, ambientais e econômicas em Londrina, principalmente no que concerne ao abastecimento de água potável para a crescente população urbana, a partir do momento em que a cidade entra na “era da ecologia”. Um dos problemas centrais apontados pelo autor é a qualidade da água, afetada principalmente por agrotóxicos, de uma agricultura moderna que utiliza massivamente agroquímicos e inseticidas. Arruda analisa também o acesso desigual de água de qualidade, onde bairros periféricos sofrem mais com a qualidade e falta de água do que os mais centrais e tradicionais, que podem comprar água mineral na falta de abastecimento ou na impossibilidade de consumo devido à qualidade da mesma.

Ainda no Paraná, temos o artigo de César Karpinski, que analisa as representações e apropriações do Rio Iguaçu na ótica de alguns discursos do presidente da então recém criada província do Paraná, em 1856. Em “Navegação e conquista: o Rio Iguaçu para a província do Paraná (1856)”, Karpinski argumenta que o rio é um agente na história, pois em torno dele se constituíram diferentes representações. Havia o desejo de navegar o rio como uma forma de domínio do desconhecido, de conquista da natureza maravilhosa, mas ao mesmo tempo “selvagem”, e a transformação dos recursos naturais em riqueza, além de tornar o rio Paraná um caminho para o transporte dessas riquezas produzidas e exploradas no estado.

Ao contrário de Karpinski e Arruda, Alessandro Casagrande, em seu artigo “Entre corredeiras e florestas: as expedições fluviais de Reinhard Maack no Paraná e Santa Catarina no início do século XX”, não consegue fazer uma problematização crítica das apropriações



humanas sobre o mundo natural. Ao falar sobre a trajetória de Reinhard Maach no Brasil, o autor coloca-o como um “alemão, fazedor de mapas, naturalista, descobridor de civilizações perdidas e visionário ambiental”, o que parece uma idealização dentro da História Ambiental, que se preocupa não em exaltar feitos de qualquer pessoa, mas refletir sobre as interações entre sociedade e natureza. O autor faz uma simples descrição de suas expedições cartográficas nos rios do Paraná e Santa Catarina, sem nenhuma reflexão sobre o contexto histórico nem sobre os interesses das empresas que o contratavam geralmente para fazer levantamentos sobre jazidas de metais nobres. Mesmo que a compreensão de alguém formado em agronomia, como é o caso do autor, seja diferente de um historiador, nenhuma área do conhecimento pode cometer o erro de simplesmente descrever fatos, principalmente quando se trata de uma coletânea como essa – e muitas outras de história ambiental - que tem o objetivo de problematizar sobre questões histórico ambientais e as relações entre homem/natureza.

Como já citado anteriormente, além dos recursos hídricos, outro tema destaque da história ambiental no sul do Brasil são as florestas, principalmente sua grande exploração que ocorreu intensivamente a partir do século XX. A chegada da maior serraria da América Latina no “território contestado” e a devastação das Florestas de Araucária no planalto catarinense é tema do artigo de Eunice Sueli Nodari e Miguel Mundstock Xavier de Carvalho. Em “Araucária: o símbolo de uma Era. A atuação da Southern Brazil Lumber and Colonization Company na história da devastação das Florestas de Araucária”, os autores discutem o papel da empresa Lumber na devastação das florestas de Araucária no planalto catarinense.

Afirmam que a região do Contestado, atual planalto norte catarinense, passou por intensas transformações sociais, econômicas e ambientais a partir da chegada da empresa Lumber, que era uma das mais modernas madeireiras da época, num momento em que exploração industrial de madeira era uma das fundamentais atividades econômicas na região sul. A araucária, principal madeira explorada pela empresa, foi considerada por muitas décadas a principal madeira exportada pelo Brasil. Sua exploração ocasionou uma drástica alteração na paisagem da região. Além da exploração madeireira, a implantação de ferrovias pela mesma empresa gerou intensos conflitos com os moradores locais, culminando numa disputa que fez milhares de vítimas diretas e indiretas. Com isso, a apropriação humana dessa



Apropriações do mundo natural: algumas discussões ambientais no sul do Brasil – Elisandra Forneck

paisagem “levou ao quase desaparecimento da Floresta de Araucária no sul brasileiro enquanto ecossistema específico”.

Em meados do século XX, momento em que a floresta de araucária nativa se esgota, houve um processo de implantação de variedades de *Pinus*, especialmente o *Pinus elliottii*, uma variedade que atende melhor aos interesses comerciais das indústrias de Lages e do planalto catarinense, por seu cultivo em menor tempo (7 a 20 anos). Esse é o tema do artigo de Samira Peruchi Moretto “Desmatar e reflorestar: a implantação do *Pinus elliottii* no planalto de Santa Catarina, Brasil”, que analisa como os incentivos governamentais aos reflorestamentos com espécies exóticas foi justificado como o “grande salvador” da economia, por seu desenvolvimento rápido. Com os financiamentos, muitas florestas nativas foram derrubadas para dar lugar às florestas homogêneas, de interesse das indústrias de celulose principalmente. Moretto ressalta que na década de 1970, reflorestar com espécies exóticas era sinônimo de benfeitoria para a natureza, utilizar espécies nativas não era questão de pauta.

Ainda que se leve em consideração a questão acima pontuada, a autora enfatiza que os impactos na fauna e na flora, com o incentivo à monocultura de espécies exóticas, são incontáveis, pois, mesmo que a própria espécie exótica fosse plantada e não mais derrubada, as mudanças no ecossistema não podem ser recuperadas jamais.

Terra e animais

Na região sul do Brasil, uma política de estado incentivou um intenso processo de ocupação de território por imigrantes europeus, a partir da metade do século XIX, principalmente a partir da promulgação da lei de terras. A terra, que para os moradores locais não era sinônimo de mercadoria, passa a ter outra conotação com a chegada dos estrangeiros. A mata fechada, que cobria quase todas as áreas compradas pelos colonos, desvalorizava a terra, lhe dava um ar de “selvagem”, “perigoso”. Era preciso derrubar a mata, colocar fogo, plantar e construir para que passasse a ter uma aparência de “civilidade”.

O Estado, ao incentivar a colonização do interior do Paraná, buscava colocar fim a “colonização espontânea”, ou seja, a presença de posseiros, principalmente nas terras



devolutas, para um maior controle de território, como podemos perceber no artigo de Ely Bergo de Carvalho, denominado “O estado jardineiro e a gestão das florestas: uma história do Departamento de Geografia, Terras e Colonização na gestão do sertão paranaense (1934-1964)”. Carvalho discute a atuação do estado do PR no gerenciamento das florestas, a partir do momento em que a colonização se dirigiu para o interior do estado, e como essa gestão não era preservacionista, mas fazia parte do processo de racionalidade produtiva tecno-científica, onde se derruba a “caótica” floresta para substituí-la pela silvicultura ou pela agricultura intensiva. Busca entender também a aplicação da legislação florestal durante o *boom* do processo de avanço da fronteira agrícola, no Brasil no século XX, e como essa política de estado buscava acabar com os sem terra, fixar o homem no solo, criar o novo trabalhador brasileiro, ordeiro e produtivo, distante do seu modo “atrasado” de agricultura de coivara que “devorava a floresta”. Um Estado que foi ineficiente na preservação dos recursos naturais e favoreceu a expansão da monocultura aos grandes proprietários.

A produção intensiva também é tema dos artigos de Jó Klanovicz e de Cristiane Fortkamp. Klanovicz, em seu texto intitulado “Produção de maçãs no sul do Brasil: uma história de apropriações técnicas (1960-1990)”, aborda o contexto da constituição de uma cadeia produtiva de frutas – substituindo a exploração da madeira nativa, que se aproximava do fim, a partir da metade do século XX – através do “controle” da natureza e da “correção” das imperfeições que pudessem afetar a produtividade e qualidade dos frutos. Correção essa feita através da importação de tecnologia e aplicação de conhecimento técnico para conter as “adversidades naturais”. Procura discutir a política de substituição das importações que estimulou essas práticas de “correção”, o uso de agroquímicos e o efeito simbólico que se constitui em torno do “fruto proibido”, através da legitimação do discurso científico.

O texto de Fortkamp “Estrada da mata: a criação de gado e a formação social do planalto de SC (séculos XVIII a XX) detalha como a introdução do bovino na região de Lages pelos europeus gerou transformações socioambientais na região. Contextualiza a história da constituição da raça crioula e de como esta foi sendo substituída por raças exóticas, em nome de uma carne de melhor qualidade. Substituição do gado quase “selvagem” para um gado mais “refinado”, também como forma de moldar uma nova sociedade, pois a mestiçagem não oferecia condições de progresso e desenvolvimento. Aborda como houveram modificações da



Apropriações do mundo natural: algumas discussões ambientais no sul do Brasil – Elisandra Forneck

paisagem e a exclusão de pequenos produtores que não podiam pagar pelas tecnologias, pelas novas raças e os cuidados veterinários que o gado novo exigia.

Exclusão essa que afetou os posseiros do Paraná que não tinham título de terra como “prova” de que ela era sua por direito e afetou também os pequenos produtores da região de Fraiburgo/SC, que não puderam competir com os grandes produtores de frutas, que dispunham de alta tecnologia para entrar competitivamente no mercado. Um mundo industrial, como diz José Augusto Pádua, onde “[...] as novas tecnologias penetram nos processos da natureza de forma impensável no passado” e também “Cada vez mais se percebe a presença da história humana na constituição de paisagens “naturais”” (2010, p.94). Por isso da importância de percebermos como as relações do homem com a natureza não são dicotômicas, mas sim de interação.

Percepções sobre a natureza

A percepção da natureza como algo a ser livremente usado e explorado ainda encontra-se muito presente. Mesmo que existem muitas discussões acerca do esgotamento dos recursos naturais, do uso racional de recursos florestais, minerais e da água, ainda que haja muitas iniciativas conscientizadas sobre a importância de pensar o “futuro da humanidade”, o desafio da educação ambiental ainda é grande. Diferentes gerações coexistem com diferentes olhares sobre a natureza. E o Historiador Ambiental precisa estar atento as diversas percepções que convivem e que podem nos ajudar a compreender processos históricos nas mais distintas temporalidades, sem reduzir nossas análises a conclusões simplistas e taxativas.

O artigo de Carlos Renato Carola, denominado “A colonização e a mineração no sul de Santa Catarina, Brasil: uma história regional de dois modelos econômicos de alto impacto socioambiental (1875-1946)”, analisa dois processos de exploração vigentes no sul de Santa Catarina – colonização e exploração de carvão. O autor defende que a teoria da civilização e do progresso, vistos na figura do colono descendente de europeus e a industrialização, através da exploração do carvão, foram responsáveis pela violência ambiental que a região sofre a partir deste período, principalmente nas bacias hidrográficas. Estes dois elementos foram formadores de uma cortina de fumaça que ofuscou o alto impacto ambiental ocorrido com a



exploração do carvão. Os impactos ambientais e sociais realmente são indiscutíveis; contudo, Carola julgou os processos e sujeitos envolvidos, deixando de focar a análise crítica que se propõe a História Ambiental, no sentido de avaliar essas atividades dentro do seu recorte temporal, pensando-os no contexto histórico em que estavam inseridos.

Já o artigo de Elenita Malta Pereira fez uma análise da trajetória de um personagem sem dar-lhe troféus nem colocá-lo no banco de réus. “Henrique Luiz Roessler e a proteção a natureza no Rio Grande do Sul (1939-1963) faz uma análise da trajetória de Roessler, um funcionário público e seu envolvimento em questões ambientais no Rio Grande do Sul. A autora aponta como ele contribuiu para a constituição de um pensamento conservacionista no estado gaúcho, se envolveu com instituições preservacionistas – muitas vezes de forma polêmica – mas que seu pensamento caminhava lado a lado com seus contemporâneos, e não a frente.

Finalizando, as mudanças no olhar sobre a paisagem praieira é tema do capítulo “Do território do vazio ao lugar de veraneio: paisagem e cultura balneária no litoral do Rio Grande do Sul”, de Joana Carolina Schossler. Ela inicia abordando relatos de viagem do século XVIII que descreviam o litoral do RS como perigoso - naufrágios, areias movediças - e pobre, onde a paisagem era vista com negatividade, por resistir a intervenção humana, uma antítese do Jardim do Éden. No texto, analisa a invenção do veraneio na modernidade urbana, onde a praia é percebida como território do refúgio.

Percebemos nessa coletânea a diversidade e riqueza de pesquisas que a História Ambiental vem abrangendo. Provavelmente porque a percepção de dicotomia entre natureza e homem está sendo deixada de lado e o olhar sobre as relações de troca entre eles vem ganhando destaque, o que contribui muito para a consolidação do campo da História Ambiental no Brasil. Já dizia Donald Worster, que não importa que tipo de tema o historiador ambiental vá escolher como objeto de pesquisa “[...] ele deve enfrentar o antigo problema da humanidade, que tem que se alimentar sem degradar a fonte básica da vida. Hoje, como sempre, este problema é o desafio fundamental na ecologia humana, e enfrentá-lo demandará conhecer bem a terra – conhecer sua história e seus limites” (2003, p.39).



Referências

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Revista Estudos Avançados*, 24 (68), 2010.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Revista Ambiente & Sociedade*. Vol. V - nº 2 – ago/dez. 2002 – V l. 1 - nº 1 jan/jul.2003.

Recebido em 07 de janeiro de 2015

Aceito para publicação em 05 de outubro de 2015

